

# PUC

CLAUDIO RIBEIRO HUGUET

A CONSTITUIÇÃO DA LEI NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rio de Janeiro, março de 1999.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

CEP 51439-1ESE UC

Substituição de lei nas famílias chefiadas por mulheres



CEP 01

0140131

Claudio Ribeiro Huguet

**A Constituição da Lei nas Famílias Chefiadas por Mulheres**

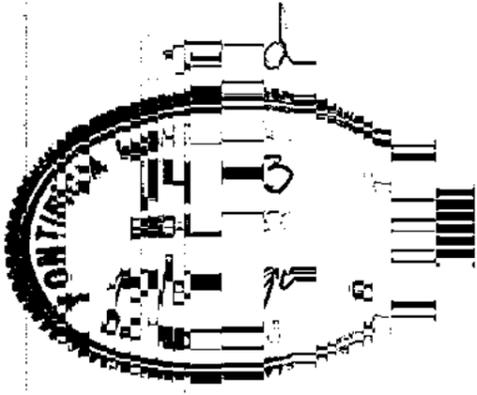
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Claudia Amorim Garcia

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica – RJ

Rio de Janeiro, fevereiro de 1999

95346



10  
199-  
100 XC  
10.1

**Ao meu filho Lucca**

## AGRADECIMENTOS

- a meus pais, pelo permanente apoio.
- ao Lucca, meu filho, fonte de inspiração.
- a Vivianne pelo apoio em momentos difíceis.
- à CAPES pela bolsa oferecida durante dois anos.
- à Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa da Infância pelo auxílio no final do percurso.
- à amiga Márcia Magarinos.
- a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram através do diálogo para o esclarecimento ou aprofundamento de temas relacionados a este trabalho.

## RESUMO

No presente trabalho nos propusemos a investigar a constituição da lei nas famílias chefiadas por mulheres. Para tanto retomamos os estudos que discutem as modificações recentes pelas quais a família vem passando, especialmente a família pobre de mulher com filho sem cônjuge, nos reassegurando de que os modos de organização familiar são, antes de tudo, construções e nunca dados a priori, ou naturais. Revimos a seguir os passos e motivos que levaram Freud a formular o conceito de complexo de Édipo, salientando tanto a contribuição do contexto sócio-político-cultural em que Freud vivia, quanto a importância da composição familiar nuclear burguesa na construção teórica do complexo de Édipo. Apresentamos então diversas teorias — posição lacaniana, Escola de Frankfurt, a contribuição de Jessica Benjamin — que permitem discutir a importância do pai, tanto para as famílias, como para a sociedade como um todo. Ao final discutimos de que forma de que forma a ausência do pai em uma sociedade em que tanto o pai quanto a família permanecem idealizados influenciará na constituição da lei interna da prole. Aventamos a hipótese de que os filhos buscarão, com maior frequência, identificações fora da família com figuras que aparentem êxito, dentre as quais destacamos a do traficante, capaz de gerar expectativas de sucesso e de poder onipotente.

## ABSTRACT

The aim of this work is to look into the constitution of the Law in families managed by women. To do so, we examined the studies which discuss the recent changes which the family has been through, especially in poor single households of mother and children, reassuring us that the way in which families are organized is, first of all, a social-cultural construction and not a natural phenomenon. Next we reviewed steps and reasons which led Freud to formulate the Oedipus complex concept, highlighting both the contribution of the social-political-cultural context in which he lived and the importance of the nuclear bourgeois family composition in the theoretical construction of the Oedipus complex. Then we presented several theories — the lacanian position, Frankfurt School, Jessica Benjamin's contribution — which make it possible to discuss the importance of the father both to the family and to society as a whole. Finally we discussed the way in which the father's absence in a society where both father and family are idealized will influence the constitution of the psychic constitution of the Law. Finally, we put forth the hypothesis that children will often search for identification outside the family circle with individuals who seem to be successful, among whom we pointed out the drug dealer, who is capable of generating expectations of success and omnipotent power.

## PALAVRAS-CHAVE

- FAMÍLIA
- COMPLEXO DE ÉDIPO
- AUSÊNCIA DO PAI
- CONSTITUIÇÃO DA LEI
- EGO IDEAL / IDEAL DO EGO
- OUTRAS IDENTIFICAÇÕES

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA FAMÍLIA MODERNA .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 2 - FAMÍLIA BRASILEIRA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 - Família no Brasil .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 - Famílias chefiadas por mulheres ou mulher com filho sem cônjuge.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 3 - GENEALOGIA DA HIPÓTESE EDIPIANA .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 4 - ALGUMAS POSIÇÕES TEÓRICAS PÓS-FREUDIANAS EM     RELAÇÃO À QUESTÃO DO ÉDIPO E À IMPORTÂNCIA DO PAI:     TRÊS LEITURAS .....</b>	<b>47</b>
<b>4.1 - Posição Lacaniana: o pai como lugar-função na estrutura.....</b>	<b>49</b>
<b>4.2 - Escola de Frankfurt: o declínio da figura do pai.....</b>	<b>54</b>
<b>4.3 - Jessica Benjamin – psicanálise e feminismo: a desconstrução do Édipo e a         importância do pai.....</b>	<b>68</b>
<b>CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO .....</b>	<b>105</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA: .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

A idéia de desenvolver esta dissertação vem de estudos anteriores, onde discutiu-se principalmente a possibilidade de adolescentes desenvolverem *projetos de vida* originais (Velho, 1987), em situações sócio-econômicas menos privilegiadas. Discutimos também as consequências da eventual impossibilidade de realização do projeto desejado. Se naquela época pensávamos em *privação*, de forma mais geral — não nos detendo muito sobre o tipo da privação sofrida ou suas consequências específicas — hoje, após novas leituras (Berlinck, 1988; Violante, 1994; Lacan, 1956-1957), voltamos a atenção para um tipo específico de privação, aquela do pai. Além disso o atendimento clínico psicanalítico a crianças e adolescentes — durante o qual deparei com casos onde percebia uma significativa *falta de pai* — despertou em mim diversas questões, contribuindo para o desenvolvimento da presente dissertação.

Segundo Ramires (1997, p.52), tem-se dado pouca atenção ao tema da paternidade no campo teórico da psicanálise. Esta autora ressalta a ênfase que é dada ao eixo, ou díade mãe-filho/filha, ficando o pai com importância secundária até o momento da entrada dos filhos no complexo de Édipo<sup>1</sup>. Sabendo da articulação essencial entre o complexo de Édipo, o pai, e a constituição da lei, e recorrendo, mais especificamente, ao estudo deste complexo no momento de sua resolução, com a intervenção de um terceiro (o pai ?) e a consequente entrada dos filhos na lei e na cultura, pretendemos desenvolver esta dissertação discutindo as possíveis consequências da falta do pai na construção da lei interna. Tomamos aqui *lei* em seu sentido psicanalítico, de internalização da lei fundamental de proibição do incesto, necessária à possibilidade de construção de todas as leis e proibições subsequentes, essenciais à vida em comunidade.

---

<sup>1</sup> Renato Mezan (1998, p.276) lembra que, opondo-se à Escola Inglesa - para a qual o que importava era a díade mãe-bebê - Lacan e seus discípulos erigiram uma posição que conferiu fundamental importância ao 3º termo, capaz de triangular aquela relação dual. Trata-se da função paterna.

Iniciamos este trabalho procurando nos familiarizar com o tema da família. Com este intuito consultamos algumas definições, e percorreremos, com Ariès, a história recente da família, particularmente o seu processo de nuclearização, que ocorre concomitantemente e em relação de causação recíproca com o processo de descoberta/criação da categoria infância. Secundariamente, os estudos de Ariès permitem que nos familiarizemos com a transição dos modos de sociabilidade da família extensa até chegar à família moderna. Curiosamente, ao final do trabalho, teremos elementos para cogitar se não estaria havendo nos dias atuais, e em certa medida, uma volta aos modos anteriores de socialização das crianças, característico da família extensa.

Ainda na primeira parte da dissertação, procuramos demonstrar como o conceito de família, longe de poder ser naturalizado, hipostasiado — como sendo igual à família nuclear burguesa, por exemplo — ou tomado como um fato, isto é, como algo dado, está sendo permanentemente construído e reconstruído ao sabor das mais diversas variáveis, como os processos sócio-histórico-econômicos, os discursos, as práticas, e as representações que colorem o imaginário social dos diferentes povos e comunidades.

Discutiremos no capítulo 2 a história da família no Brasil, recorrendo a autores clássicos como Gilberto Freyre e a outros como Jurandir Freire Costa e Roberto DaMatta, que permitem uma análise crítica do primeiro. No caso brasileiro, convivemos com desigualdades que vêm dos tempos da colonização. A representação da família patriarcal extensa, que foi imortalizada por Gilberto Freyre (1933) em seu *Casa-Grande & Senzala*, é revista por DaMatta (1987), que pinça o nervo de uma questão central quando argumenta que o modelo de legitimidade e positividade da família no Brasil continua sendo o da família patriarcal — proporcionalmente cada vez menos freqüentes — que detém a medida do que é socialmente valorizado, e diante da qual as outras formas de organização familiar — proporcionalmente cada vez mais numerosas — são marginalizadas. Porém este autor oferece a possibilidade de se relativizar esta situação de marginalização, ao argumentar que vivendo em uma sociedade relacional e hierarquizada, as famílias que não correspondem ao modelo patriarcal acabam sendo incorporadas ao conjunto, em um papel de complementaridade que é fundamental até mesmo para que o modelo dominante possa continuar a existir. Veremos ao final do trabalho

que esta dissimetria se agrava em virtude da manutenção de um ideal de família burguesa (análoga à família patriarcal) em descompasso com as mudanças na forma de organização das famílias. Os novos modos de organização familiar e social não acompanham os ideais de pai edípico e de família nuclear, que continuam como medida do que é respeitável. O resultado deste descompasso é o aumento da exclusão social, inclusive da auto-exclusão haja vista que estes processos são perpetuados em sua maior parte, de forma inconsciente. Recorremos ainda a autores como Goldani, Diogo e Sarti, para entrar em contato com a situação atual da família no Brasil, incluindo aí as famílias chefiadas por mulheres (ou de forma mais precisa para este trabalho, as famílias de mulher com filho sem cônjuge<sup>2</sup>). Com Sarti vemos especificamente como os pobres urbanos podem ser definidos a partir de positivities e não de faltas ou carências. A autora aponta a família e o trabalho como os dois valores morais básicos que permitem ao pobre urbano se afirmar dentro de uma perspectiva não-capitalista (a perspectiva de crítica ao capitalismo que a maior parte das ciências sociais contemplou acaba reproduzindo o etnocentrismo de quem os olha de fora, como explorados ou alienados). A transcendência da disposição/capacidade para o trabalho teria tal força moral, que poderia lhes permitir situar-se como moralmente superiores aos ricos.

Procuramos no capítulo 3 nos aproximar do caminho percorrido por Freud para chegar ao conceito do complexo de Édipo, que tanta influência veio a exercer sobre o mundo ocidental. Recorremos nesta parte à análise crítica de alguns autores como Schorske, Silveira, Plastino e Hugo Bleichmar, com o intuito de ampliar o alcance da pesquisa, através da introdução de outros vetores que teriam sido importantes para a elaboração do conceito, como o político e o social.

---

<sup>2</sup> A categoria sociológica para delimitar um grupo específico 'família de mulher com filho *sem* cônjuge', poderia recair novamente na discriminação de definir os pobres pela falta, neste caso específico, definir um tipo de família pela falta de um de seus membros. Neste ponto temos que apelar à sensibilidade do leitor para que possa perceber que algumas delimitações são necessárias para que saibamos a que objeto estamos nos referindo — e no caso do presente estudo, são justamente as famílias em que o pai *não está presente* que estamos enfocando. O *sem cônjuge* se refere ao fato empírico de que não existe naquele momento um homem que se apresente como cônjuge naquela família, e não como uma repetição viciada do refrão de que os pobres têm que ser sempre definidos pelo que lhes falta, seja renda, seja cultura. Estamos cientes da importância de se poder

No capítulo 4, iniciamos a discussão através da introdução de alguns posicionamentos teóricos importantes acerca da questão edípica, quais sejam: a posição da psicanálise lacaniana, de alguns teóricos da Escola de Frankfurt, e de Jessica Benjamin, que tomamos aqui como representante da articulação do feminismo com a psicanálise. Nos ateremos aos momentos e características que consideramos que mais marcaram cada posição, como a introdução por Lacan da dimensão estrutural em psicanálise, que dissolve pai e mãe em lugares ou funções na estrutura. Desta forma os pais “da realidade” passam ao estatuto de figurações imaginárias necessárias, que poderiam se substituir num deslizamento infinito sem os pontos de parada, que só podem ser proporcionados pela dimensão estrutural ou simbólica. Ou a articulação promovida pelos frankfurtianos entre os processos econômico-sociais e os processos psíquico-afetivos, a partir do que constatam que o declínio do pai, enquanto figura responsável pela perpetuação dos ideais, teve efeitos nefastos, tornando a prole vulnerável a qualquer liderança forte, independentemente do conteúdo de tais lideranças (assim explicam em parte a adesão dos jovens aos movimentos totalitários). Por fim, com Jessica Benjamin, temos a oportunidade de pensar em outras formas de constituição do sujeito, onde o que está em questão não é uma lei interditora, de um pai forte — que, na sua avaliação, seria responsável pela perpetuação e reatualização das relações senhor-escravo — mas o reconhecimento mútuo, desde os primeiros momentos do desenvolvimento, onde os dois, aquele que recebe os cuidados e quem cuida (normalmente a mãe), poderão se relacionar como sujeitos.

Ao final desta parte, voltamos ao tema central de nossa pesquisa, que são as famílias chefiadas por mulheres, para tentar melhor compreender, a luz do que foi discutido anteriormente, e à luz de certos fenômenos sociais, como está funcionando o Édipo e a formação da lei nestas famílias. Aventamos a hipótese de que as identificações estejam se dando com maior frequência fora da família, processo cujos mecanismos de funcionamento procuraremos elucidar. Recorremos ainda aos estudos de Castro (1998), no campo da investigação da subjetividade das crianças nos dias atuais, para aprofundar a discussão.

---

situar quem é o pobre pelas positivities que lhe são inerentes, como a referência à família e ao trabalho, como em Sarti (1996, p.108).

Elegemos pois, como principais objetivos deste trabalho:

a) Apresentar uma breve história da família, destacando dentre as novas configurações familiares no Brasil, especificamente, a das famílias chefiadas por mulheres;

b) Percorrer o caminho da elaboração da tese edipiana, apresentando o argumento segundo o qual esta se apóia também — já que é multideterminada — no modelo da família nuclear patriarcal e burguesa, característico do final do século XIX;

c) Discutir o complexo de Édipo e a importância do pai para a formação da lei recorrendo a autores de diversas correntes, como a lacaniana, a Escola de Frankfurt, e a posição de Jessica Benjamin.

d) Discutir como se processa no universo das famílias chefiadas por mulheres o complexo de Édipo, com especial atenção à sua resolução e à constituição da lei — que emana da função estruturante da proibição do incesto. Refletir sobre a hipótese de que a ausência ou degradação da figura paterna possa favorecer identificações fora do corpo familiar, com figuras que têm algum destaque, como o “dono do morro”, jogador de futebol, etc., atentando para o estatuto destas identificações, procurando investigar até que ponto estarão em um nível de ego ideal, narcísico, sendo mantido um estado primitivo de onipotência.

Vejamos então, recorrendo basicamente à obra de Philippe Ariès, como chegamos ao conceito de família moderna, depois de passarmos por algumas definições de família, que nos permitem começar a entrever a característica eminentemente cultural e produzida destas organizações sociais.

## CAPÍTULO 1

### BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA FAMÍLIA MODERNA

Nesta dissertação nos propomos comentar o surgimento da família moderna, tomando como eixo e recorte as modificações mais importantes pelas quais a família foi passando, no que se refere às representações e relações afetivas entre os seus membros, procurando destacar as representações em torno da posição do pai ao longo do período. Apontaremos especificamente para dois momentos distintos: o final do século XIX e o momento atual, o final do século XX, sendo que a maior parte dos estudos que informam esta parte do trabalho referem-se à família ocidental das classes média e alta.

Consideramos importante a contextualização histórica no sentido de podermos analisar como são construídos os valores, as representações e a afetividade — inclusive aquela entre mãe e filhos, que por muito tempo foi tomada como natural. Para ilustrarmos a importância desta contextualização, iniciamos esta parte do trabalho com a difícil tarefa de definir o conceito *família*.

Aurélio (1986, p.755) define *família* como:

(...) 1. pessoas aparentadas, que vivem em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. 2. pessoas do mesmo sangue; ascendência; linhagem; estirpe. (...) 9. Sociol. Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, pelos filhos nascidos dessa união. (...).

Seguindo a definição de Prado (1985) — que recorre à etimologia para iniciar sua pesquisa— a palavra *família* vem do latim *famulus* (ibid., p.51), que, diferentemente da definição anterior, significa conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor, compreendendo-se por dependentes a esposa e os filhos. Notemos como esta definição se

aproxima da descrição do funcionamento da família patriarcal extensa, onde filhos, esposa, agregados e empregados gravitam em torno do patriarca. Assim, caso fôssemos nos prender ao significado etimológico da palavra, seguindo a pesquisa desta autora, consideraríamos a palavra *familia* associada a um determinado tipo de organização (família patriarcal extensa) que já não é tão frequente nos dias de hoje.

Almeida et ali (1987) na Introdução de *Pensando a Família no Brasil* perguntam: a que se deve circunscrever a definição de família? Trata-se do mundo empírico, da consanguinidade ou trata-se de representações acerca do que seria uma família? Nas suas palavras:

Trata-se de um grupo concreto composto por um certo número de pessoas ligadas por consanguinidade ou aliança e que ocupam lugares diferentes numa hierarquia interna de poder e de papéis? Ou trata-se de uma representação social que os diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e de consanguinidade, sendo, neste sentido, não uma realidade positiva, visível, mas uma realidade simbólica — e portanto construída — que expressa, produzindo, reproduzindo valores que transcendem as fronteiras do grupo, uma mentalidade, uma maneira de situar-se na vida? (ibid. p. 13)

Estes autores consideram que a definição de família deve abranger as duas dimensões, a empírica e a simbólica, já que não há como se pesquisar sem integrar constantemente estes dois níveis de análise.

Escolhemos como fio condutor para estudarmos a história recente da família, uma extensa pesquisa realizada por Philippe Ariès (1960)<sup>3</sup>, cuja riqueza e importância, complementadas com outras análises, permite uma radiografia bastante consistente da vida das famílias da história recente, que precede a modernidade.

---

<sup>3</sup> A primeira publicação desta pesquisa se chamou *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, em 1960, ed. Plon. Em 1973 houve uma publicação francesa abreviada, com o mesmo título publicada pela Editions du Seuil, em cuja 3ª ed. se baseia a tradução consultada (Ariès, Philippe, *História Social da Família e da Criança*, Rio de Janeiro, ed. Guanabara, 1978, 2ª ed., 1981). Ariès realizou suas pesquisas principalmente na França.

Segundo Ariès, o modelo nuclear de família com o qual estamos mais familiarizados nos dias de hoje só se consolidou no século XVIII, com a constituição de um espaço eminentemente privado para a família. As mudanças que ao longo do tempo foram levando à privatização das famílias têm como paradigma as modificações — também paulatinas — no tratamento dispensado às crianças dentro das famílias. Este processo, no entanto, não foi uniforme, muito pelo contrário, durante muito tempo se limitou aos estratos sociais dos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos, havendo, ainda no início do século XIX, famílias pobres reproduzindo algumas práticas da Idade Média: muitas crianças eram ainda criadas em outras casas, longe dos pais, não existindo, nestes casos o “sentimento de casa” que era a “outra face do sentimento de família” (Ariès, 1981 [1960], p. 271). Ou seja, rastreando o tratamento dispensado às crianças por pais e adultos de modo geral ao longo de determinados períodos históricos, Ariès pôde reconstruir etapas da genealogia historiográfica da família, tendo focado basicamente a família francesa. O tratamento dispensado às crianças funciona como analisador<sup>4</sup> do funcionamento e das mudanças que ocorreram na família da época pesquisada.

Na Idade Média até o século XVI não havia grande preocupação com a saúde das crianças, sendo bastante alta a mortalidade infantil. Até fins do século XVII ainda existia inclusive um “infanticídio tolerado” (Ariès, 1981 [1960], p.17), aparecendo com alguma frequência a criança morta por asfixia na cama dos pais. A idéia que se tinha então era a de que a morte das crianças não constituía problema: gerava-se outro filho, ao qual era costumeiro dar-se o mesmo nome do que morreu. Mas esta não era uma prática plenamente aceita, já que o infanticídio, quando descoberto, implicava em punição severa, o que não impedia que fosse “praticado em segredo, correntemente, camuflado, sob a forma de um acidente (...)” (ibid., p.17). Nada se fazia para conservar ou salvar as crianças, sendo pais e mães cúmplices nesta prática que hoje considerariamos inadmissível e contrária à sua função de proteção dos filhos.

---

<sup>4</sup> Conceito do campo da Análise Institucional (Baremblytt, 1984), é qualquer parte menor que permita uma melhor compreensão do funcionamento, estrutura e conflitos presentes nos estruturas mais amplas.

Outras práticas do período que vai até fins do século XVIII são também reveladoras da pouca importância dada às crianças: na França, até fins do século XIX, era comum em algumas famílias mais abastadas as crianças serem entregues a amas que as criavam no campo, o que elevava ainda mais a mortalidade infantil (Badinter, 1985). Já as crianças pobres, que cedo deixavam suas casas, serviam em outras casas, a outras famílias, trabalhando e aprendendo um ofício (como aprendizes), e muitas vezes perdendo o contato com a família de origem.

Podemos assim perceber que a família da época não se apresentava — como ocorre na família nuclear moderna — como instância privilegiada na socialização e formação dos filhos. Sua missão era outra: “conservação dos bens, a prática de um ofício, a ajuda mútua cotidiana (...) e em casos de crise, a proteção da honra e da vida” (Ariès, 1981 [1960], p.11). Assim, na maioria das vezes as funções de socialização eram realizadas fora da família, acreditando-se que o convívio da criança com pessoas representativas da esfera pública faria com que ela aprendesse as coisas do mundo e da vida. A criança teria que aprender e crescer fora da família, embora o fora e o dentro da família não estivessem bem demarcados. Pelo contrário, as famílias das casas grandes francesas (ibid., pp.25, 256-257) tinham uma propensão — característica das comunidades tradicionais — aos encontros, às visitas, às festas — o que historiadores franceses, por volta da década de 70, chamaram de *sociabilidade* (ibid., p.11). Esta se traduzia em grande permeabilidade entre os limites da casa grande francesa — representada, segundo Ariès (ibid. p.25) por castelos, mansões, hotéis, ou grandes casas rurais — e o mundo público. Existia permanente continuidade entre um e outro. Desta forma chegamos à noção de família extensa, que vigora até meados do século XVII e que designa o tipo de família onde estão reunidos várias gerações ou grupos colaterais. Além dos pais e filhos, a família incluía — também participando da vida familiar — servidores, criados, visitantes, aprendizes, chegando não raro a ter cerca de trinta componentes. Prevalcia assim uma constante permeabilidade entre o mundo externo e o interior da casa grande, fato que nos

ajuda a compreender a ausência de um espaço que pudéssemos chamar de privado nestas famílias<sup>5</sup>.

Paulatinamente este quadro foi se modificando, principalmente com a crescente valorização da educação e da saúde das crianças nos séculos XVI e XVII, o que permitiu o surgimento de um primeiro sentimento de infância (Ariès, 1981 [1960], p.158), o de *paparicação*. A criança, “por sua ingenuidade, gentileza e graça”(ibid. p. 158), era então considerada divertida, e servia como fonte de distração e de relaxamento para o adulto. Tendo este sentimento surgido inicialmente na relação entre a criança e quem cuidava dela (a ama ou mãe), tinha um cunho educativo, de empatia, e de proteção. As crianças acabavam tendo todas as suas necessidades e vontades atendidas. Na maioria das vezes, eram as amas que ensinavam-nas a falar, tomavam-nas nos braços quando choravam, levantavam-nas se caíssem, e chegavam ao extremo de mastigarem a carne para as crianças comerem, quando elas ainda não tinham dentes. Este primeiro sentimento de infância parece inaugurar a afetividade dentro da família, algo que hoje tomamos como natural, como sempre tendo existido.

Os moralistas franceses da época reagiram com exasperação a este primeiro sentimento de infância — o que podia ser percebido em seus tratados sobre costumes e educação. Eles consideravam despropositado que adultos se divertissem assim com as crianças, e achavam também que estes seres — que eles consideravam tão sem graça — não mereciam tantos cuidados e acompanhamento tão próximo, não devendo ter todas as suas vontades atendidas (Ariès, 1981 [1960], pp.156-164). Prescreviam ainda que as crianças não se misturassem mais com os adultos, principalmente à mesa, já que esta mistura tornaria as crianças mimadas e mal-educadas (ibid., p.161).

Na segunda metade do século XVII, já era possível perceber a distância que separava “a família do fim do século XV, ligada aos hábitos medievais da aprendizagem em casas estranhas, e a família da segunda metade do século XVII, já organizada em torno das crianças” (Ariès, 1981 [1960], p.255). Mas esta ainda não era a família nuclear moderna, composta

---

<sup>5</sup> Segundo Ariès, o primeiro exemplo de espaço relativamente privado nestas casas foi a cama de casal com cortinas.

basicamente de pai, mãe e filhos, dentro de um espaço privado onde se desenvolveria a intimidade e a afetividade entre os seus membros. O espaço da casa continuava invadido por todo tipo de atividade (banquetes, danças, negócios, discursos, etc.), não havendo ainda possibilidade de intimidade, nem a preocupação com a defesa contra o mundo externo. A casa grande francesa continuava ainda povoada pelos mesmos empregados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares, visitantes, amigos e protegidos<sup>6</sup>.

No início do século XVII começou a ocorrer o fechamento das famílias, sendo ampliados cada vez mais os espaços privados. Surge uma preocupação dentro da família de manter a sociedade à distância, de defender-se contra o mundo externo, o que acabou se refletindo também na arquitetura das casas<sup>7</sup>. Às vidas mundana, privada e profissional passaram a corresponder o salão, o quarto, e o gabinete, respectivamente (Ariès, 1981 [1960], p265).

Pouco depois, o período a partir de meados do século XVII foi marcado pelo surgimento da família nuclear moderna, no bojo de uma mudança imperativa, ainda maior: a passagem das sociedades tradicionais à forma das sociedades industriais capitalistas. Para Lasch — que empreendeu importante pesquisa enfocando principalmente a família moderna — a industrialização capitalista teve consequências importantes para a estrutura familiar: por um lado marcou o início de um sequência de expropriações no campo do trabalho (1991 [1977], p.41), já que os esforços das famílias — muitas das quais antes trabalhavam para si e repartiam os ganhos — foram deslocados para a produção em larga escala (cf. também Zaretsky, 1976, p.29), perdendo assim o controle sobre os processos de produção. Só uns poucos permaneceram como donos dos meios de produção, da propriedade privada produtiva, ficando a maioria desapropriada da possibilidade de autonomia econômica, passando a fazer parte da

---

<sup>6</sup> Uma exceção são os palácios florentinos das famílias patricias (da nobreza), que se fecharam ao mundo público já a partir do século XV (Ariès, 1981 [1960], p.23)

<sup>7</sup> Inventou-se o corredor, o que conferiu privacidade aos cômodos, que começaram então a ter funções diferenciadas. Podemos perceber esta diferenciação pelos nomes: surgiu *chambre*, que significa quarto, e *bedroom*, para quarto das camas ou quarto de dormir, quando antes havia *salle* e *room*, ambos inspecíficos.

população agora chamada de assalariada<sup>8</sup>. Por outro lado, a industrialização contribuiu para a modernização da família, para a conquista da privacidade, sendo levada a família, no refúgio do lar, a construir sua vida subjetiva e afetiva. Desta forma, produção econômica e família começaram a se distanciar cada vez mais, pois o trabalho, com exceção do trabalho doméstico, passou a ocorrer na esfera pública. A família burguesa continuou funcionando como mantenedora e transmissora da propriedade privada, enquanto a família proletária e assalariada, passava a garantir a reprodução da força de trabalho (Zaretsky, 1976, p.33).

Segundo os documentos da época citados por Ariès, no período que se iniciou na segunda metade do século XVII, aumentou ainda mais a preocupação com saúde e educação dos filhos, acompanhada agora de carinho, diferente tanto do sentimento de *paparicação* quanto das práticas anteriores de usar os filhos como “instrumento de especulação matrimonial e profissional.” (Ariès 1981 [1960], p.269)<sup>9</sup>. Foi surgindo assim o segundo sentimento de infância, que conhecemos hoje como “interesse psicológico e preocupação moral” com os filhos (Ariès, 1981 [1960], p.162), associado ao sentimento de família. Este se desenvolveu dentro do espaço privatizado entre os membros da família, que gozavam agora de intimidade, que aproximava particularmente mães e crianças. A família passava a ser um lugar de afeição necessária e não mais ocasional, como se observava antes, passou a se constituir e a socializar sua prole no âmbito privado, por excelência.

Este segundo sentimento de infância, difere do primeiro — de *paparicação* — e foi se constituindo, segundo Ariès (1981 [1960], p.163 de fora para dentro da família (por influência dos eclesiásticos, moralistas e homens da lei), devendo-se dar especial atenção à saúde e à higiene. No final do século XVIII já se tinha notícia de pais prenunciadores do modelo moderno que caracterizaria o século XIX e início do século XX. Ariès cita um exemplo deste

---

<sup>8</sup> Cf. também Canevacci (1976, p.40), para quem a defesa religiosa da idéia de família e, principalmente a legitimação da propriedade privada tornaram possível não só a *emancipação burguesa da sociedade feudal*, como também o nascimento da histórica cisão entre as esferas pública e privada. Cf. também Adorno e Horkheimer no artigo “Sociologia da Família” p. 215 no mesmo livro (*Dialética da Família*).

<sup>9</sup> Estas práticas consistiam na utilização dos filhos, e principalmente das filhas, como forma de barganha político-econômica, para - através de determinadas uniões entre famílias - se ter acesso tanto à riqueza como ao poder, obtendo-se o avanço da família na sociedade.

tipo de pai preocupado com tudo que se relacionasse com seus filhos, desde a paparicação até a educação, saúde, higiene. Ele, o pai, tomava tudo isso como assuntos da maior seriedade, dignos de irrestrita atenção<sup>10</sup>. Nas palavras de Ariès:

(...) não apenas o futuro da criança, mas sua simples presença e existência eram dignas de preocupação — a criança havia assumido um lugar central dentro da família.(ibid. p.164).

Aos poucos foi sendo criado, entre os membros desta família, um modo bastante específico de tratamento — mais carinhoso e menos impessoal — que possibilitou, através da nova privacidade, o surgimento de uma intimidade e afetividade antes inexistentes nas famílias (Ariès, 1981 [1960], p.267). As referências e preocupações com as crianças eram inúmeras, e as formas de tratamento passaram a ser carinhosas, com o frequente uso do diminutivo afetivo, o que denotava maior familiaridade. Particularizava-se o espaço da família como um espaço de solidariedade intra-familiar, diferenciado do mundo de todos os demais.

Pode-se observar que do século XV ao final do século XVII houve uma passagem gradativa da família ao modelo moderno e nuclear. Podemos retomar alguns pontos desta passagem, como, por exemplo, a especialização do espaço físico, que ocorreu primeiro dentro da própria casa, com a separação entre gabinete, salão e quarto. Começou a existir então alguma separação de espaços e funções, mas trabalho e casa ainda estavam intimamente ligados. A seguir, esta separação não se mostraria mais suficiente, e o trabalho foi separado definitivamente da casa indo para o mundo externo. A casa adquiriu então um *sentido de lar*. O único trabalho que continuava sendo realizado de forma sistemática dentro da casa era o trabalho doméstico das mulheres, incluindo a criação dos filhos. Assim, podemos dizer que foi na passagem do século XVII ao XVIII, que começou a se esboçar com contornos mais definidos a família moderna: “este grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores, é a família moderna.” (Ariès, 1981 [1960], p.270). O trabalho passou a ser agora realizado no

---

<sup>10</sup> A correspondência citada por Ariès (1973), entre o General de Martagne e sua mulher no final do sec. XVIII é um bom exemplo disto.

mundo externo à família, no mundo agora eminentemente público. Após o trabalho voltava-se ao lar, lugar que passou a oferecer proteção contra as hostilidades do mundo. Processou-se uma separação, uma demarcação que antes não havia e a vida em família ganhou um novo ritmo, que passaria a ser uma de suas características mais importantes.

Segundo Sennett (1974), o maior mérito de Ariès, foi o de descobrir a história de como as pessoas nos últimos dois séculos descobriram (ou criaram) a infância, abrindo o campo novo da família na história social, instituição sempre envolvida em processos dinâmicos e complexos. Sennett (ibid.) e Poster (1978) perceberam como Ariès torna visível o processo pelo qual a família é alçada à condição de instância fundamental para a socialização dos filhos, onde o pai passa a cumprir sua função primordial de forma diferenciada. Oferecendo mais elementos para esta discussão, Sennett narra uma mudança importante na esfera econômica que ocorre entre pais e filhos na virada do século XVIII no eixo Londres - Paris: com a Revolução Industrial, muitos locais de trabalho foram desmontados, o que tornou mais difícil a manutenção da prática da transmissão do trabalho de pai para filho. Os pais tinham agora apenas metade de seus negócios para legar, já que não mais poderiam garantir — como ocorria antes — uma comunidade fiel de fregueses ou uma fonte garantida de fornecimento. Poderiam legar apenas um capital ou um ofício, sem nenhuma outra garantia. A expansão do comércio e aumento da concorrência acabou fragmentando a continuidade do trabalho no seio da família, o que era compensado no outro campo — o da vida privada, na qual aumentavam o isolamento contra o mundo externo e a intensidade das relações afetivas, aspectos que passaram a caracterizar a família nuclear e burguesa de então.

Poster (1978), ao discutir a teoria freudiana do Édipo, recorreu ao argumento da intensidade das relações afetivas na família burguesa para afirmar que não é a mitologia grega que dá legitimidade ao complexo de Édipo, permitindo sua universalização, mas o contrário: é a família burguesa, nuclear e *patriarcal*, relativamente isolada e vivendo intensas relações afetivas intra-familiares que permite o surgimento de tal teorização. Para Poster, este amor intenso, somado à severa repressão oriunda da autoridade paterna é que teria possibilitado o surgimento de uma instância como o superego. O autor argumenta que o surgimento e as mudanças nas estruturas familiares não podem ser explicadas como efeito de uma única causa,

como o patriarcado, a modernização, o urbanismo, o capitalismo, etc. Poster afirma existir um conjunto de causas variadas que interagem na determinação das mudanças familiares (ibid. p.17), procurando assim demonstrar a fragilidade das teorias sobre família nos campos da história, sociologia, psicologia e psicanálise (que chama de psicologia freudiana).

Para Poster o objeto família goza de certa autonomia, de forma que as mudanças em sua estrutura demandem outras explicações, separadas daquelas relacionadas ao surgimento do capitalismo industrial ou da democracia. Assim ele propõe categorias através das quais poder-se-ia estudar a família empiricamente, sugerindo que este estudo deve ocorrer no nível sincrônico (onde o objeto é determinado estruturalmente por um conjunto de categorias que descrevem como o objeto opera num determinado tempo), e que, através do estabelecimento de tal conjunto de categorias, consiga-se chegar à determinação precisa da estrutura da família (Poster, 1979 [1978], p.159), não sendo possível, segundo o autor, comparar-se definições de família de sociedades diferentes.

Gostaríamos de reter o que existe de construtivo nas críticas feitas por Poster, esclarecendo que não concordamos com a desqualificação que tenta promover com relação à maior parte das teorias por ele apresentadas e criticadas. Desta forma poderíamos dizer que o autor oferece dados para uma crítica da psicanálise freudiana quando aponta que Freud não estabeleceu o conjunto de suas contribuições em um contexto de teoria histórica e social, não tendo analisado, por exemplo, as *condições de possibilidade* do surgimento do conceito de constituição subjetiva na infância, o que restringiria o alcance dos *insights* do criador da psicanálise (Poster, 1979 [1978], p. 23). Poster argumenta ainda que Freud teria estabelecido como universal a família burguesa em que *o marido e pai dominam a mulher e os filhos* (ibid., p.24) de acordo com sua experiência clínica e social e para facilitar sua sistematização teórica (ibid., pp.23, 24), a partir de sua própria vivência pessoal, impactado que estava pela morte de seu pai. Poster usa a ameaça de castração que os pais da época protagonizariam (ibid. p.26) para demonstrar que Freud se vale frequentemente de características que tenta generalizar, mas que são culturalmente produzidas e datáveis: a ameaça de castração seria uma característica ligada à moralidade vitoriana (ibid. pp.26, 27), não universalizável, nem eterna. Poster assinala ainda que a preferência de Freud pelo estudo do menino no complexo de Édipo, e a

insatisfação com sua teorização acerca do complexo de Édipo feminino, seriam limitações à universalidade edípica pretendida por ele (ibid., p.37). Afirma também que em o *Mal Estar na Civilização*, Freud (1930) atribuiu maior importância ao grau de envolvimento emocional no seio da família que ao triângulo sexual em si, o que novamente o levaria a considerar que a chave para a compreensão do Édipo não vem dos belos mitos da Grécia antiga, mas se encontra “no prosaico lar burguês” (ibid., p.42).

É interessante, no entanto, que Poster, após tecer contundentes críticas a Freud — o que chamou de *uma revisão da psicologia freudiana* — eleja justamente este corpo teórico, *revisado* por ele, para sustentar as bases de sua teoria acerca do estudo crítico sobre família, resgatando o valor das contribuições freudianas.

Do percurso que culmina com a privatização do espaço familiar, gostaríamos de enfatizar a progressiva importância que a célula familiar assume no que concerne à criação, educação, socialização e constituição subjetiva dos filhos, sendo o pai o agente privilegiado na consecução destas funções socializadoras, passando inclusive a assumir maior centralidade na situação edípica e nos processos identificatórios. Passaremos agora a encaminhar o estudo à especificidade da família brasileira.

## CAPÍTULO 2

### FAMÍLIA BRASILEIRA

Na passagem da modernidade à contemporaneidade — chamada por muitos autores de pós-modernidade — Singly (1993) situa dois momentos diferentes da história da família ocidental contemporânea (a partir de estudos sobre a família francesa, principalmente). Na modernidade, do século XIX até 1960, a instituição do casamento e as relações interpessoais são organizadas por alguns elementos centrais: o amor está intimamente relacionado ao casamento, há divisão estrita do trabalho entre os gêneros e — em continuidade com o processo que pudemos acompanhar com Ariès (1981 [1960]) — existia grande preocupação com a infância, no que concerne à saúde e educação. Em meados de 1960 já teríamos indicadores suficientes para falar de uma família diferente, a família “pós-moderna”, que se caracterizaria por instabilidade no casamento, legalização do divórcio e coabitação com forte dissociação entre vida conjugal e casamento. Nestas famílias, ainda segundo o autor, vemos o individual prevalecer sobre o familiar, sendo valorizado sobretudo o prazer.

#### 2.1 - Família no Brasil

Tendo esboçado um panorama geral sobre a trajetória da família, no seu processo de modernização, nos deteremos agora na apresentação de aspectos importantes ao estudo da família brasileira — um dos pontos centrais desta dissertação — sem esquecer da diversidade das formas em que esta se apresenta, fruto de complexidade e profusão de variáveis e regionalismos praticamente inesgotáveis.

No Brasil, Costa (1979) descreve a passagem da *família colonial* patriarcal para uma *família colonizada pela “normalização”*, promovida pelo higienismo. O processo ocorrido no Brasil por algum tempo limitou-se — como na França e Inglaterra — à família burguesa e branca e apresenta algumas semelhanças com o processo de fechamento das famílias que

acompanhamos com Ariès onde houve o rompimento dos antigos laços de parentesco, afastamento dos agregados e a *nuclearização* das famílias. A diferença mais importante entre os processos de mudança das famílias européia e brasileira parece ser que nesta houve grande pressão estatal para a ocorrência das mudanças, representada principalmente pela ideologia e ações higienistas, como podemos ilustrar citando Costa, ao descrever algumas das mudanças:

De qualquer forma, quaisquer que tenham sido os benefícios extraídos pela família de sua colaboração com a medicina ou submissão à higiene, deles resultaram uma crescente “intimização” e “estatização” dos indivíduos. *A higiene acoplou seus próprios interesses aos do Estado e aos da família, produzindo indivíduos extremamente preocupados com sua intimidade física e emocional. Também os ajudou a se desprenderem de suas raízes familiares extensas para colocá-los, sozinhos, face ao mundo e a este espaço absolutamente saturado de cuidados físicos e sentimentais que é a família nuclear. (...).* Foi neste âmbito que a educação e a conservação das crianças ganhou a importância que tem até hoje. Foi por esta via que os pais modificaram suas relações com os filhos e a família passou a ser vista, até períodos bem recentes, como local exclusivo de proteção e cuidados da infância. (Costa 1989 [1979], p.151. Grifos nossos)

Costa traz outras contribuições importantes, que concernem principalmente ao novo papel do pai nas famílias agora colonizadas. A mudança é significativa, já que trata-se da passagem de um pai com muitos direitos sobre todos, e sem grandes compromissos que não fossem com seu nome, honra e riquezas, para um pai “higiênico”, com deveres os mais diversos a pesarem-lhe sobre as costas. Segundo Costa, o pai “higiênico” era não mais um proprietário, *mas um funcionário da “raça” e do Estado* a quem deveria servir com a melhor porção de suas energias. Direitos, segundo Costa, só os de *trabalhar e fornicar*. (Costa, 1989 [1979], p.240). As figuras parentais se convertem totalmente às funções da manutenção da família e da espécie, a figura do homem se convertendo integralmente à figura do pai, símbolo de autoridade e razão, e a mulher à de mãe amorosa.

Propomos uma releitura crítica da principal obra de Gilberto Freyre (1933) que contribuiu para estabelecer uma relação de quase sinonímia entre um tipo específico de família patriarcal — a de senhores de engenho de algumas regiões do nordeste — e família brasileira.

A família descrita por Freyre era liderada pelo patriarca que exercia amplo domínio sobre lavradores, escravos e agregados. O patriarca era polígamo e a família originalmente escravocrata. Esta identificação entre família brasileira e o modelo gilbertiano de família foi amplamente aceita em diversos meios intelectuais, apesar de estudos demográficos posteriores a esta obra terem demonstrado a limitação deste modelo a uns “poucos senhores de engenho todo-poderosos” (Almeida, 1987, p.14). Aprofundaremos esta e outras críticas feitas por Almeida (1987) e DaMatta (1987) ao modelo de família proposto por Freyre.

*Casa Grande & Senzala* teve grande repercussão, tendo sido editada e reeditada em diversos países, o que permitiu a Freyre ter acesso aos argumentos de muitos de seus críticos, nacionais e estrangeiros, podendo responder a alguns deles. Muitas destas críticas assinalaram o caráter regionalista de sua pesquisa, ao que Freyre respondeu, no seu quarto prefácio (1946) que o açúcar, pela sua importância econômica, fazia com que o engenho, e a respectiva organização familiar se erigissem como modelos da vida organizada de família na colônia (1958 [1946], p.LXXXIII). Percebe-se desta forma como o fator econômico contribui para o etnocentrismo da visão antropológica de Freyre. Tal etnocentrismo é comentado por Corrêa, (1981), que o situa, bem como a Antônio Cândido como escritores que observam a sociedade a partir de seus referenciais específicos de condição sócio-econômica, cor, e localização geográfica:

“Recuando para o interior da instituição dominante num certo momento no Brasil colonial, e fazendo dela seu ponto de observação, os autores (Antônio Cândido [1972] e Gilberto Freyre [1933]) assumem o olhar de seus habitantes (do engenho ou da fazenda) — os senhores brancos e suas famílias.” (1981, p. 9).

Gilberto Freyre estudou a família brasileira — tanto em *Casa Grande & Senzala*, como em obras subsequentes — tomando como modelo, a família patriarcal extensa e abastada dos senhores de engenho de Recife, que teria se originado a partir das famílias dos primeiros colonizadores, brancos, patriarcais e polígamos, detentores de total poder sobre os vassallos da casa-grande, submetendo lavradores, escravos e agregados (Freyre, 1958 [1933], p.XXXII). Considerava que a miscigenação exercia efeitos sociais de correção da distância social (ibid., p.XXXIII), assim contribuindo para a “democratização social do Brasil” (ibid., p.XXXIII), já que

os filhos resultantes destas uniões passavam a herdar terras (ibid.), mas o autor menciona a seguir (1958 [1933], pp.69-70) o gosto do homem branco pela dominação autoritária, pela autoridade sádica e perversa, exercida sobre escravos, animais, índias, mulheres, etc. Freyre parece justificar a existência destas práticas mencionando um equilíbrio que se estabeleceria entre duplas como senhor e escravo, doutores e analfabetos, sádicos e masoquistas, equilíbrio que, na sua visão, teria algo de proveitoso para ambos os lados. Embora possamos ler em sua tese central que a miscigenação e a intimidade levam à democracia, à tolerância, e mesmo a uma ausência de racismo, cremos que ao longo de sua obra há sinais que traem uma visão preconceituosa e discriminatória. Ele trata os ameríndios, por exemplo, como raça inferior, estando imerso em ideais positivistas e etnocêntricos de sua época.

Para DaMatta (1987) — que define família patriarcal como “uma parentela de mais de duas gerações, com agregados, que age de modo corporado quando em crise e possui chefia indiscutível, bem como recursos de poder que o grupo cuida de manter e distribuir com cuidado e decisão” (ibid., p.119) — o modelo gilbertiano de família continua influenciando fortemente sobre nossas representações de família. Vivemos pois imersos em uma ampla rede de dependências e de relações hierarquizadas, característica do que DaMatta chamou de sociedade relacional, que funciona através de uma série de classificações e gradações, que incluem como critérios desde a cor da pele até os pais, tamanho da conta bancária e o nome de família, e onde acredita-se que “cada um sabe muito bem o seu lugar” (ibid., p.47). Enfatiza o autor, neste sentido, que sociedade brasileira “não pode ser entendida de maneira unitária, a partir de uma só causa ou um só princípio social” (1984, p.119). Já para Almeida et alii (1987), a família gilbertiana está presente com força ainda maior: “é o arquétipo de um modo de pensar tipicamente brasileiro que informa nossa prática privada e pública” (ibid., p. 16), ou seja, a hegemonia desta forma de organização familiar ficou tão pregnante nas instituições e no imaginário social do povo brasileiro que continua pautando as práticas privadas e públicas do nosso cotidiano nos dias atuais. Goldani (1993) também contribui para sustentar este argumento ao dizer que a família patriarcal é um modelo de referência historicamente estimulado pela sociedade e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado, embora sua concepção de família patriarcal seja um pouco diferente daquela oriunda a partir do modelo

gilbertiano. Nas suas palavras, o modelo de família “estaria associado à presença de parentes, a um sistema hierárquico, e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a *monogamia*, a indissolubilidade das uniões e a *legitimidade da prole*.” (ibid., p.70. Grifos nossos). Corrêa (1981) também contribui para a presente discussão ao citar Antônio Cândido (1972), autor que levaria o modelo gilbertiano às últimas consequências, ao dividir a estrutura familiar brasileira do século XVI ao século XIX em família (família patriarcal), e não-família, parte esta que constituiria a maior parte da população, a qual Cândido chamou de “massa *anônima* dos socialmente degradados”<sup>11</sup> (apud Corrêa, 1981, p.7. Grifos nossos).

Retomando alguns dos pontos apresentados, vemos que Gilberto Freyre, em sua obra mais importante, *Casa Grande & Senzala* constrói uma associação necessária entre o conceito de família e a família patriarcal, no que é acompanhado por Antônio Cândido que radicaliza esta relação de equivalência, chegando ao extremo de dizer que se de um lado existe a família patriarcal tradicional, do outro, as pessoas do povo, não estão nem organizadas como família.

Podemos depreender daí várias idéias importantes: em primeiro lugar, como já comentamos, ambos os autores estão mergulhados no caldo de cultura de sua classe e de sua posição pessoal dentro da sociedade, utilizando tais indicadores como referenciais para olhar o mundo, o que explica o já mencionado etnocentrismo dos autores. Em segundo lugar, entendemos que tal equivalência proposta direta ou indiretamente por eles entre o conceito família e família patriarcal brasileira se origina a partir de uma forte herança histórico-cultural compartilhada por ambos, o que nos leva a pensar, recorrendo de novo às pesquisas de Costa (1979), que, desde a época da colonização do Brasil, esta — a família patriarcal e com posses — tem sido a referência para a família que deve ser seriamente considerada e respeitada dentro da sociedade brasileira. Finalmente, devemos considerar a obra destes dois autores não só reproduziu um quadro pré-existente a eles, como também contribuiu para a consolidação e

---

<sup>11</sup> No original: “The non-familial portion consisted of a nameless mass of the socially degraded, those cast off by the family groups or brought up outside of them. They produced themselves haphazardly and lived without regular norms of conduct.” (Cândido, 1972, p.304, apud Córrea 1981, p.7, nota 5).

difusão das idéias por eles defendidas, concorrendo para o fortalecimento das representações que associam família brasileira ao modelo patriarcal.

De acordo com os referenciais de Gilberto Freyre e Antônio Cândido, e acreditando que o peso histórico-cultural que as acompanha continua atuando, somos levados a pensar que novas formas de organização familiar, diferentes daquele padrão proposto, podem estar surgindo sem legitimação que as sustente no campo das representações sociais, estando, pois, sujeitas a uma espécie de incapacidade de operação simbólica (no campo dos valores) — já que estão distantes do modelo ideológico de família das classes sócio-econômicas mais altas (modelo patriarcal, onde o poder e autoridade do pai são destacados) — passando então a receber, segundo DaMatta (1987), designações pejorativas, como família “sem eira nem beira”, “família sem pai”, uma “encontraria dificuldades ao realizar certas coisas em determinados ambientes”, enquanto a outra estaria associada a uma “linha dramática”. Por outro lado, a expressão “ser de boa família” designa o modelo socialmente aceito: (DaMatta, 1987, p. 125). Enfocamos aqui a correspondência que é feita entre as duas classes de expressões — “família sem eira nem beira”, “família sem pai” x “ser de boa família” — donde se pode deduzir que em grande medida é o pai detentor de algum poder, pelo menos no nível das representações, que confere legitimidade à instituição família, pois uma “família sem pai” é, segundo DaMatta, uma conformação familiar específica que recebe uma marca importante no campo das representações, que faz com que as pessoas passem a associá-las à expressão pejorativa “família sem eira nem beira”. Neste sentido, Bilac (1996) lembra que até há pouco tempo atrás a mulher solteira grávida pobre experimentava intensa desgraça social (o que às vezes ainda ocorre nos dias atuais). Hoje, entre as diversas novas formas de organização familiar, este tipo de família que vem se destacando, inclusive estatisticamente, e precisa ser melhor estudado. Veremos adiante, com a pesquisa de Sarti (1995, 1996) que existem mecanismos dentro da comunidade para que a mãe solteira possa superar o estigma social.

## 2.2 - Famílias chefiadas por mulheres ou mulher com filho sem cônjuge

Segundo Goldani (1993), a maior variedade de arranjos familiares ocorre principalmente entre os pobres, onde se percebe “tanto o fenômeno da ampliação dos núcleos familiares, via integração de parentes ou não parentes, bem como o incremento das famílias conviventes via associação entre núcleos familiares” (ibid., pp.73-74), o que estaria refletindo condições adversas concretas de vida, e as impossibilidades desta população. Dentro da variedade de novos arranjos, sobressai a formação de famílias monoparentais, principalmente de mulher com filho sem cônjuge (Goldani, 1993, p.74). Já nas camadas médias, por outro lado, as novas formas de organização se caracterizam por vínculos afetivo-sexuais com habitação separada, maternidade fora da união formalizada (por opção) e celibato.

A maioria, senão quase todas as causas apontadas para a eclosão dos novos arranjos familiares entre as camadas mais pobres são negativas: crescimento populacional, crise econômica, violência, abandono de crianças e jovens (Goldani 1993). Segundo esta autora, a retirada do Estado, através do retrocesso dos serviços públicos, e a não ampliação de programas sociais piora a situação ao não amparar devidamente as famílias carentes, especialmente crianças, adolescentes e idosos (1993, pp.70-71).

O IBGE (1988) trabalha com a categoria de “mulher chefe com filho”, e mostra, baseado em dados do PNAD (Pesquisa Nacional por domicílio) de 1980, que naquele ano estas já constituíam mais de 10% da população brasileira, se tornando a segunda forma de organização mais frequente, depois da família nuclear. Esta evidência também foi acompanhada pelo IPLAN (Instituto de Planejamento [1989]), que produziu um documento no qual defendeu a idéia de que estas famílias não devem ser tomadas como incompletas, pois já são *um novo tipo de família*. Devemos ressaltar, porém, que a definição de unidade familiar feita em geral pelos órgãos de estudos demográficos, como o IBGE, está vinculada à própria unidade doméstica residencial (cf. Goldani, 1993, p.78, nota 5), o que não invalida a utilização sociológica destas estatísticas.

Diogo (1989) empreendeu uma pesquisa sobre famílias chefiadas por mulheres, chegando à conclusão de que estas seriam arranjos circunstanciais, oriundos de uma família nuclear ou de amasiados (“tipo de união consensual, com relativa estabilidade que dispensa

qualquer cerimônia de casamento formal” In Azevedo apud Diogo, 1989, p.24), e tendo como ideal e esperança o modelo nuclear de família. Neste sentido flutuam entre a díade mãe-filho e a família conjugal, sendo, no entanto, operacionais e funcionais como os outros arranjos (ibid. p.41). Ou seja, Diogo defende a tese de que estas famílias podem continuar operando sem comprometimento de suas funções (criação/socialização dos filhos, sustento da casa, etc.), e argumenta ainda que muitas vezes o lugar do homem nas famílias circunstanciais pode ser substituído em parte das suas funções pelas duplas mãe - avó, mãe - filha, dentre outras (ibid., p.42).

No entanto, os relatos obtidos em pesquisa de campo empreendida por Diogo mostram que as mulheres que chefiam estes arranjos familiares sabem da diferença entre “palavra de homem” — ligada à autoridade — e “palavra de mulher” — mais ligada à proteção. Mostram que elas se ressentem das dificuldades na criação dos filhos, devidas à falta de pai e marido. Estes relatos mostram que ainda nos dias de hoje, após grandes mudanças, tanto em relação à família patriarcal extensa como em relação à família burguesa, a função do pai continua a ser fundamental para o exercício da autoridade e instauração da lei junto aos filhos.

A atribuição do conceito de matrifocalidade somente às famílias chefiadas por mulheres, precisa ser relativizada, já que, segundo Diogo (1989, p.37), a matrifocalidade pode estar presente também em famílias nucleares onde está presente o homem, assim como os ideais patriarcais frequentemente estão presentes nas famílias chefiadas por mulheres. Diante das diversas denominações com que deparamos ao empreender a atual pesquisa no campo das famílias chefiadas por mulheres, e diante da possível confusão a que tal diversidade pode levar, optamos pela expressão utilizada por Goldani (1993, p. 81): *mulher sem cônjuge, com filhos*. Goldani aponta, através da análise de dados demográficos, tanto para a fragmentação do modelo casal com filhos, quanto para o crescimento do modelo monoparental, em especial de *mulher sem cônjuge com filhos*. A autora alerta, porém, para a grande diversidade e complexidade de fatores, que podem levar a interpretações equivocadas no campo das estruturas familiares no Brasil. Para desenvolver esta idéia, Goldani lista algumas das variáveis que vem se modificando e produzem efeitos diferentes daqueles produzidos em passado próximo: houve um significativo aumento da *sobrevida média* das pessoas, os níveis de

fecundidade diminuíram de forma significativa, alterando as *condições de reprodução*; os *padrões de relacionamento* sofreram importante flexibilização, e com a emancipação da mulher e saída para o campo de trabalho, *os modelos de autoridade e posição relativa da mulher* também se alteraram. Mesmo o conceito legal de família na *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 se modificou, passando-se a reconhecer a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei neste caso facilitar sua conversão em casamento (cap.VII, Art.226, § 3º). Segundo Goldani, qualquer estudo que não leve em conta todas estas variáveis, e as estude em grau razoável de profundidade, considerando as implicações estatístico-demográficas das mesmas, estará correndo sério risco de chegar a resultados parciais e inconsistentes. Na conclusão de seu estudo, Goldani mostra que não estaria havendo desagregação nem substituição da família por outras instituições, continuando esta a se oferecer como “refúgio” ou último recurso ao qual seus membros recorrem em caso de crise (Goldani, 1993, p.100). Esta afirmação ratifica um ponto anterior levantado pela autora, segundo o qual existe grande solidariedade nas famílias dos pobres, inclusive solidariedade econômica, diferentemente das camadas médias, onde prevaleceria a lógica do individualismo (ibid., p.75).

Outra importante modificação na legislação ocorreu no código civil, reduzindo-se para três anos o tempo mínimo, no caso de existência de prole, para que fique caracterizada a instituição família diante do Estado. Normalmente observa-se que as mudanças legislativas se seguem às mudanças sociais. Neste caso específico cremos que mantém-se tal relação mas em sentido de refreamento ou controle da tendência social: aventamos a hipótese de que os legisladores nesta matéria estariam agindo sobre uma das características apresentadas por Singly, como própria da família contemporânea — a instabilidade das relações, havendo grande dissociação entre vida conjugal e casamento — procurando reverter, pelo menos parcialmente, este quadro, com o recurso à lei.

#### ALGUMAS PALAVRAS SOBRE OS POBRES URBANOS

Embora de início não tivéssemos claramente demarcado qual seria nosso objeto de estudo, ao longo das pesquisas e das conversas com professores ligados ao tema, acabamos por centrar o enfoque deste trabalho na população que está ao mesmo tempo próxima e

distante de nós, os pobres urbanos<sup>12</sup>. Ao longo de algumas décadas houve um forte movimento migratório do campo em direção às metrópoles, e foi principalmente a partir do estabelecimento deste contingente populacional nas grandes metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo que os pobres urbanos se colocaram de forma mais direta como possível — e principalmente *necessário* — objeto de estudo. Pecego (1999) inicia seu trabalho dizendo que durante algum tempo a família pobre foi negligenciada enquanto objeto de estudo por simplesmente importarem os valores das classes econômica e politicamente dominantes, e que, neste sentido, bastava que se estudasse as classes média para se obter uma visão geral da sociedade. Sem negar a existência deste mecanismo de pura importação, Pecego alerta para a necessária complexificação dos mecanismos, já que os pobres não apenas importariam tais valores, se apropriando, transformando, retraduzindo e até mesmo resistindo a eles de formas bastante peculiares e criativas. Neste ponto é importante a colaboração de Chauí, que denuncia uma dualidade na compreensão da cultura popular que tende a neutralizar o seu valor intrínseco. Uma posição é a dos que chama ilustrados, que consideram que existe um certo vazio cultural entre os pobres e que estes precisam fundamentalmente de assistência (cultural, moral, ...) e de ensino para conter suas 'paixões obscuras' (Chauí, 1986, p.17). Ponto de vista ligado ao positivismo, que veio armado das práticas higienistas dentre outras fazer uma limpeza no que foi considerado a sujeira, promiscuidade, arcaísmo e pobreza cultural dos pobres. A outra forma tende ao pólo oposto: seria a visão romântica, que se paralisa na idéia de que a cultura popular é *a* autêntica (ibid., p.23). Contrapondo-se a ambas as visões, Chauí postula que não existem duas culturas, mas uma só, sendo que a cultura popular se efetuará por dentro da cultura dominante, "como conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por esta lógica de práticas, representações e formas de consciência." (ibid., p.25). Chauí percebe nos pobres uma inusitada capacidade de imprimir sentidos inesperados aos *inputs* da cultura instituída e às informações

---

<sup>12</sup> Cf. Dissertação de Isabela Pecego (PUC-RJ, 1999): Onde o perto é também longe: família e identidade numa comunidade popular da zona sul carioca.

de massa (ibid., p.44). Por fim, dentro deste quadro de resistência e reinvenção cultural, a autora destaca a importância das ações e do apoio de setores progressistas da Igreja, como, por exemplo, as comunidades eclesiais de base.

Indo ao encontro das idéias de Chauí (1986), Sarti (1995, 1996) presta importante contribuição no sentido de diminuir a estigmatização dos pobres ao criticar as formas de aproximação e nomeação que lhes têm sido reservadas, imputando-se-lhes referenciais que nós, os pesquisadores, consideramos os mais importantes e talvez mais eufemísticos e politicamente corretos. Assim foram chamados de população de baixa renda, classes trabalhadoras, camadas populares, e por aí vai, quando o maior referencial que os caracteriza é justamente o que é evitado, a condição de pobres, pobres em condições materiais, mas não pobres de espírito, como querem alguns intelectuais ainda afinados à já pré-histórica teoria da privação cultural e outras do gênero. Desta forma Sarti (1996) presta excelente serviço para desmistificar a aproximação com os pobres e para fazer uma operação inversa, passando a caracterizar o pobre por suas positivities e não pelas *faltas* ou pelo que eles não têm ou pelo modo como deveriam ser. Pesquisando uma comunidade na periferia de São Paulo, esta autora pôde concluir que é a família que se mantém como valor central e mesmo como referência para todos os outros assuntos mundanos. Ao lado da família vem o trabalho enquanto valor intrinsecamente amarrado a este primeiro valor e com ligações até extramundanas, já que a inexaurível capacidade ou disposição para trabalhar é vista como uma graça, uma dádiva de Deus (Sarti, 1996, p.68 e segs.). A autora salienta que importa apreender a forma pela qual os próprios pobres percebem o trabalho. Se parte das ciências sociais insiste em ver o trabalho do pobre como exploração inerente ao capitalismo, Sarti procura mostrar que para os pobres desta comunidade, pelo contrário, a capacidade para trabalhar e o trabalho, como dádivas, associados à idéia não capitalista, mas hierárquica de vida em família, são tudo de que o pobre precisa para se sentir pleno. Dentro desta acepção, Sarti relata que o enfrentamento com as adversidades de um mundo capitalista “reforça a retradução da ordem social por valores não-capitalistas na busca de afirmação de uma outra ordem moral na qual sua existência faça sentido” (ibid., p.105). Estando privados de riqueza material, os pobres podem desenvolver uma intensa religiosidade popular, por vezes ligada à lógica do renunciante. Dentro deste

campo podem se igualar e até ser superiores aos ricos, que podem estar privados da riqueza moral que eles, pobres, possuem. (ibid., p.105). Sarti chega a sugerir a possibilidade de uma inversão no famoso ‘você sabe com quem está falando?’ pela dignidade do esforço implícito no trabalho, que permite ao pobre a consciência de uma legitimidade conquistada e de certa honra que pode acompanhar tal legitimidade, honra que deve ser reconhecida pelos outros. (ibid., p.70).

Ao homem cabe o trabalho, mais do que isso, cabe a ele prover a família, sendo muito frequentes, como demonstrou Durham (1982), a decadência e alcoolismo entre pais que perderam emprego, e sua capacidade — de homem — de prover sua família. É interessante salientar que mesmo tendo o pai perdido sua força dentro da família e às vezes se deixando paralisar, diferentemente das observações de Durham (1982) e Woortman (1987), Sarti observou que existe uma certa tolerância à sua permanência na família, por cumprir alguma função importante, um papel que já não se sabe claramente qual é, já que um pai que se enfraquece pelo desemprego e alcoolismo, *perde sua força simbólica*, tornando-se “incapaz de mobilizar os elementos necessários à obediência, abalando a base de sustentação dos padrões patriarcais em que se baseia a família pobre” (Sarti, 1996, p.37). A autora se pergunta se esta presença torna-se realmente desnecessária, ou se ainda precisam dela, mesmo que ela se mostre diferente do que deveria ser. Externamente haveria uma fragilização social da família onde não existe um homem capaz de prover teto, alimento e, conseqüentemente, respeito, o que nos remete novamente às noções de ‘família sem pai’ e ‘família sem eira nem beira’ problematizadas por DaMatta (1987). No entanto, na comunidade pesquisada por Sarti, quando as coisas pareciam não ir muito bem, surgia quase sempre uma capacidade de compensação, de certa recuperação social, capacidade diretamente ligada aos recursos proporcionados pelo que foi chamado de rede de relações, rede familiar ampla, rede de reciprocidade, ou ainda rede de solidariedade, que possibilita a efetuação de padrões específicos de sociabilidade e remete à atualização da herança de valores tradicionais, que os pobres efetuam de forma diferenciada em relação às demais classes, nas quais o individualismo se estabeleceu de forma mais profunda. O projeto de realização individual até existe, mas ele torna-se pouco viável se não puder contar com o apoio de tais redes. A autora percebeu que

nesta comunidade existe “uma trama de obrigações morais (que) enreda os membros” formando esta rede mais ampla, que pode ser mais forte que núcleos familiares propriamente ditos. Neste sentido, a compensação será buscada pela substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar, que pode ser o irmão da mãe, o filho mais velho,... É interessante a constatação de que mesmo quando a mãe é levada a se tornar provedora, tal fato não é capaz de garantir respeito imediato, sendo possível que a comunidade continue associando esta família em algum nível e durante algum tempo a alguma chefia masculina (Sarti, 1996, p.46). Este é um dos pontos que permite questionar os limites da suposta matrifocalidade das famílias dos pobres, no sentido em que estas continuam referidas a uma estrutura patriarcal (ibid., p.80). De forma análoga, quando ocorre a gravidez em mãe solteira e um dos valores mais importantes é rompido: o de família, a moça corre o risco de ficar mal falada. A possibilidade que tem de fazer um resgate de sua imagem é recorrendo ao outro valor maior desta comunidade: o trabalho. Assim ela pode conseguir sua recuperação social, tornando-se provedora para o filho.

Diante destes mecanismos de compensação e de certa prevalência de uma rede mais ampla sobre os núcleos familiares mais fechados, acabamos por nos encaminhar para outra importante constatação a que Sarti chega: que pai e mãe são “aqueles que cuidam das crianças”, havendo por vezes certa “circulação de crianças”, baseada na prática de adoções informais e temporárias. Embora a autora depreenda daí certa elasticidade no uso das categorias pai e mãe, e constate que o pai biológico possa não vir a criar o filho, percebe que *não desaparece a imagem idealizada de um pai de sangue* (ibid., p.58, Grifos nossos).’

Podemos perceber então, como psicólogos, ou como psicanalistas, que esta rede ampla pode ser muito importante e eficaz em grande parte dos casos de impossibilidade de criação dos filhos pelos pais biológicos, mas deixa espaço a grande sofrimento psicológico que advém da falta de permanência dos referenciais de pai e mãe. Aí aparecem dentro da própria comunidade os possíveis malefícios da instabilidade familiar, fazendo-se uma relação entre trabalho feminino e desordem familiar: “(Os filhos) ficam por aí ..começam a aprender o que não devem” (Sarti, 1996, p.78). O apelo ao consumo que quase não é contemplado pela

abordagem de Sarti aparece timidamente, quando esta diz que o trabalho entre os jovens é visto como valor positivo ao possibilitar que afirmem sua individualidade e visualizem de forma mais próxima o acesso a bens de consumo como jaquetas, tênis, marcas, etc. Por outro lado, em outras circunstâncias o trabalho é visto com valor negativo, como associado à escravidão, e, para os que “não querem saber de responsabilidade” trabalho é “coisa de otário”. Entrar no mundo do crime é romper com o laço positivo do trabalho e da família. (Sarti, 1995, p.142; 1996, p.98). Este caminho, tanto para Sarti, como para Zaluar (1996, p.270), “é um caminho sem volta”. É muito interessante a constatação de Sarti sobre o que acontece quando dois códigos se chocam: entrar para a vida do crime é entregar-se ao descrédito social, porém quando os rendimentos desta opção são revertidos para a família, passa a existir uma tolerância em relação a este bandido que não abandonou a família<sup>13</sup>.

Tanto o trabalho de Sarti (1995, 1996), como os de DaMatta (1984, 1987) enfatizam o valor da família e sua extensibilidade através de uma rede de relações que é formada. No que concerne a este trabalho, tal constatação tem duas consequências: uma que torna menos importante a saída do pai, pois a tal rede familiar se encarregaria dos filhos, surgindo alguma figura masculina (possivelmente o irmão da mãe) para compensar a saída do pai. Por outro lado a extrema valorização da família só faz aumentar a importância tanto da desvalorização do pai como a de sua saída da família, tornando mais problemáticas as consequências destes processos, como vimos acima.

Lembremos agora do longo processo de mudanças que foi necessário percorrer até o surgimento e consolidação da família moderna, processo mutideterminado que pode ser datado historicamente, e está intrinsecamente ligado à revolução industrial e capitalista, que demandou mão-de-obra, configurando uma situação a qual estas famílias tiveram que se adaptar. Hoje nos encontramos no meio de outra revolução, a da globalização e da informatização, que cria um mercado que faz com que muitos trabalhadores, com seus conhecimentos — que frequentemente se tornam inúteis diante da técnica que não pára de se modificar e de evoluir

---

<sup>13</sup> Em uma capacitação a agentes sociais que trabalham com população em situação de risco social, realizada pela SOBEPI, um dos agentes me perguntou o que deviam fazer quando o avião se tornava o principal provedor

— se tornem prescindíveis, indo engrossar fileiras de desempregados, tornando-se com frequência, incapazes de sustentar seus lugares nas famílias. Por aí se encaminha a análise de Woortman (1987) para quem este trabalhador será um *João Ninguém* no mundo da rua, e conseqüentemente um *João Ninguém* também em casa, da qual acaba saindo ou sendo expulso por já não poder manter o seu papel de provedor. Neste sentido diversos autores, como Durham (1982), salientaram em várias pesquisas a associação do stress que afeta trabalhadores — tanto pela indigna remuneração do trabalho, como pela iminência de perder o emprego — ao alcoolismo, e à saída da família, por deserção ou expulsão.

#### POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL: O ESTADO PODE AJUDAR? OU ESTARÁ SEMPRE 'DO OUTRO LADO'? QUEM SÃO OS AGENTES SOCIAIS?

O objetivo deste trabalho não é o de prescrevermos medidas para as famílias pobres, negando toda sua produção cultural e sabedoria, mas de pensarmos e colocarmos a sua disposição ações de que possam se apropriar ou não. A idéia é de que possamos pelo menos oferecer outras alternativas para panoramas que muitas vezes se mostram sem muitas saídas, não obstante a criatividade e a inventividade dos pobres, que conseguem vencer tantas dificuldades. Zelo excessivo pelo 'politicamente correto' pode ser uma 'faca de dois gumes', tendo em vista a paralisia a que pode levar. A percepção e sugestão de ação que este trabalho traz, emana de depoimentos dos agentes sociais<sup>14</sup> (a maioria deles com certo distanciamento crítico com relação ao Estado), do contato direto com grupos de adolescentes da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência), alguns dos quais envolvidos no mundo do tráfico, e depoimentos de pacientes adolescentes e de suas mães, colocando em campo a problemática do tráfico.

Entre fevereiro e maio do ano de 1998, uma equipe de quatro psicanalistas e analistas institucionais da SOBEPI (Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa da Infância), dentre os

---

da casa.

<sup>14</sup> Estes agentes sociais foram capacitados pela SOBEPI (entre fevereiro e maio de 1998). Cf. *Manual de apoio à ação e formação de agentes multiplicadores no trabalho com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco*, p.23 (bibliografia) / Ver também Silva (1996, p.257) quando menciona que os educadores de rua (que incluem-se no universo dos agentes sociais) tiveram uma importância fundamental em seu trabalho, como *informantes* e como *tradutores de uma realidade*.

quais eu me encontrava, realizou sua primeira experiência de capacitação ao público que chamamos na época de “Profissionais técnicos e não técnicos de instituições que lidam com a família”. Foram cerca de 30 profissionais capacitados separados em dois grupos. A justificativa que constava no projeto — aprovado em licitação — era a seguinte:

Um dos problemas mais importantes que afeta as crianças e adolescentes deste fim de século, é a rapidez com a qual deslizam desde a vulnerabilidade social à marginalidade. Uma das causas deste problema é a ruptura dos laços sociais que amarram as crianças a suas famílias e às instituições da comunidade. Partimos da base de que estes vínculos familiares não são artificios técnicos ou humanos criados para remediar o fracasso do vínculo “natural”. Pelo contrário, o “*natural*” é a solidariedade entre adultos e criança, por isso este projeto não pretende criar nada “artificial”, mas desenvolver junto às instituições alvo a idéia e os meios de recuperar a naturalidade dos vínculos solidários. Neste sentido, a tarefa dos profissionais técnicos e não técnicos dentro das instituições que lidam com estas crianças e adolescentes é de estar suficientemente capacitado para poder compreender os tipos de laços que podem ser reconstruídos ou instituídos nestas famílias. Para isso se torna necessário a apropriação de um conjunto de saberes e ao mesmo tempo de uma prática que respeite as diferenças, onde o resultado seja que profissionais, técnicos, instituições e agentes comunitários se tornem agentes multiplicadores destes conjuntos de saberes e práticas.

Sabemos que existem algumas simplificações na justificativa acima, como a de atribuir o status de causa do problema à ruptura dos laços familiares, quando talvez fosse mais importante pesquisar porque os laços estão sendo rompidos. Não se pode negar entretanto que a ruptura dos laços com a família é uma forte contribuição imediata para que se passe ao caminho do crime. Por outro lado fala-se na instituição de laços solidários, como se fosse uma tarefa simples, deixando no ar dúvidas a respeito da possibilidade e de como fazer isso. Trata-se, porém, apenas de uma justificativa bastante resumida do projeto. Foi a partir da execução deste projeto que tivemos o primeiro contato mais significativo com este profissional tão importante e normalmente tão despreparado que é chamado de agente social, às vezes de

educador de rua, agente comunitário,...que pode ser tanto de uma ONG (Organização não Governamental), quanto da área estatal da Saúde, do Desenvolvimento Social, ...

Então quem é o agente social e qual é o seu potencial de intervenção na sociedade? Segundo a Conselheira Aparecida de Fátima de Paula, representante da SOBEPI no Conselho Estadual de Defesa de Crianças e Adolescentes (CEDCA), e que também participou do projeto acima mencionado, o papel do agente social é eminentemente assistencial, ele é responsável pela intermediação, através de ações, da relação entre instituição e público alvo, sendo este público o destinatário das ações institucionais e composto por população de rua, abrigos, instituições totais, escolas, associações de moradores, creches, 1ª e 2ª varas da Infância e Juventude, crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência, etc. A importância destes agentes está no fato de serem os que executam os programas elaborados tanto pelo Estado como por ONGs, e sua prática deve reverter-se em subsídios para a adequação dos programas à realidade da população alvo. No entanto, segundo seu desabafo durante as atividades da capacitação, pudemos perceber que eles são pouco ouvidos. No entanto sua importância é tremenda, como disse Winnicott (1987 [1984], p.171) referindo-se ao inspetor de liberdade condicional: "o que faz a diferença entre o sucesso e o fracasso neste campo específico, é a pessoa do próprio agente que trabalha diretamente com a criança ou com o jovem". Ou ainda "podem-se conceber todos os tipos de planos, esquemas e idéias mas, na prática, o bom trabalho é feito por algum indivíduo que esteja em íntimo contato com a criança que está em dificuldades". Para Winnicott estes agentes só poderão funcionar bem se estiverem organizados de forma a:

- a) ter um compromisso total com o trabalho (sem porém misturá-lo afetivamente com sua própria vida pessoal);
- b) ter um espaço de análise e discussão de cada caso e de sua própria subjetividade; e
- c) ter folgas e férias regulares, para impedir o stress e a *identificação com a população atendida*.

Com relação ao treinamento, os agentes sociais, de modo geral, não o recebem *a priori*. Algumas instituições fazem capacitações que na verdade são palestras através das quais eles são informados das tarefas que desenvolverão. Fora a capacitação mencionada acima

(promovida pela SOBEPI), que não é corriqueira, seu treinamento e aprendizado se dá no dia-a-dia. Já em relação às expectativas, a instituição espera que o agente social desenvolva sem dificuldades o programa elaborado, enquanto a população alvo espera do agente que ele resolva seus problemas imediatos. Por vezes isto acaba confundindo o agente social que acaba não sabendo bem a serviço do que ele está. Um dos agentes que participou da capacitação acima mencionada (trabalhava na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) não sabia se ia em campo para simplesmente recolher os desviantes ou se estava lá para ajudá-los em algum nível. Porém este mesmo agente nos permitiu perceber o quanto um vínculo forte que se estabelece entre um agente social e um adolescente que está em vias de entrar no mundo do crime pode significar uma diferença entre a vida e a morte para o menino.

Voltamos agora para a Viena do início do século XX, mais especificamente para a família burguesa e nuclear, de onde afluía a maior parte da clientela de Freud, sendo útil para que ele possa formular o conceito de Complexo de Édipo, cuja genealogia torna-se essencial revisitar.

## CAPÍTULO 3

### GENEALOGIA DA HIPÓTESE EDIPIANA

Pretendemos discutir aqui o surgimento da hipótese edipiana à luz do seu contexto histórico-político e social, utilizando principalmente a obra de Schorske (1961), na qual o autor faz um esforço de contextualização histórico-social de um momento específico do surgimento da psicanálise, que podemos aproveitar para melhor situar o surgimento do conceito que ora estudamos.

Embora as mudanças na cidade de Freud tenham ocorrido um pouco tardiamente em relação à França, podemos dizer que a Viena daquela época acompanhava de modo geral as principais mudanças que iam ocorrendo na Europa, muitas das quais descrevemos no primeiro capítulo. É sob este ponto de vista que enfocaremos principalmente a família burguesa de Viena no final do século XIX, em que não obstante as pluralidades existentes, seguia em vários aspectos o modelo da Europa Ocidental de então (principalmente França e Inglaterra) — a maioria das famílias sendo nuclear e patriarcal, com pai, mãe, e filhos presentes. Retomando as mudanças discutidas no primeiro capítulo, estas famílias — e nelas especialmente os pais — passaram a assumir grande responsabilidade na função de socialização dos filhos, função que, como vimos, era antes delegada, de modo geral, quer às pessoas representativas da esfera pública, quer a outras famílias, como ocorria na França até meados do século XVII. É dentro deste contexto onde a família burguesa nuclear surge como valor e modelo, na Viena do final do século XIX, que Freud está inserido. Sennet (1974) — autor que tem uma visão bastante crítica da modernidade — cita uma passagem de um estudo sobre a vida familiar burguesa desta época para criticar o quadro estático das descrições que então se fazia, passagem que ainda assim é importante para ilustrar nosso ponto:

Em tal sociedade, profundamente ligada à ordem e às tradições do passado, não nos surpreende perceber que a estabilidade tinha um lugar de honra entre as virtudes. A corporificação concreta dessas idéias era o

lar da pessoa. (...) *o pai era o guardião da ordem e da segurança e, como tal, possuía absoluta autoridade*. E o significado do lar não se extinguiu no seu papel de reflexo do sucesso de um homem. Era também refúgio contra o mundo exterior, um lugar onde os tediosos detalhes do mundo do trabalho diário não tinham entrada. Para alguém que não pertença à época, é difícil imaginar como nascer e crescer até a maturidade em *um ambiente tão isolado*, com todos os encargos da vida tão meticulosamente enredados. (apud Sennet, 1993 [1974], p. 224. Grifos nossos / no original, Janik e Toulmin, 1973, p. 42-43).

Neste pequeno trecho é possível perceber vários aspectos do que temos discutido até agora, em especial que a importância que outrora o pai assumia na vida pública, e dentro da família extensa, parece ser transposta, na família vienense burguesa, para o isolamento da vida privada, que se oferece como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de intensas relações afetivas e de internalização das figuras parentais, em especial do pai.

Particularmente na família burguesa vienense judaica, como era o caso da família de Freud, o pai assumia força ainda maior, sendo aí o representante por excelência do domínio público, da lei da *pólis*. Podemos perceber como em Freud a figura do pai exercia marca muito profunda, quando ele afirma, por exemplo:

(...)o pai é a mais velha, a primeira, e, para os filhos, a única autoridade, e de seu poder autocrático evoluíram as outras autoridades sociais no curso da história da civilização humana — exceto na medida em que o matriarcado exige uma restrição desta assertiva. (Freud, 1987 [1900], p.220, nota 2).

Tal importância que o pai assume nas famílias judaicas — e em particular na família de Freud — nos permite entender porque é só após a morte de seu pai que Freud inicia sua auto-análise, achando que podia estar ficando neurótico devido ao sentimento de culpa que passou a acompanhá-lo, a partir deste falecimento. E é neste sentido que Schorske considera que o livro dos sonhos — que para muitos é a mais importante obra de Freud — constitui etapa essencial em sua auto-análise, escrevendo Freud no prefácio à segunda edição, em 1908, que “ele (o livro *A Interpretação dos Sonhos*) foi, como verifiquei, parte de minha própria auto-análise, minha reação à morte de meu pai — isto é, ao evento mais importante, a perda mais pungente da vida de um homem.” (Freud, 1978 [1900], p.32). O livro dos sonhos traz muitos sonhos do

próprio Freud que foram fundamentais no processo de sua auto-análise, deixando entrever suas próprias problemáticas edípicas, nos permitindo estabelecer duas ligações fundamentais: entre a figura do pai e complexo de Édipo, e posteriormente entre complexo de Édipo e lei, o que permite inferir, embora não estejamos no campo das matemáticas, a ligação também fundamental entre a figura do pai e a constituição da lei.

É numa Viena conturbada por diversas forças políticas disputando o poder, e sob a ameaça do anti-semitismo, que Freud se refere pela primeira vez ao complexo de Édipo, que se tornou um conceito crucial para o corpo teórico da psicanálise. Veremos que, para ele, a lei se constitui a partir da identificação com o lugar paterno e que a lei e a função paterna operam a partir do Édipo. Pensamos que na sociedade em que Freud vivia, e de onde provinha sua clientela, os atores da situação edípica existiam, não apenas enquanto funções, mas enquanto figuras paterna e materna bastante presentes. Tal quadro teria fornecido a Freud um contexto familiar denso que teria contribuído para que ele elaborasse suas hipóteses e conceitos centrais, principalmente aqueles ligados diretamente ao Édipo. Sabemos, por outro lado, que Freud costumava recorrer aos mitos, e nestes também aparece como central a figura do pai, seja como o herói da tragédia grega, seja devorando os filhos ou sendo castrado e morto por eles. *Sempre, porém, o pai passa a lei para os filhos.*

Entendemos que foram vários os fatores que levaram Freud à formulação da hipótese edípica: a morte recente de seu pai e um subsequente sentimento de culpa; um caso clínico que atendia em que um paciente obsessivo grave lhe relata um desejo parricida consciente; sua indignação política contra o poder dos políticos aristocratas vienenses e dos professores que negavam-lhe repetidamente uma cátedra na universidade — o que fica claro na análise feita por Schorske do “Sonho Revolucionário” de Freud — e, por último, mas não menos importante, o modelo nuclear da família vienense burguesa de então, que lhe oferecia matéria prima para não só formular sua teoria edípica mas também para *generalizá-la*<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Como já vimos, Poster (1987) também defende a precedência do contexto social da época de Freud, sobre a inspiração que este obteve dos antigos mitos da Grécia.

Seguindo passo a passo o processo de construção da hipótese edípica, veremos que a primeira referência que se conhece de Freud ao que chamará posteriormente de complexo de Édipo se encontra em uma carta a Fliess de 15 de outubro de 1897. Conta a ele que estava num período de grande produção intelectual e fala da “paixão pela mãe e o ciúme do papai”, considerando este mecanismo um “(...) evento universal do início da infância (...)” (Freud, 1990 [1897], p.365). Pouco antes, no “Rascunho N”, Freud se referira a este tema, falando de sua descoberta da “existência de impulsos hostis contra os pais, encontrados nos quadros patológicos” (Freud, 1990 [1897], p.351). Quando se refere aos impulsos hostis, está de fato falando do desejo de que os pais morram. Observa ainda que quando isto de fato ocorre, ou quando os pais adoecem, segue-se da parte dos filhos ou auto-recriminações melancólicas ou o adoecer junto, como resposta histórica. Ao fim deste rascunho, Freud observa que há uma regularidade neste ódio, que é sempre dirigido contra o genitor do mesmo sexo.

Recorremos a Silveira (1995) para nos aprofundar um pouco em um dos fatores apresentados como importantes para o desenvolvimento da teoria edípica: o atendimento por Freud, entre 1895 e 1900, do jovem paciente obsessivo grave. Após a morte de seu pai este jovem foi tomado por intensas auto-recriminações, passando a achar que poderia perder o controle e matar as pessoas na rua. Durante sua análise surge a recordação de um desejo consciente de empurrar o pai para um precipício, quando tinha apenas sete anos. Na opinião de Silveira, Freud teria se identificado com os desejos parricidas deste paciente, o que lhe teria mostrado um caminho importante para a explicação de seus próprios angustiantes sentimentos parricidas, que passaram a perseguí-lo após a morte de seu pai.

Quanto à indignação política sentida por Freud, nos remetemos à obra de Schorske sobre a Viena do final do século, que é precisamente a Viena de Freud. Schorske fez uma análise política da formulação do conceito de complexo de Édipo. Para isso recorreu ao sonho chamado por Freud de “Um Sonho Revolucionário”. Ao final do sonho, Freud encontrava um velho cego e caolho em uma estação de trem, ajudando-o a urinar, segurando para ele o urinol. O trabalho feito por Freud, de interpretação deste sonho levou-o a uma cena de sua infância, em que ele, com sete ou oito anos, não se conteve e urinou no quarto dos pais, na presença deles, sendo surpreendido por seu pai, que repreendeu-o, chegando a dizer que o pequeno

Freud nada seria na vida. Para Freud a cena do sonho é uma resposta tardia ao pai: o filho agora forte diante de um pai fraco e debilitado, vingava aquele momento fatídico em que o pai vaticinara a incapacidade do menino Freud (Freud, 1987 [1900], pp.219-220). Para Schorske, o sonho, do início ao fim, aponta para as posições políticas de Freud, principalmente para uma vingança de Freud contra o poder aristocrático representado pela figura do Conde Thun, que Freud vira no dia anterior entrar imperialmente em um vagão de luxo, sem comprar bilhete. Enquanto Freud vê neste sonho o parricídio, tendo apontado apenas em uma nota de rodapé o pai como representante do poder aristocrático, Schorske vê caracterizado o desejo de regicídio, que estaria dando vazão à indignação política de Freud.

Com a interpretação deste sonho, Freud estaria se reassegurando da existência das tendências edípicas. Restava generalizar sua hipótese, o que faz recorrendo à peça *Édipo-Rei* de Sófocles, com a qual já estava bem familiarizado pois quando era ainda estudante de segundo grau fizera a tradução de uma passagem dela, e assistira, pouco depois, a uma representação teatral em Paris.

Esta peça de Sófocles — que provavelmente foi encenada pela primeira vez por volta de 430 a.C. — exercia grande efeito sobre Freud, que se indagava como ela mantinha seu poder de comoção sobre as pessoas durante tanto tempo (Silveira, 1995, p.73). Em 1897, em carta a Fliess, ele ensaia uma explicação, ao dizer que “a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma.”, cada pessoa tendo sido de certa forma um Édipo, e “cada qual recua horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual.” (Freud, 1990 [1897], p.365, carta 71).

Silveira (1995) propõe que a apresentação ao público das idéias freudianas com relação ao Édipo, em 1900, possui também um lado político-social, que seria sua dimensão de “contundente crítica às representações prevalentes na cultura relativas à infância, maternidade / paternidade e relações pais-filhos, apontando para a existência de rivalidades e desejos sexuais no coração da família” (Silveira, 1995, p.IX). Esta hipótese converge com a linha de pensamento de Schorske, que percebe em Freud uma grande indignação com a política e

considera que sua vontade de participação e influência nesta teria sido deslocada para a sua vida científica, ao estudo do psiquismo, sem se apagar.

Devemos, porém, levantar aqui a possibilidade de relativização do ponto de vista de Silveira quando esta diz que a publicação das idéias de Freud a respeito do Édipo se constituiu em uma crítica veemente às representações culturais presentes na cultura burguesa de Viena. Neste sentido, recorreremos a Plastino (1997), para quem Freud ainda não tinha certeza de que devia abandonar de vez a teoria do trauma real em favor do complexo de Édipo e das seduções imaginárias que o acompanham. Desta forma não foi conferido nenhum destaque à apresentação da hipótese edípica em 1900, na primeira publicação de *Interpretação dos Sonhos*. O local reservado a esta apresentação é bem modesto: ela figura como um subtipo de sonho dentro da categoria dos sonhos típicos, o sonho de desejo de morte de pessoas queridas. Além disso Freud não havia ainda cunhado a expressão definitiva e que mais difundiu a hipótese edípica — o complexo de Édipo — o que só ocorreu em 1910, com a publicação de *Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita Pelos Homens* (Freud, 1970 [1910], p. 147). Plastino lembra que em outro texto básico posterior à *Interpretação dos Sonhos* — os *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, de 1905, que enfoca detidamente a sexualidade infantil — a hipótese edípica não foi sequer mencionada.

Sabemos que não podemos atribuir a seção reservada à hipótese edípica no livro dos sonhos e a sua não inclusão nos *Três Ensaios*<sup>16</sup> a problemas com a forma de escrever de Freud, haja vista que o Freud escritor prima pela excelência no diálogo com o leitor, tendo como característica marcante a arte de situar todos os seus argumentos, hipóteses ou informações no ponto exato pretendido, dando assim importância maior ou menor a esta ou àquela idéia. Onde estaria então a contundência da crítica político-social de Freud se não deu destaque algum à sua idéia, pelo menos naquele momento?

---

<sup>16</sup> Menções explícitas ao complexo de Édipo só apareceram em 1915, sob a forma de notas de rodapé.

Para Plastino o complexo de Édipo assume maior importância e centralidade apenas em *Totem e Tabu* (Freud, 1913)<sup>17</sup>, onde Freud lança sua teoria antropológica do início da cultura. Ao concluir uma investigação condensada sobre a condição do herói na tragédia grega, em que associa este ao pai primevo, Freud afirma “que o resultado dela (da investigação) mostra que os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte convergem para o complexo de Édipo” (Freud, 1974 [1913], p.185), ou seja, pensamos que com isto está assinalando que as duas proibições do totemismo: não matarás o totem, e não cometerás incesto — que são as bases da cultura — são as mesmas necessárias para refrear os desejos edípicos, o que já prenuncia quão intrinsecamente relacionados estarão a inauguração da cultura e a passagem pelo Édipo. E mencionamos aqui o totemismo porque é nele que se baseia a explicação a que Freud mais vezes recorre para lançar luz a esta passagem primordial tão importante, da inauguração de uma nova forma de organização.

Na história contada em *Totem e Tabu* — que tem antes de tudo um valor mítico — Freud diz que os irmãos que haviam sido expulsos retornaram juntos e mataram o grande e temido pai, que os expulsara. Fizeram então o que viria a ser a primeira refeição totêmica, repartindo entre si os pedaços do pai morto. Tendo realizado o primeiro grande desejo, voltaram-se para o segundo que seria possuir incestuosamente as mulheres do pai. Esta segunda etapa parece ter sido mais problemática já que Freud sugere que os filhos passaram por algumas crises importantes em virtude dos desentendimentos e brigas que provavelmente passaram a ocorrer entre eles, na ausência da força suprema e tirânica do pai. Porém, a história não termina assim: consumado o ato do parricídio, os filhos foram tomados de grande culpa, e tendo introjetado o pai através do devoramento mítico, e talvez já percebendo a impossibilidade de se organizarem sem uma força superior que os limitasse, instituíram o totem que conferiu imortalidade ao pai-totem, que não podia ser morto, senão uma vez por ano, e de forma sagrada. Instituíram também a proibição de possuírem as mulheres do mesmo clã,

---

<sup>17</sup> Renato Mezan, em *Freud: a Trama dos Conceitos*, salienta a importância de outro texto de Freud, na apresentação do Édipo: *O Pequeno Hans*, de 1909, onde a problemática edípica é central, embora Freud ainda não tivesse cunhado a expressão “complexo de Édipo”.

inaugurando a exogamia e ingressando em uma forma fraternal de organização onde haveria concessão de direitos iguais a todos os membros desta aliança fraterna.

Seguindo uma analogia possível na leitura do texto freudiano entre a filogênese e a ontogênese, podemos comparar os filhos da horda primeva, que cometem o assassinato primordial, à criança edípica que pode ter, em fantasia, também assassinado o pai que ameaçava afastá-la da mãe, aumentando seu sentimento de culpa e, conseqüentemente, sua angústia de castração. Assim, para Freud, é por uma preservação narcísica do pênis — uma vez que sofre a ameaça de castração — que o menino abre mão das catexias libidinais dirigidas aos pais. Freud sugere ainda outra explicação que poderia ser, em sua opinião, complementar a esta, segundo a qual o complexo de Édipo ruiria seguindo um programa biológico hereditário (*A Dissolução do Complexo de Édipo*, 1976 [1924d], p.218)<sup>18</sup>. O herdeiro de tal dissolução é o superego, que se constitui principalmente a partir de uma identificação com o pai, e que marca a entrada na cultura, repetindo-se assim, na ontogênese, o que Freud diz ser, em uma filogênese mítica, a passagem da horda primeva à humanidade. Está presente em ambos os casos a morte do pai.

Hugo Bleichmar (1984), historia o tratamento dado por Freud à hipótese edípica de forma bastante didática e clara. Divide o tema em três momentos mais importantes: o primeiro é o da carta à Fliess, e da *Interpretação dos Sonhos*, quando o conceito é apresentado e está centrado no que acontece com o menino. O segundo momento estaria marcado pelos textos *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921) e *O Ego e o Id* (1923), respectivamente os capítulos VII e III. As idéias novas aí seriam a ambivalência afetiva dos filhos com relação a ambos os pais, e a saída do Édipo com as identificações. Em 1923, na apresentação da segunda tópica, Freud apresenta uma nova instância, intimamente ligada à passagem do biológico ao cultural — o superego — que surge a partir do id, e como herdeiro do complexo de Édipo. Se voltarmos ao ponto onde afirmávamos a centralidade do Édipo, encontraremos em Bleichmar um suporte para tal posição, pois ele confere importância ainda maior ao complexo de Édipo

afirmando, por exemplo, que não haveria um sujeito pré-existente à relação (edípica) com os pais (Bleichmar, 1984, p.11).

Já em um terceiro momento, Freud considera a diferença na vivência edípica entre homens e mulheres, e a castração passa a ocupar um lugar também central dentro de seu arsenal conceitual. Este período, segundo Bleichmar, iria desde o artigo *A Organização Genital Infantil* (1923e) ao artigo de 1931 — *Sexualidade Feminina* — passando pelos vários outros que tratam do tema. Este momento é marcado por um deslocamento no estudo do Édipo para uma posição que possa incluir a menina e sua mãe (Bleichmar, 1984, pp.14, 15).

Voltando ao artigo de 1921, *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, em uma revisão mais direta, veremos que Freud escreveu que a identificação é a mais remota expressão de laço emocional, podendo ser anterior até às catexias libidinais dirigidas à mãe. O menino toma o pai como seu ideal, quer ser igual a ele em tudo, inclusive na posse da mãe. Surge então a ambivalência na identificação com o pai: o menino ama e odeia o pai, já que o tem como ideal, mas ele lhe barra o acesso à mãe (Freud, 1976 [1921], p.133).

A seguir, em *O Ego e o Id*, de 1923, Freud desenvolveu e aprofundou a temática do complexo de Édipo. Escreveu que “os efeitos na mais primitiva infância serão gerais e duradouros (...) por trás do ideal do ego está a primeira e *mais importante identificação de um indivíduo*, a sua identificação com o seu pai em sua própria pré-história pessoal” (1976, p.45. Grifos nossos). Pouco adiante, Freud volta a afirmar que esta identificação ocorre antes do estabelecimento de qualquer catexia de objeto (ibid., p.46). Destas identificações com os pais (Freud privilegia o estudo da identificação com o *pai*), resultará um precipitado no ego, que chamará de ideal do ego ou superego. Este traz o resíduo não só das primitivas escolhas objetais (do id), como também constitui-se em uma reação contra as mesmas, de forma que a mensagem do superego ao ego é dúplice: o filho, deve ser igual ao pai, mas não pode fazer tudo que o pai faz. Deste modo poderíamos dizer com Freud, que para recalcar os impulsos

---

<sup>18</sup> Freud, ao longo de sua obra, se vê obrigado a recorrer a algumas hipóteses sobre as quais não existia grande acordo na ciência da época, como a idéia de programa hereditário, biologizante em alto grau. Cremos, porém

edipianos e para instaurar a lei, o ego infantil contou com a *força do pai*. Nas palavras do autor: “este empréstimo (de força do pai) constituiu um ato extraordinariamente momentoso. *O superego retém o caráter do pai*” (ibid., p.49. Grifos nossos).

Freud dirá que este ideal do ego ou superego — posteriormente ele distinguirá os dois termos — traz em si o que há de mais elevado no homem, que vem das nossas relações com nossos pais, e de tudo que conhecemos, admiramos e tememos como sendo elevado, e que depois colocamos dentro de nós mesmos, quando da dissolução do complexo de Édipo. O ideal do ego surge como herdeiro do complexo de Édipo (1976 [1923], p.51), aparece como um “substituto de um *anseio pelo pai*” (ibid., p.52), identificação que será a matriz para todas as outras que envolverão pessoas que serão colocadas no lugar de figuras de autoridade, passando a exercer o papel do pai. Ao concluir sua argumentação, Freud diz que mesmo “a religião, a moralidade e um senso social (...) foram filogeneticamente adquiridos a partir do complexo paterno.” (ibid., p.52).

Em texto posterior, *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924), Freud se detém sobre a forma segundo a qual ocorre a saída do complexo de Édipo, o momento de sua dissolução, com a constituição da lei. Ele acrescenta às explicações pela ameaça da castração ou pelo curso de um programa hereditário (1976 [1924d], p.218), os penosos desapontamentos vividos tanto por meninos como por meninas (ibid., p.217). Depois que o menino vê os órgãos sexuais femininos, a ameaça de castração o coloca entre dois fogos: ficando no lugar do pai, vai ser castrado por este, e para ficar no lugar da mãe precisa estar castrado, com o que “as catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações” (ibid., p.221), sendo a autoridade do pai introjetada no ego para aí formar o que Freud chama agora de núcleo do superego, que “assume a severidade do pai e perpetua a proibição contra o incesto” (ibid., p.221), proibição que será precursora e possibilitadora da internalização de todas as outras leis necessárias à vida em sociedade. Com relação às meninas, Freud acha que elas por não sofrerem a ameaça de castração como os meninos, aceitando a castração como fato consumado, perdem um motivo poderoso para a constituição do superego (ibid., p.223).

---

que no conjunto de sua obra não é a idéia que poderíamos considerar predominante.

Ao fim desta consulta ao texto freudiano, fica clara a importância que Freud atribui ao pai para o desenvolvimento não só de cada sujeito individual, mas da própria humanidade com um todo. Desta forma podemos dizer — e este é o ponto que queremos ressaltar — que a hipótese edípica só pode ser entendida com uma relação necessária e íntima entre *pai*, *complexo de Édipo* e *lei*.

Na sequência deste trabalho teremos como objetivo aprofundar e problematizar o estatuto do complexo de Édipo, recorrendo a autores de diversas posições teóricas. Colocando a questão de outra forma: após verificarmos como o modelo nuclear (patriarcal) burguês foi fundamental para a criação da hipótese edípica, e revermos o desenvolvimento e funcionamento desta formulação por Freud, veremos que a discussão em torno da questão está longe de se esgotar: se existem, por um lado, pensadores importantes que questionam a forma como a problemática edípica está colocada e difundida na sociedade ocidental, com proposições radicalmente novas, deparamos, pelo outro lado, com aqueles que fazem um diagnóstico social de um mal funcionamento do complexo de Édipo, causado principalmente por certo declínio das figuras paternas na sociedade moderna, o que coloca o funcionamento edípico como eixo de primeira importância para o funcionamento social saudável.

Acreditamos que só após termos percorrido ou sobrevoado esta etapa, seremos capazes de nos perguntar com maior propriedade qual é a real importância do funcionamento edípico padrão para os bebês, as crianças e os adolescentes em crescimento na sociedade contemporânea e, mais ainda, questionar como o complexo de Édipo se processa em um universo familiar bastante diverso daquele do patriarcado, ou mais especificamente, como funciona para os filhos a constituição da lei no universo de famílias sem pai?

## CAPÍTULO 4

### ALGUMAS POSIÇÕES TEÓRICAS PÓS-FREUDIANAS EM RELAÇÃO À QUESTÃO DO ÉDIPO E À IMPORTÂNCIA DO PAI: TRÊS LEITURAS

Contra o revisionismo analítico surgiram algumas posições, como a teoria lacaniana e a Teoria Crítica da Sociedade (Escola de Frankfurt<sup>19</sup>), que pregam uma volta à radicalidade da descoberta freudiana do inconsciente, cada uma a seu modo. Para Lacan, por exemplo, as diferentes “interpretações” do texto freudiano feitas pela Psicologia do Ego, estariam aproximando a psicanálise a uma psicologia mais preocupada com os problemas do comportamento, deixando de lado as questões mais profundas, ligadas diretamente ao inconsciente e às pulsões (Zizek, 1990, p.11).

Porém, os limites entre revisionismo da psicanálise freudiana e retorno radical à mesma nem sempre ficaram claros. É o que demonstra a primeira cisão importante na Escola de Frankfurt quando Marcuse e Adorno fizeram uma crítica às posições teóricas de Eric Fromm, que o situariam como não mais alinhado à perspectiva da Teoria Crítica. Muito pelo contrário, suas posições, segundo estes autores, o colocariam em sintonia com as idéias revisionistas (Zizek<sup>20</sup>, 1990, p.13).

Mas de que revisionismo<sup>21</sup> se trata? Segundo Zizek (1990), tratar-se-ia de uma psicologia conformista que teria detectado certos aspectos problemáticos na obra freudiana, os quais iriam desde o excessivo biologismo, ao antigo tema do pansexualismo. Desta forma, o

---

<sup>19</sup> A Escola de Frankfurt é a expressão que nomeou, primeiro um movimento de intelectuais, depois uma teoria social, e foi fundada em Frankfurt, no Instituto para a Pesquisa Social, em 1924. Dentre os intelectuais estavam Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal, etc. Preocupavam-se em fazer uma crítica radical às grandes mudanças político-culturais da modernidade. (Castro, 1998, p.20). Segundo Zizek (1990, p.11), foi a Escola de Frankfurt que criou a *Teoria Crítica da Sociedade*, passando as duas expressões a praticamente se equivalerem.

<sup>20</sup> Professor de Filosofia e pesquisador da Universidade de Liubliana, tem sua base teórica formada por três correntes: Escola de Frankfurt, dialética hegeliana e teoria lacaniana.

revisão — que abrangeria autores tão distintos como Adler e Laing, passando por outros como Horney, Sullivan, ou Frankl e Maslow — propõe uma *desbiologização* do inconsciente freudiano, através de sua historicização e socialização. Guardando alguns pontos de contato com propostas secundárias deste trabalho, censuram Freud por “projetar como ‘fundamento natural’ traços condicionados pelo desenvolvimento sócio-histórico (o familiarismo patriarcal do Édipo, as pulsões agressivas, etc.)” (Zizek, *ibid.*, p.12).

Deleuze e Guattari (1972), apesar de não se alinharem ao movimento revisionista ao qual nos referimos anteriormente — já que se inspiram em uma tradição filosófica e epistemológica bastante singular (Nietzsche, Spinoza, Bergson, etc.) — compartilham a crítica à naturalização por Freud do ‘familiarismo patriarcal do Édipo’, e a estendem a Lacan, que — apesar de ser o responsável pela maior inovação no campo da psicanálise — teria dobrado a força do complexo de Édipo ao operar a passagem das figuras imaginárias da historieta edípica às funções simbólicas: o humano estaria então e desde sempre submetido tanto às figuras imaginárias do Édipo como a uma rede simbólica de lugares e funções regulares (Deleuze e Guattari, 1972, p.86).

Podemos dizer que a marca de nascimento da psicanálise, como em muitos outros momentos de virada das ciências e dos saberes, foi a polêmica e a controvérsia suscitadas. Embora tomasse diversas formas, tal característica nunca abandonou a psicanálise, talvez pela própria radicalidade desta, que em algum núcleo permanece, mesmo em face das ameaças de conformismo e de biologismo. Não obstante as divergências — ou talvez estas derivem da própria notoriedade alcançada pela psicanálise — podemos afirmar que a psicanálise inventada por Freud obteve de fato um reconhecimento e aceitação que a colocam entre as grandes descobertas da história da humanidade, marcando-a de forma indelével, assim como aos modos de produção social. Sua produção é tão vasta e rica que suscita diversas interpretações, adesões e reações, sendo discutida em vários campos do saber. É dentro deste quadro de muitos posicionamentos que fazemos agora uma pequena incursão, procurando tomar como

---

<sup>21</sup> Lasch (1977) escreve que na verdade revisionismo não é a palavra mais adequada para definir as posições de autores como Fromm, Horney, Sullivan, etc. Pois teriam criado uma nova teoria, superficialmente semelhante à

norte basicamente três posições que mantêm como ponto comum estarem informadas pela teoria psicanalítica. Deste modo, analisando as posições teóricas da Escola de Frankfurt, da teoria lacaniana e a corrente feminista em psicanálise, aqui representada por Jessica Benjamin, apresentamos nesta parte um recorte da multiplicidade de idéias e posicionamentos acerca do tema do Édipo, e dos diferentes graus de importância conferidos ao pai, o que, além de demonstrar a relevância do primeiro, contribui para que possamos melhor contextualizá-lo, e relativizar sua importância, conhecendo melhor seu estatuto e funcionamento, para, a partir daí, perceber as diferentes implicações destas contribuições para a questão do pai na sociedade atual.

Sabemos que cada uma das posições teóricas que abordaremos possui uma história conceitual interna que têm que ser respeitada e considerada. Porém, para os fins deste trabalho, teremos que nos responsabilizar por cortes ou recortes dentro de cada uma destas posições, até mesmo pela impossibilidade e inadequação neste contexto de uma análise longitudinal de cada uma das escolas às quais vamos nos referir.

#### **4.1 - Posição Lacaniana: o pai como lugar-função na estrutura**

Se a castração merece efetivamente ser isolada por um nome na história do sujeito, ela está sempre ligada à incidência, à intervenção de um pai real. Ela pode igualmente ser marcada de uma maneira profunda, e profundamente desequilibrada, pela ausência do pai real. Essa atipia, quando ocorre, exige então a substituição do pai real por alguma outra coisa, o que é profundamente neurotizante. (Lacan, 1955-56, p.226)

Em *Édipo Africano*, Ortigues (1966) mostra que o Édipo como fator estrutural que exerce a passagem do organismo biológico para o erógeno se evidencia também nas sociedades africanas, sendo que aí, essa operação simbólica não se realiza através dos pais reais, mas dos símbolos água e árvore, cuja função simbólica ocupa, respectivamente, o lugar da mãe e do pai em nossa sociedade. Esse exemplo mostra como para a

---

de Freud. (tradução bras., nota à p.107)

psicanálise o que é importante na fase edípica são a Lei, as operações simbólicas e universais que a ela estão relacionadas. Sendo que *universal não são os modos sociais que operam e atualizam essa Lei, mas a função de separação entre uma relação 'natural', imediata e uma outra mediata. Para Lacan essa operação é o que se denomina em psicanálise de Castração.* (Freire, 1984, p.86. Grifos nossos).

Segundo Freire (1984), existiriam pelo menos dois bons motivos para a prevalência que Lacan deu durante grande parte de sua obra ao registro simbólico na caracterização do homem. Primeiramente para proteger a psicanálise da possibilidade de ser reduzida ao estudo de condutas biologicamente pré-determinadas. E segundo para dar à psicanálise e às ciências humanas, através da elevação do inconsciente à posição de invariante estrutural e universal, um estatuto de cientificidade, tendo recorrido para isso à lingüística estrutural. (ibid., p.72). Deste modo, para Freire, o pai está como lugar da Lei, e desde aí se determinariam tanto o pai real, como suas relações imaginárias (ibid., p.49). Nas palavras da autora:

A função paterna é, portanto, o pai simbólico que corta a relação imaginária especular através de um NÃO, em francês, *Nom-du-Père*, que designa ao mesmo tempo não e nome do pai: o *Nom-du-Père*, como lugar da lei, determina na estrutura o que aparentemente era dado como natural, a saber, o pai real. Na realidade, o pai real e as imagens que a este se associam são efeitos do pai enquanto estrutura (*Nom-du-Père*). Ainda nesse sentido, Lacan observa que, para além da figura do pai real, assim como além da imagem do pai imaginário, existe sempre um pai simbólico. (Freire, 1984, p.48).

Outros, como os autores estruturalistas inspirados em Jacques Lacan, privilegiam a atualidade do construto do complexo de Édipo porque transpõem toda a questão do romance edípico das figuras que compõem o triângulo edípico para uma dimensão estrutural, para lugares que vão ser ocupados de acordo com os movimentos e regularidades da estrutura. Para os mais radicais defensores desta posição o Édipo estaria mantido, sem retoques, em diferentes culturas e épocas, como fundamento do humano. Porém, mesmo entre os representantes desta vertente, parece haver dúvidas e contradições com relação ao Édipo e ao lugar, importância e

modo de operação do pai aí. O lugar do pai enquanto função poderia ser ocupado por qualquer coisa que “faça questão” para a mãe, não precisando ser uma pessoa. Poderia ser, por exemplo, o trabalho da mãe, poderia ser qualquer outro para esta mãe capaz de romper a relação dual-narcísica-imaginária dela com o filho. Pois o significado de *castração* na teoria lacaniana já não é o mesmo tal qual Freud o postulou<sup>22</sup>, como vimos anteriormente, referindo-se à criança, que poderia vir a sofrê-la. Castração dentro desta vertente da psicanálise estará referida à mãe, que precisa ser castrada para que deixe de manter o filho como falo. Só assim este poderá fazer a transição da posição de *ser* o falo (para a mãe), para a de *ter* o falo.

Apresentaremos um exemplo de posição inspirada nesta vertente que postula que a presença de alguma figura paterna não é essencial para o estabelecimento do *significante paternal*, já que *é a palavra da mãe* que faz a sua existência:

Esse significante paternal, suprimido o significante maternal, amarra o indivíduo à lei do simbólico. Ele tem um papel determinante no plano da organização inconsciente. A presença do pai não é essencial no estabelecimento do significante paternal; é a palavra da mãe que faz a sua existência. Antes que a criança fale, o nome do pai já está funcionando (Marie-Madelaine Chatel, p.2, s/d).

No entanto, a mesma autora dirá a seguir:

O pai real, revestido do símbolo Nome do Pai, entra agora em jogo na medida em que intervém entre a mãe e a criança. Ele é revestido do símbolo Nome do Pai porque ele é designado pela mãe para este lugar, isto por várias razões: ele tem o órgão do gozo entre os pais que é também o órgão da procriação e que dá consistência ao falo desejado pela mãe. *O símbolo Nome do Pai toma corpo no corpo do pai como efeito do desejo de seus genitores.* (Marie-Madelaine Chatel, p.2, s/d. Grifos nossos).

Esta posição, que às vezes parece contraditória com relação à importância ou não da presença de uma figura paterna, parece ser não muito rara entre os psicanalistas ligados à linha francesa lacaniana. Queremos discutir a aparente oposição que acabou se estabelecendo no

---

<sup>22</sup> Cf. Mezan, 1998, pp.250-251.

campo teórico entre figura paterna — e por esta expressão nos referimos a um pai palpável, não necessariamente o progenitor, nem obrigatoriamente do sexo masculino, mas do qual pode-se ouvir a voz, sentir o cheiro e a presença dentro de uma família — e função paterna, que seria o pai dessubstancializado, segundo Pencak radicalizado por Lacan a partir do conceito de pai morto em Freud (Pencak, 1994). Percebemos com maior nitidez nesta obra de Pencak que há de fato um movimento entre os teóricos, principalmente os de orientação lacaniana, no sentido da dessubstancialização do pai, que passa a ser algo como um “ponto de inscrição do significante no real” (Oury, 1994, p.39). Vemos, porém, que o próprio autor desta expressão — Jean Oury — a utiliza para se referir à sua experiência clínica com pacientes psicóticos, psicopatas, neuróticos — todos, segundo ele, “mais ou menos estranhos” — para contar a forma como estes vão, ao longo do dia “visitá-lo”, para se reassegurarem de “alguma coisa”, que Oury acha arriscado chamar de *sua presença física*, preferindo usar a expressão supracitada (“ponto de inscrição do significante no real”). Entendemos que Oury acha arriscado usar a expressão “presença física”, provavelmente por seus compromissos teóricos, mas sentimos que é a que ele gostaria de usar: “Porém, antes de mais nada, vêm reassegurar-se de ‘alguma coisa’. Seria muito perigoso dizer ‘de uma presença’. Eles vêm reassegurar-se de um certo ponto, o ponto de inserção do significante no real.” (Oury, 1994, p.39).

A discussão a seguir foi extraída de debates que ocorreram no inverno de 1984, na França, dentro do programa dos eventos promovidos pela C.F.R.P. (*Centre de Formation et de Recherches Psychanalytiques*), sobre o tema das identificações, e envolvendo psicanalistas importantes como Maud Mannoni, Jean Florence, Julia Kristeva, Jean Oury, Jacques Schotte, e Octave Mannoni, dentre outros. Segundo Ari Roitman, responsável pela tradução e edição desta obra, Maud Mannoni, uma das principais organizadoras do evento, estava preocupada em romper com a forma de teorização em psicanálise lacaniana, que ameaçava tornar-se abstrata demais, e em promover um reencontro com a prática viva da clínica. Para isso a comissão organizadora privilegiou os trabalhos capazes de produzir debates polêmicos, e discussão teórica inovadora, objetivo que, como veremos, foi plenamente alcançado.

Oury se pergunta de que pai se trata: de um pai imemorial, ou do “pobre diabo que tem o nome de pai no registro civil” (Oury, 1994, p.42). Sem dúvida que para ele se trata deste pai

imemorial. Neste sentido, Jean Florence apresenta outro argumento sustentando a prevalência da idéia de função paterna, ao dizer:

(...) que o pai real pode ser totalmente insuficiente, lastimável, catastrófico (ou os pais?) e no entanto, em sua própria castração há algo que sustenta o narcisismo primordial. Com que se identifica a criança? Será com o pai? Ou com algo como o amor ao pai? O nascimento real de uma criança, é evidentemente do Outro — impensável para o pai e para a mãe. (...) O que se incorpora do pai? Incorporam-se vozes, não no nível das significações, mas no nível da voz, como algo que é testemunha do amor e do ódio ao mesmo tempo. (Florence, 1994 pp.160,161).

Logo a seguir, Irène Roublef coloca a questão de novo em foco, e sua pergunta aponta para a importância da figura paterna.

Parece que poderia falar, a respeito da primeira identidade paterna, do timbre de sua voz, dos passos ressoantes *in utero*. Com certeza no tempo de Freud, no tempo de Lacan, talvez não tão completamente. Hoje, penso que há muitas crianças que não têm pai para ouvir. No contexto atual, *como fica essa primeira identificação paterna?* (Roublef, 1994, p.165. Grifos nossos).

Alguém da platéia, responde: “fica-se *timbrado*, pirado”. Irène Roublef responde que não, que se fica “*destimbrado*. O timbre lhes falta, mas não forçosamente o simbólico, pois há sempre um objeto de desejo para o Outro que remete a criança ao outro do Outro, mesmo se esse outro não é genitor, conhecido ou desconhecido...”. Florence retoma a questão: “o que é esse paternal que nos engendra (na não-reprodução)? Será preciso para isto um ‘papai’?” A seguir ele coloca a questão: “A função Nome-do-Pai em Lacan não será outra maneira de nomear a questão, aguda em Freud, da herança, que faz com que a humanidade seja humanidade?”

Se Florence está se referindo por estas palavras a uma filogênese mítica, perguntaria como ficariam suas mesmas palavras referidas à ontogênese: *quem não passasse pelo Nome-do-Pai estaria assim excluído da humanidade?*

Na conclusão, Jacques Shotte retoma uma fala de Amaro de Villanova (outro debatedor) sobre “a articulação dos diferentes registros sensoriais do corpo (o ser visto, a voz,

o timbre, ...)", Shotte se pergunta "se não haveria necessidade de distinguir certas dimensões do corpo: corpo que é visto, corpo que vê, corpo que escuta..." (Shotte, apud Roitman, 1994, p.167). O debatedor, por fim, diz que

"Seria preciso reinterrogarmos o fato de que *não há linguagem entre os seres humanos que não têm corpo*, o que é um problema sem dúvida muito difícil de circunscrever, mas que poderia ir mais longe."(Shotte, 1994, apud Roitman, p.170. Grifos nossos)

Assim parece que Jacques Shotte está falando da necessidade de uma *figura paterna*.

#### **4.2 - Escola de Frankfurt: o declínio da figura do pai**

A crise atual, derivada do 'desaparecimento' do pai na sociedade tardo-burguesa e de sua substituição pela nua autoridade da desmesurada expansão da produção ampliada, produziu a morte do poder estrutural de Laio e, por conseguinte, a crise do complexo de Édipo. (Canevacci, 1976, p.36)

Existem grandes divergências com relação à importância da figura paterna e às consequências de sua ausência na estrutura familiar. Alguns autores, como os da Escola de Frankfurt elegem as mudanças sócio-culturais e econômicas como os elementos de partida para discutir o estatuto do complexo de Édipo, visando repensá-lo diante dos novos tempos, inseridos que estavam em novos contextos. Recorreremos inicialmente ao estudo empreendido por Massimo Canevacci, que abre a coletânea *A Dialética da Família (Dialettica de la Famiglia, 1976)*, onde reúne diversos autores de grande importância transcrevendo capítulos e trechos de seus trabalhos mais importantes, sendo que todos mantêm como ponto em comum o tema da família. Desta forma temos desde um excerto de *Totem e Tabu* de Freud, até "Sociologia da Família" de Adorno e Horkheimer, além de trabalhos de Morgan, Marcuse, Fromm, Habermans, e Mitscherlich, dentre outros não menos importantes. Em sua introdução

à antologia, Canevacci destaca, que as conclusões da Escola de Frankfurt (ele mesmo foi aluno de Adorno e Horkheimer), apontam para a decadência da antiga força do pai, o qual perde as condições para operar seu papel de agente de castração (do filho) - fundamental para o desenlace do Édipo — esmagado pela expansão do poder social e econômico que viria consumir e substituir a função paterna (ibid., p.33).

Propõe a seguir a possibilidade de se pensar o complexo de Édipo como reflexo do terror de Laio, negado, invertido, e projetado, pois na sua compreensão do mito de Édipo, haveria muitos outros pontos a se considerar, como, por exemplo, o terror de Laio, em ser usurpado pelo seu próprio filho, fato que transcenderia também a lenda, remetendo a um temor geral que todo pai sente, inconscientemente, de que será superado e sucedido em tudo na vida pelo filho, que de alguma forma prenuncia a *caducidade* do pai. Há que se pensar em porque a tentativa filicida de Laio não é vista como delito. Desta forma, como vimos nas linhas que introduzem esta discussão, quando a ameaça se anuncia de outro ponto, vindo não mais dos filhos, mas das forças político-econômicas, que minam o poder do pai/Laio, fica comprometida toda a estrutura que possibilita o funcionamento do Édipo (Canevacci, 1976, p.36-37). No lugar do pai fica um grande e perigoso vazio no qual podem sucedê-lo os chefes carismáticos de tendências autoritárias, o que de fato pôde-se acompanhar na história recente.

Canevacci propõe como uma possibilidade de saída a construção de uma nova forma de autoridade, fundada em novas relações sociais de produção, cabendo aos filhos, a superação do complexo edipiano e a recolocação do homem, antes de qualquer mitologia, no centro deste movimento de ultrapassagem do que Canevacci chama de *pré-história* (Canevacci, 1976, p.37). Sugere ainda, tendo em vista a decadência da autoridade e poder paternos que faziam funcionar a família, edipianamente, que se elimine o poder econômico, social e ideológico baseado na propriedade privada, para que se possa superar a forma atual de família<sup>23</sup> (ibid., p.39). Com relação à família, adverte que deve haver a diminuição da distância tanto entre homem e mulher, como entre pais e filhos, para que não venha a se criar outro “complexo de

---

<sup>23</sup> Canevacci deve estar se referindo aqui à necessidade de uma mudança revolucionária-estrutural, embora não o explicita.

Laio” (ibid., p.36), permitindo à família se manifestar de outras formas, diferentes do modelo burguês-nuclear, que lhe parece um *pacote* que, com sua rigidez, dificilmente permite a felicidade e produção livre.

Sem saber que estaria antecipando muitas das novas formas de socialização, o autor cita alguns exemplos de outras possibilidades para a família: “casais que vivem juntos ou não, relações de longa duração com os filhos, pessoas que se ocupam com crianças<sup>24</sup>, crianças socializadas por pais convencionados (por convenção) e não biológicos, comunidades familiares extensas, etc.” (Canevacci, 1976, p.51). Hoje a família vem se apresentando de diversas outras formas, como vimos anteriormente, no entanto, não exatamente como resultado da busca de um maior grau de liberdade, como propõe Canevacci, já que em muitos casos a mudança ocorre por força das circunstâncias, como parece ser o caso das famílias de mulheres com filho, sem cônjuge. Já os casais que moram em casas diferentes, esta, podemos dizer que é uma invenção da contemporaneidade, restrita, porém, aos que tem maiores recursos financeiros. E quanto às comunidades familiares extensas, acompanhamos atualmente, pelo menos no Brasil, o crescimento das casas com famílias conviventes, que poderia se assemelhar a esta reedição da família extensa, porém, neste novo momento, pela adversidade das condições financeiras<sup>25</sup>.

Adorno e Horkheimer<sup>26</sup> — principais representantes da Escola de Frankfurt — desenham a oposição entre dois momentos sócio-econômico-políticos diferentes, quais sejam: o liberalismo burguês onde o regime patriarcal se mantinha, paralelamente ao sucesso econômico dos patriarcas, que eram capazes de inspirar simultaneamente temor e fascínio na prole, a qual tomava-os como modelo para forjar suas próprias instâncias morais e consciência. Posteriormente, a derrocada do liberalismo, principalmente na Alemanha, se fez acompanhar por uma queda da capacidade de os pais se oferecerem como modelo identificatório.

---

<sup>24</sup> Não entendemos exatamente o que o autor quis dizer aqui pela expressão “pessoas que se ocupam de crianças”, talvez pessoas sozinhas (sem serem parte de qualquer casal) que acabam tomando crianças para criar.

<sup>25</sup> Cf. Goldani (1993); seção 2.2 desta dissertação.

<sup>26</sup> In Canevacci, 1976. Tradução brasileira (*Dialética da Família*), pp.213-222. Retirado de *Lezione de Sociologia*, 1966. Originalmente Lições de Sociologia ministradas nos anos 1953-1954, pela dupla de autores.

Seguindo este paralelismo, os autores acreditam que as mudanças nas estruturas econômicas afetaram de forma contundente a organização afetivo-moral da família, resultando em um congelamento das relações pessoais e afetivas, o que viria a acarretar consequências importantes no desenvolvimento psíquico dos filhos. O pai e a paternidade, enquanto instituições de importância central na virada do século, sofreriam um enfraquecimento, havendo uma progressiva perda por parte da família de sua recém conquistada função de locus privilegiado de afetividade, e propiciadora maior dos processos de socialização, conforme podemos ver a seguir:

(...) e eles não desfrutam mais do calor daquele segundo seio materno ao qual a família pôde ser comparada em certas épocas e em certos extratos da sociedade. É difícil pôr em dúvida o fato de que o inconsciente infantil reage a tais variações e de que a vida emotiva dos filhos sofre um congelamento na atmosfera gelada da família. O difundido fenômeno da delinquência é indicativo do estado atual da família como tal. (Adorno e Horkheimer apud Canevacci, 1981 [1976], p.220).

Se em um primeiro momento, a própria sociedade estava agindo no seio de cada família, utilizando-as como “lugar de adestramento para a adequação social. E formava homens assim: tais como deviam ser para satisfazer às tarefas colocadas pelo sistema social” (Adorno e Horkheimer apud Canevacci, 1976, p.217), e no momento seguinte, a falibilidade do pai e o enfraquecimento do mito de invulnerabilidade a ele relacionado exercem efeito paradoxal sobre a prole, que passa a ver em suas próprias fraquezas, os motivos dos insucessos, sem perceber a opressão social que se impunha sobre eles e sua família. Se, por um lado, a culpa e a recriminação poderiam transformá-los em jovens fracassados, com constante sentimento de inferioridade, pelo outro lado, esta pressão, quando não era tão intensa, e devidamente adoçada pelas mães, ajudava a constituir indivíduos livres e capazes de errar e de escolher, “*capazes de manifestar e praticar tanto a autoridade como a liberdade*” (ibid., p.221. Grifos nossos), sem a ilusão da onipotência que acompanha a idéia de infalibilidade. Esta idéia em muito se aproxima das idéias de Jessica Benjamin em que defende um novo modo de constituição subjetiva, o qual discutiremos a seguir.

Adorno e Horkheimer sugerem então uma modificação na passagem pelo complexo de Édipo, em um sentido que nos interessa particularmente, já que esta poderia ser tomada como o momento de origem de um processo que encontraria sua radicalização nos dias de hoje: mais rapidamente do que antes os filhos descobriam que o pai não personificava tão absolutamente valores como força, justiça e bondade como acreditavam, não lhes concedendo, pois, a proteção esperada (Adorno e Horkheimer apud Canevacci, 1976, p.221). Esta debilidade do pai em sua inserção social estaria associada com a radicalização da esfera da concorrência e da livre empresa, dentre outros fatores, o que, segundo os autores, afetou de forma bastante íntima o equilíbrio psico-moral familiar. O menino, em meio a esta situação de desidealização do pai, já não podia sustentar por muito tempo as identificações com ele.

Neste ponto Adorno e Horkheimer adotam uma posição contundente, ao afirmar que a família deixa de ser a marca de um poder despótico, para se tornar resíduo, mero resto. Em consequência a criança passaria a ter apenas uma noção abstrata da força do pai. Dizia-se na Alemanha de então (década de 50) que os filhos já não levavam nada de casa, mesmo os filhos das famílias mais ricas. Estabeleceu-se um vazio afetivo e identificatório dentro da família. A infância, segundo os autores, estava liquidada para todas as crianças, o que se podia ver nas fotografias dos muito jovens: rostos envelhecidos e sem sonhos. Rostos que nos fazem lembrar do filme de Ingman Bergman, *O Ovo da Serpente*, onde o cineasta mostra, através de imagens marcantes, que antes do início das ações militares nazistas existia um profundo vazio no olhar de homens e mulheres, perdidos na multidão que conformava uma massa acinzentada, entrecortada apenas pelo brilho de revolta e ódio nos olhos dos mais novos, que viriam a fornecer a energia para movimentar as engrenagens da máquina de guerra nazista. Depois da guerra, e da derrota da Alemanha, pouco restou, inclusive para os mais jovens.

Finalmente, Adorno e Horkheimer dão uma contribuição à compreensão dos fenômenos totalitários que então se abateram sobre o mundo moderno. Consideram que os jovens acabam levados a buscar um pai mais poderoso e forte que o da realidade, este, incapaz de corresponder à imagem idealizada de outrora. Desta forma os jovens tenderiam a buscar algo como um super-pai, se submetendo aos poderes coletivos, assim como a qualquer outra força capaz de prover proteção e satisfação narcisista (Adorno e Horkheimer apud Canevacci,

1976, p.222). Mais ainda, a posição narcísica e onipotente os levaria a não reconhecer nenhum outro (semelhante), dando forma às condições psíquicas que colaboraram na composição do quadro dantesco do holocausto nazista, quando milhões de seres humanos foram desconsiderados como tais.

Eric Fromm<sup>27</sup> foi quem mais contribuiu para aproximar psicanálise e marxismo. Segundo Canevacci (1976), e depois Zizek (1990), pode-se falar de dois momentos na obra de Fromm, um inicial, quando está de acordo com os princípios frankfurtianos, ajudando mesmo a consolidar os pilares teóricos da Escola de Frankfurt e outro, posterior, já em seu exílio nos EUA, em que passou a um revisionismo culturalista a-crítico, da obra freudiana, colocando-se ele mesmo no alto de um ilusório distanciamento meta-histórico, que a teoria crítica tanto evitou e denunciou.

Segundo Fromm, o superego se constitui pela identificação com os genitores. No tipo de família patriarcal, a identificação se dá com o pai, sendo interiorizados os preceitos e as proibições, como já vimos anteriormente. Constitui-se desta forma o superego, revestido dos atributos da moralidade e do poder.

Até aí estamos no campo das teorizações freudianas. A inovação de Fromm viria a seguir quando atenta para o caráter de retroalimentação que o processo de projeção pode assumir, ou seja, que toda figura de autoridade poderá vir a ser investida com as características individuais de cada superego<sup>28</sup>, através de mecanismos de projeção. Isto impediria o sujeito que projeta suas características de fazer qualquer crítica racional à figura que 'escolheu' para ideal, levando à possibilidade de que faça apostas incondicionais em qualquer nova autoridade. Neste ponto o pensamento de Fromm se encontra com o de Adorno e Horkheimer, quando estes dizem que os jovens se identificarão com quaisquer líderes que pareçam poderosos, não importando o conteúdo das idéias das autoridades escolhidas como modelo. Uma vez iniciado

---

<sup>27</sup> In Canevacci, 1976. Tradução brasileira (*Dialética da Família*), pp.165-175. Retirado de *L'autorità e la famiglia*, 1969.

<sup>28</sup> Acreditamos que esteja se baseando em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, de Freud (1921), quando este apresenta as explicações para a identificação com uma pessoa com quem não temos vinculação libidinal anterior, colocando-a no lugar de nosso ideal de ego, e estabelecendo com ela uma identificação vertical, e identificações horizontais com os outros que elegeram aquele mesmo líder como ideal de ego.

o trabalho de projeção, as manifestações reais destas autoridades poderão não ser consideradas, ou serem vistas como diferentes do que realmente são<sup>29</sup>.

Uma vez idealizada a autoridade externa, ela é novamente internalizada, iniciando-se um perverso ciclo vicioso, onde o superego se torna o poder externo interiorizado, o que faz com que este adquira extrema eficácia, e domínio quase absoluto sobre os processos psíquicos (Fromm, apud Canevacci, 1967, p.168).

Fromm prossegue afirmando que são os poderes externos autoritários que renovam o processo de formação super-egóica, que caso contrário se modificaria, ou praticamente desapareceria. Ou seja, o superego não só precisa ser forjado nas identificações com a autoridade representada pelo pai, como tem que ser continuamente reprocessado no jogo de projeções com os poderes autoritários vigentes, em um perigoso jogo de retroalimentação onde toda capacidade crítica é perdida, pois o que a consciência crítica é invadida e formada também a partir do que deveria ser criticado, que é internalizado sem nenhuma mediação, ou seja o objeto, o ideal que deveria ser analisado de forma crítica passa a fazer parte do próprio aparato para julgar (Fromm, apud Canevacci, 1967, p.169). Quando convergem um superego que é a autoridade interiorizada, e uma autoridade que é o *superego personificado* (ibid., p.171), estaremos diante da submissão voluntária que frequentemente marca a práxis social. O autor acrescenta ainda outros fatores que favoreceriam a submissão à qualquer autoridade, como a esperança de vantagens materiais, o desejo de ser amado e elogiado e a satisfação que adviria daí, além da possibilidade de realização de relações objetais sexuais, principalmente de caráter homossexual inconsciente (Fromm, apud Canevacci, 1967, p.171).

Daí Fromm depreende a função social da família de transmissão de um formato específico de estrutura psíquica desejada<sup>30</sup> para formar ou deixar inalterado um determinado modelo de sociedade. Voltando à obra de Freud, Fromm anuncia uma sutil divergência com

---

<sup>29</sup> Semelhante ao mecanismo apresentado por Freud em "Estar Amado e Hipnose", cap. VIII de *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921), quando argumenta que o apaixonado(a) distorce a realidade da pessoa do amado(a), deixando de perceber os aspectos negativos, e exagerando os positivos.

<sup>30</sup> Deleuze e Guattari (1972), partindo de tradição filosófica diferente, vão além nesta crítica, ao afirmarem que o complexo de Édipo (mecanismo familiar central) é uma máquina repressiva responsável por produzir pessoas estereotipadas, distantes da idéia de liberdade e criatividade defendida pelos frankfurtianos (pp.82-83,105-106).

ele, afirmando que o pai não é o protótipo da autoridade social, mas já uma cópia desta, em termos do conteúdo que transmite à prole. A autoridade do pai se funda na estrutura autoritária de toda a sociedade, ela não é acidental. É também socialmente construída (Fromm, apud Canevacci, 1967, p.172).

O autor se refere a seguir à importância social do complexo de Édipo, e da inconsistência da tentativa feita por Freud de generalizá-lo, reprojutando-o à história primitiva da humanidade. Para sustentar este argumento — de que o complexo de Édipo é característico de apenas certas estruturas sociais — cita o caso de diversas tribos em que o tio materno ocupa-se da maioria das funções do pai. Dentre estas podemos citar como exemplo os Trobriand da Melanésia norte-ocidental, estudados por Malinowsky, que pôde perceber uma linha de sucessão matrilinear, onde a paternidade biológica perdia quase toda a importância. Este argumento, porém, seria logo questionado em sua validade, com a aproximação empreendida por Lacan entre a psicanálise e o movimento estruturalista, incluindo aí tanto aspectos antropológico (principalmente com Lévi-Strauss [1958] e a noção de estruturas elementares de parentesco), como lingüísticos e filosóficos. Para a psicanálise estruturalista pouco importava se era o pai biológico ou o tio materno quem operaria a intervenção na relação dual entre a mãe e o filho, importava que alguém ou algo ficasse neste *lugar*, permitindo a castração *da mãe*, para que o filho pudesse se libertar do lugar de ser *falo da mãe*, ou seja, de um apêndice com carga de fetiche de poder que a mãe detinha.

Fromm dirá a seguir que, em grande medida, o desenrolar do complexo de Édipo se dará em função da relação entre pais e filhos e que esta é mediada em grande parte pelos constrangimentos sociais circunstanciais. Conclui então que esta relação será diferente em uma família camponesa ou operária — que aguarda ansiosa pelo momento de pôr o filho para trabalhar, pela sua própria necessidade — de uma família burguesa, que desejará o filho por outros motivos, como pelo prazer pessoal em tê-los, sem que grandes pressões sejam

imputadas à prole quando comparamos com o primeiro caso<sup>31</sup> (Fromm, apud Canevacci, 1976, pp. 173, 174). Consideramos importante levantar-se este aspecto, na medida em que também analisaremos um tipo de família com determinada especificidade. Paira, porém, o risco de generalizações precipitadas. A mesma advertência valerá para nossas próprias conclusões.

Segundo Canevacci, Mitscherlich<sup>32</sup>, também da Escola de Frankfurt, tem o mérito de esclarecer a nova função da família, assim como suas disfunções na sociedade capitalista superorganizada<sup>33</sup>. Atribuiu à histórica divisão entre o mundo de trabalho e o mundo familiar, o progressivo desaparecimento do pai na sociedade tardo-burguesa.

Mitscherlich defende a idéia de que quanto maior é a complexificação da sociedade, mais a função educadora do pai será delegada a substitutos. Segundo ele, a mãe seria responsável até por volta do quarto ano de vida dos filhos, por proporcionar todos os recursos afetivos capazes de garantir certo sentimento de *confiança primordial*<sup>34</sup> à criança, para que esta possa iniciar suas primeiras aspirações à autonomia e à iniciativa. Segundo o autor, seria neste momento que começaria a se formar um ego, base para as formas futuras de comportamento (Mitscherlich apud Canevacci [1967] p.237).

Para o autor, com relação às primeiras relações intersubjetivas, estas se apresentariam sob a forma dos processos de introjeção inconsciente. A criança toma e interioriza os modelos de ação dos pais, e, à medida em que os filhos vão se diferenciando, e os eventos psíquicos se integrando, estes objetos primitivos introjetados se unem de forma harmoniosa com a forma de comportamento dos modelos. Nos casos menos favoráveis, as introjeções primitivas

---

<sup>31</sup> Muito embora possamos acompanhar nos dias de hoje que a família rica pode guardar expectativas muito mais pesadas do que as da família camponesa, e não dar o estofamento afetivo necessário aos filhos, até por falta de tempo, e, principalmente, através das delegações (cf. Camerini, 1996 e Fleig, 1993).

<sup>32</sup> In Canevacci, 1976. Tradução brasileira (*Dialética da Família*), pp.236-243. Retirado de *una società senza padre*, 1970. Original em alemão (1963). Também consultada versão francesa *Vers la société sans pères*, 1969, pp.156-165. Esta versão foi referência para dúvidas de sentido, por ser completa e traduzida direto do original alemão.

<sup>33</sup> Sociedade superorganizada em relação ao modelo anterior, das pequenas unidades de produção. O termo refere-se à complexificação não só da produção de bens, como dos modos de reprodução social, que passam a estar à serviço do capitalismo.

<sup>34</sup> Expressão de E. H. Ericson, 1952, vertida ao francês por *confiance originare*.

permanecem isoladas, gerando modos compulsivos de reação e ação (Mitscherlich apud Canevacci [1967] p.237).

Mitscherlich refere-se a seguir ao que chama de pai invisível, que esclarece não ser nem o pai-Deus, nem um pai morto, menos ainda um pai que não casou com a mãe dos filhos ou que se separou. Trata-se de um pai que, mesmo existindo, decai, pelo próprio esmaecimento de sua imagem, na sua função educativa. Sua figura — outrora ativa e operante — desaparece em importância, passando o pai a experimentar o ódio e a repulsa dos filhos, num misto de angústia e agressividade (Mitscherlich apud Canevacci [1967] pp.237, 238).

Desta forma, se houve um momento de glorificação da pátria e do pai, este logo se transformaria em conflito inter-geracional, vendo-se então, segundo Mitscherlich, jovens de todo o tipo: fechados, provocativos, e indiferentes aos valores dos pais. Diversos setores da sociedade recorreram logo às mais diferentes explicações, sem atentarem para o fato evidente de que é do enfraquecimento da figura do pai de que se trata. O autor recorre então, para demonstrar sua tese, a um filme mexicano de Buñuel — *los olvidados* (os esquecidos) — onde se pode acompanhar o processo de marginalização de dois adolescentes de estrutura subjetiva diferente que acabam, ambos, perdidos. O primeiro deles não tem ninguém que possa fazer mediação entre natureza e cultura, por nunca ter passado a um estágio diferente daquele em que reina a pura pulsão sem qualquer mediação: expulso pela mãe, *sem nunca ter conhecido um pai*. Se consegue se comunicar, o faz de modo muito precário, sem conseguir ouvir o outro (Mitscherlich apud Canevacci [1967] pp.238- 240).

Mitscherlich recorre à teoria de base kleiniana para dizer que este adolescente não pôde introjetar objetos bons, muito menos realizar qualquer tipo de integração posterior para chegar a algum objeto completo. O único modelo que encontrou foi o de heróis lendários fortes e destemidos, que tudo podem, e não temem nem a morte. Embora estes heróis permitam que o adolescente do filme fique imaginariamente à salvo do abandono materno e paterno, achando-se invulnerável até a este desamor fundante, tais identificações fantasísticas não impõe a ele nenhum limite. De forma que acreditamos que o autor, ao dizer que todas as aptidões que poderiam ter se desenvolvido são dirigidas para estas fantasias, que pintam uma auto-imagem de onipotência e indestrutibilidade, está se referindo ao investimento objetal da libido em

imagens que se colam ao próprio ego ainda infantil, que fica, pois, impedido de sair de um reinvestimento narcísico da libido. Ocorre então a prevalência dos processos psíquicos primários e das experiências alucinatórias, diagnóstico que é estendido por Mitscherlich a Hitler e seus seguidores, que teriam, após os primeiros sucessos, começado a compartilhar fantasmas de invencibilidade, sendo a palavra, em Hitler, substituída pelo grito, de natureza pré-verbal (Mitscherlich apud Canevacci [1967], p. 240).

Com relação ao segundo adolescente, os dez anos de convivência em uma família camponesa unida, e a marca paterna adquirida, propiciariam um bom esquema inicial de organização, além de certas capacidades práticas voltadas ao domínio da realidade, que aprendera em casa. Abandonado na cidade pelo pai aos dez anos de idade, supera o primeiro trauma, conseguindo se sair relativamente bem, até que forças outras vem determinar seu fim.

Desta forma, Mitscherlich está introduzindo outro aspecto que julga da maior importância, a técnica artesanal de transformação das matérias-primas da natureza, que vinha sendo passada de pai para filho, e que para o autor teria peso enorme na complementação do processo de socialização, é gradualmente desvalorizada e perdida, com a complexificação das formas, agora industriais, de domínio da natureza, que deixam de ser imediatamente apreensíveis ao homem, o que acabaria por gerar uma lacuna sobre a formação e a orientação passadas de pais para filhos. Na verdade, os vários níveis da reformulação econômica em andamento, como a divisão do trabalho em etapas, separação entre moradia e local de trabalho, e a passagem de produtor independente à condição de empregado, foram decisivos, ainda segundo Mitscherlich, tanto para o esvaziamento da autoridade, como para a diminuição do poder paterno (Mitscherlich apud Canevacci [1967] p.241).

Por fim o autor se refere novamente ao desenvolvimento tecnológico como responsável pela diminuição da força do pai, que é atingido por um não saber que lhe chega não sabe bem de onde, e que decreta o fim de formas artesanais e seculares de produção, atingindo igualmente os costumes que as acompanhavam. Caem ainda, segundo Mitscherlich, e na mesma velocidade em que se dá o progresso tecnológico, a hierarquia dos velhos ordenamentos sociais, inclusive em suas bases de sustentação: as famílias. Desta forma todos

os aspectos da sociabilidade e dos processos de subjetivação estarão irremediavelmente atingidos (Mitscherlich apud Canevacci [1967] p.243).

Voltamos agora aos comentários de Slavoj Zizek (1990), que talvez possamos considerar um neofrankfurtiano, principalmente pela análise bastante interessante que faz sobre a Escola de Frankfurt<sup>35</sup>. Zizek reitera o argumento de Jacoby (1975) segundo o qual a discriminação entre o que este chamou de *segunda natureza* e a natureza é desconhecida para a maioria das reflexões sociais, e decisiva para a Teoria Crítica. A segunda natureza muitas vezes se confundiria com a própria natureza, com o que é *dado*, mas trata-se na verdade de *história cristalizada e sedimentada*, entorpecida e opressiva, não sendo nem natureza nem história, mas a história, de tal forma entranhada, que se mostra como natureza (Jacoby apud Zizek 1990, p.13). Interpretação que podemos estender à idéia de família, e, possivelmente à idéia do complexo de Édipo, que muitos tomam como algo natural, dado, mas que são, na verdade, a história acumulada de forma a-crítica durante tanto tempo que dá esta impressão de simples dado da natureza.

Voltando ao tema da diferenciação entre revisionismo e Teoria Crítica, Jacoby (apud Zizek, 1990, p.14) volta a contribuir para um melhor entendimento quando afirma que enquanto os revisionistas introduzem a história e a dinâmica social de fora, pelos valores, normas e metas sociais, um representante da Teoria Crítica, como Marcuse, por exemplo, identifica a história que está dentro dos conceitos, de forma que o 'biologismo' de Freud passa a ser visto como segunda natureza, como história cristalizada, conforme afirma Zizek:

Ora, Freud teria concebido a psicanálise, pelo menos em última instância, como uma teoria 'positiva': ela é — para retomarmos Adorno — 'verdadeira' na medida em que descreve a situação da sociedade existente, revelando seu caráter antagônico; e é 'falsa' na medida em que supõe que essa situação seja perpétua e inalterável, em suma, que seja a condição da história e da cultura. (Zizek, 1990, p.21).

---

<sup>35</sup> Análise para a qual recorre frequentemente à obra de Russel Jacoby, Autor de *Amnésia Social: uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing* (1975), que oferece elementos para o esclarecimentos de muitas questões relativas à Teoria Crítica.

Zizek está aqui se referindo ao que seria a contradição intra-teórica que se pode ler na obra freudiana: até que ponto se resignar à necessidade de recalçamento, em nome de valores superiores, ou, por outro lado, enveredar pelo franqueamento dos potenciais pulsionais, pela desrepressão? Aí estaria na verdade a descoberta do caráter antagônico da realidade social, e “a mais profunda verdade teórica” da obra de Freud (Zizek, 1990, p.17). Assim, os autores da Teoria Crítica respondem aos revisionistas, que a mediação social está intrinsecamente presente em Freud simultaneamente como limite e verdade teórica mais radical. Desta forma pode-se compreender melhor como convivem o caráter de abertura e inovação da obra freudiana, com o de fechamento, no sentido de que ao mesmo tempo em que ela revela questões fundamentais da dinâmica social, contribui, por outro lado — ao tomar o que é socialmente produzido como imutável — para perpetuar valores, como os de família nuclear burguesa, e pai edípico, o que trará problemas, conforme veremos mais tarde com maior profundidade.

Zizek, dentro do espírito desta antinomia radical, refere-se à hipótese da dessublimação repressiva, termo originalmente cunhado por Marcuse, onde o ego<sup>36</sup> torna-se quase totalmente inconsciente, perdendo seu poder de mediação, tornando-se compulsivo, automático, funcionando de forma análoga ao id, sendo que não se torna por isso um ego liberto da repressão, pois os potenciais pulsionais estão sendo manipulados de forma direta, sem mediação do mesmo. Trata-se, com certeza, de uma manipulação muito mais profunda e perigosa. O superego, prenhe dos *novos totalitarismos*, como o da sociedade de consumo, incide diretamente sobre o id. O autor refere-se aqui, novamente remetido a Adorno, à *revogação da lei interna*, já que o sujeito se deixa levar por uma correnteza que diz: ‘goza!’. E o sujeito goza, em uma obediência automática que deixa entrever a regressão narcísica de seu ego, que deixa de intermediar. Como o pai passará alguma lei ao filho aí, se, conforme Quinet<sup>37</sup>, diz, o Nome-do-Pai está deslocado, está no lugar errado, como no consumo, por exemplo? E se além de o nome do pai estar deslocado, não houver pai para mediá-lo? O

---

<sup>36</sup> Zizek se refere ao ego, id e superego, como eu, isso e supereu.

consumo, para nos atermos ao exemplo dado, incidiria de forma muito mais direta. O que nos remete à mãe e às suas possibilidades de operar esta mediação (em termos de filtrar a força da incidência do consumo), ou ainda de sustentar algum ideal diferente.

Zizek (1990, p.23) comenta que Freud tem o mérito de ter antecipado na teoria situações que logo ocorreriam de fato, e com a maior intensidade, quando menciona, em seu *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921), o empobrecimento psicológico do sujeito que compõe a massa: “um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego.” (Freud, 1976 [1921], p.147). Desta forma ocorre uma pasteurização dos egos, que passam a estar referidos a um só ideal. Zizek retoma Adorno (1971) quando este diz tratar-se na verdade de uma *simulação de identificação*, uma grande e perigosa encenação que sustenta o espetáculo macabro (no caso do nazi-fascismo). Por isso mesmo, segundo este autor, é que não podem parar um só instante para refletir, pois “o show rui e elas (as massas) seriam tomadas de pânico” (apud Zizek, 1990, p.23).

Contardo Calligaris (1991), também se refere ao tema do nazismo em seu artigo “A Sedução Totalitária”<sup>38</sup>, onde desenvolve idéias em que discute a perversão enquanto laço social e não sexual. O neurótico se torna incapaz de suportar o sofrimento de sua condição: não saber o que quer e o fracasso na relação sexual. Tal insatisfação é característica do estado neurótico, é de onde surge sua *paixão pela instrumentalidade*. A incapacidade de enfrentar a realidade da castração e a incapacidade de suportar o sofrimento que daí advém o faz alienar sua subjetividade, se deixando submeter e instrumentalizar, na busca de uma promessa de completude, conforme veremos adiante na conclusão.

Creemos poder aproximar a hipótese de Calligaris à hipótese da TCS, da dessublimação repressiva, sendo que a primeira talvez represente um avanço sobre esta. Quando nos detivemos na hipótese da dessublimação, vimos um quadro em que praticamente o ego se anulava em sua capacidade de mediação em face dos novos totalitarismos que tomavam de

---

<sup>37</sup> Antônio Quinet em trabalho apresentado durante o VII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano – *As Novas Formas do Sintoma*.

assalto o superego, passando este a incidir diretamente sobre o id. Novos totalitarismos que se sucederam à era liberal-burguesa, desde os movimentos nazista e fascista, até a hegemonia do consumo. Tratava-se de uma despsicologização do homem moderno, do banimento da lei interna que devia trabalhar em sintonia com as funções mediadoras do ego, deixando o sujeito à mercê de um superego cooptado pelos ditames sociais: goza! Mata! Compra!...

De forma análoga, Calligaris (1991) se refere a um processo de desubjetivação do sujeito em prol da possibilidade de se colar em algum sistema totalitário que o dispense de pensar, hesitar e sofrer, introduzindo conceitos lacanianos para aprofundar sua análise, como os gozos, e o saber imaginário atribuído ao pai. Percebemos como ponto em comum, dentro da grande riqueza de idéias desta linha de compreensão, que depois da nuclearização da família, sempre que o pai se enfraqueceu e deixou de encarnar o seu papel de transmissor dos valores e de modelo para a instituição da lei interna (pai edípico), houve graves problemas sociais.

#### **4.3 - Jessica Benjamin – psicanálise e feminismo: a desconstrução do Édipo e a importância do pai**

Do estudo daqueles que sofrem da falta de reconhecimento, assim como da percepção nova que se tem do bebê como ser ativo, social e capaz de responder a e de se diferenciar dos outros, surge o que chamei de ponto de vista intersubjetivo. Tal ponto de vista tem por base a idéia de que o indivíduo cresce através dos relacionamentos com outros sujeitos. E o mais importante é que esta perspectiva se pauta na idéia de que o outro com quem deparamos é também um eu (self), um sujeito com seus próprios direitos. O ponto de vista intersubjetivo assume que somos capazes de e que precisamos reconhecer o outro sujeito como diferente e ainda assim, semelhante, como um outro capaz de partilhar experiências mentais semelhantes. De modo que a idéia de intersubjetividade reorienta a concepção de mundo psíquico das relações de um

---

<sup>38</sup> In *Clínica do Social*, Aragão (1991).

sujeito com seus objetos, para um sujeito encontrando outro sujeito. (Benjamin, 1988, p.19, 20. Tradução nossa)<sup>39</sup>.

Benjamin (1988) proporrá uma total reformulação na forma de se conceber a constituição psíquica dos sujeitos, colocando em primeiro plano o período pré-edípico, e as relações intersubjetivas, regidas pelo princípio do reconhecimento mútuo, que deve existir tanto nas relações entre pais e filhos como entre maridos e mulheres. Tudo isso para romper o que chama de sistema de polaridade de gênero, que leva invariavelmente aos vários tipos de dominação e desencontros não só entre os sexos mas na sociedade como um todo. Consideramos que com Benjamin a teoria psicanalítica é modificada de tal forma, que talvez tenhamos que dizer que ela cria outra teoria, que se baseia na teoria psicanalítica, mas é uma teoria nova, e que propõe igualmente um novo modo social, cultural e existencial para a sociedade<sup>40</sup>.

Desta autora procuraremos reter dois pontos mais importantes, que podem parecer contraditórios em relação às propostas deste trabalho. Não são: ao mesmo tempo em que Benjamin ataca a importância do pai edípico, demonstrando que a imprescindibilidade deste não passa de uma construção cultural fortemente estruturada, ela mostra em vários momentos como o pai ainda é importante, só que em contextos totalmente novos, como no período pré-edípico, por exemplo. Ao mesmo tempo em que ela contribui para desconstruir o mito de que

---

<sup>39</sup> No original: "From the study of the self who suffers the lack of recognition, as well as the new perception of active, social infant who can respond to and differentiate others, emerges what I call the intersubjective view. The intersubjective view maintains that the individual grows in and through the relationship to other subjects. Most important, this perspective observes that the other whom the self meets is also a self, a subject in his or her own right. It assumes that we are able and need to recognize that other subject as different and yet alike, as an other who is capable of sharing similar mental experience. Thus the idea of intersubjectivity reorients the conception of the psychic world from a subject's relations to its object toward a subject meeting another subject. (Benjamin, 1988, p.19, 20)".

<sup>40</sup> Por outro lado, sob a ótica de Žižek (1990), este tipo de proposta talvez situasse a posição de Benjamin naquele quadro composto por várias tendências (culturalismo, humanismo, etc.) que chamou de revisionismo analítico, já que este, em linhas gerais, critica um Freud que "encararia o sujeito como uma 'mônada', um

sem o pai edípico, não poderia ocorrer constituição de lei interna dos filhos, ela desloca a importância do pai, e de qualquer outro significativo, para a criação dos filhos desde o nascimento. Ela nos ajuda a sustentar o argumento de que o pai edípico é uma construção tão sólida, que faz falta, sim à saúde psíquica dos filhos, ao mesmo tempo em que oferece uma possibilidade de saída do impasse, pela desconstrução do mito. Neste sentido, Benjamin nos apresenta o argumento para delimitar o problema e ao mesmo tempo uma indicação, mesmo que difícil de ser seguida, do caminho para superá-lo.

Para entendermos melhor o caminho percorrido por Benjamin, é necessário apresentar o desenvolvimento de suas idéias, para podermos compreender que lugar ela pensa para o pai na família. Interessa secundariamente à nossa discussão o seu entendimento da gênese psicológica dos mecanismos de dominação e dos processos de retroalimentação em relação aos mecanismos da própria cultura.

Jessica Benjamin (1987, 1988) é uma das teóricas americanas que estabeleceu de forma bastante produtiva o diálogo entre ciências sociais e psicanálise, à luz da crítica social feminista. A princípio, poderíamos dizer que ela parece concordar com os autores da Escola de Frankfurt no que se refere ao efeito do esfriamento das relações intra-familiares devido à mudança nas condições e relações sócio-econômicas. No entanto, ela questiona o diagnóstico feito pela maior parte destes teóricos de que era uma sociedade sem o poder do pai que levava ao movimento de submissão dos jovens a qualquer autoridade, como aos líderes fascistas, nazistas, etc. Segundo a autora, os teóricos da Escola de Frankfurt estariam opondo uma forma de autoridade irracional e autoritária, à autoridade racional e democrática, reafirmando a antinomia entre pulsão e civilização de onde procuravam avançar. Dentro deste quadro, o pai surgiria como aquele que torna possível a passagem à civilização, aparecendo como o superego social, representante de tudo que é capaz de refrear o ímpeto das pulsões, tema que fôra aprofundado por Freud em seu *Mal-estar na civilização* (1930).

---

indivíduo abstrato à mercê dos determinantes objetivos, ou como um lugar de conflito das 'instâncias' reificadas, sem levar em conta a rede concreta de sua prática intersubjetiva, ..." (Zizek, 1990, p.11).

Benjamin contestará em sua origem a antinomia retomada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, segundo a qual se prescreve uma sociedade com a figura do pai fortalecida para que não se caia na força irracional e autoritária, como foram as manifestações nazistas e fascistas dentre outras. Recorre para isso à crítica feminista e a uma reinterpretação da teoria psicanalítica, considerando o problema da dominação sob um novo foco, como um processo de duas mãos, um sistema envolvendo aqueles que se submetem ao poder e os que o exercem. Procura entender, do ponto de vista dos dominados, como eles contribuem para sua própria dominação (Benjamin, 1988, p.7). Argumenta que o complexo de Édipo — que conquistou reconhecimento como mecanismo central e essencial para o desenvolvimento dos seres humanos — pressupõe relações de autoridade entre o adulto e a criança, que terminaria por internalizar como constituinte do seu superego a autoridade emanada do pai.

A gênese da estrutura psíquica encena um drama em que existe um sujeito (o bebê) e a outra parte (normalmente a mãe) que deve servir de objeto que passaria a viver em função do bebê, apenas com a função de cuidar<sup>41</sup>. Este modo de entendimento formaria a premissa fundamental para as relações de dominação e estabelece as coordenadas para as posições senhor-escravo (Benjamin, 1988, p.8). Desta forma a autora opõe ao longo de sua argumentação uma teoria psicanalítica clássica, que seria a psicanálise mais tradicional — diretamente ligada às descobertas originais de Freud e de seus primeiros discípulos — às recentes revisões que têm sido feitas por psicanalistas atuais, muitas vezes informados pelos resultados de observação e pesquisas psicofisiológicas<sup>42</sup> com bebês

---

<sup>41</sup> Nos EUA, houve grandes movimentos de revalorização e idolatria das mulheres enquanto mães, fenômeno que ficou conhecido como *momism*. Era uma forma dos conservadores reagirem à emancipação feminina, procurando manter ou resgatar a solidez das famílias. O fato de muitas mulheres irem trabalhar fora poucos meses após o nascimento do filho era visto por estes controladores sociais como prejudicial à saúde mental e afetiva da prole.

<sup>42</sup> Benjamin está preocupada em aproveitar as contribuições das pesquisas recentes de observação de bebês para ajudar a esclarecer muitos pontos da psicanálise que ficaram apenas inferidos. Já Stern (1985) considera que a psicanálise tradicional não trata do bebê até o início da simbolização (18 ou 20 meses) e elege como sua questão relacionar o bebê clínico (que surge da teoria e clínica psicanalíticas), ao bebê observado, ligado principalmente às psicologias do desenvolvimento e às pesquisas recentes com monitorizações cuidadosas das respostas dadas pelos bebês. O historiador Lasch (1977, p.110, nota 22) argumenta que existem problemas com este procedimento, já que para utilizar dados empíricos para qualquer questionamento da psicanálise freudiana,

A psicanálise clássica teria nos apresentado um bebê que não interage com os pais, um bebê não responsivo, quase “autista”. Segundo a argumentação da autora, os elementos da vida psíquica que demandam um outro vivo e responsivo tinham pequeno espaço no pensamento psicanalítico. Ela sugere que Freud considerou os pais como pessoas sem existência independente, voltados apenas para alimentar e cuidar do bebê (Benjamin, 1988, p.16).

Benjamin cita diversos autores para fazer a contraposição aos conceitos da psicanálise tradicional: começa se referindo às pesquisas de Bowlby (o teórico mais importante da teoria do vínculo [*attachment*]) e Ainsworth como convergentes com a corrente inglesa das relações de objeto. Segundo Benjamin, teóricos do *attachment* e a corrente das relações de objeto estariam proporcionando novas fundações para a psicanálise, ao concluírem que somos fundamentalmente seres sociais, idéia que se contrapõe à visão que poderia se depreender da obra freudiana, de um ser como um sistema monádico de energia<sup>43</sup>. A autora ressalta ainda a importância das contribuições de Mahler, com sua teoria da individuação/separação que também influenciou as teorias da relação de objeto.

Dentro do mesmo espírito de inovação, Daniel Stern (1985) teria encampado posições corajosas e importantes ao sustentar nos anos 80, dentre outras idéias, a de que o bebê nunca vive uma completa simbiose com sua mãe, interessando-se pelos outros e pelo mundo, diferenciando-se desde o seu nascimento. Ele inaugura uma passagem da unidade simbiótica (*oneness* de Mahler) para o paradigma da conexão e reconhecimento. Neste ponto Benjamin (1988) e Stern (1985) parecem convergir, pois ambos dizem que a questão não é como nos separamos dos outros, mas como nos engajamos e nos fazemos conhecidos na relação com o outro.

---

estes têm que estar relacionados aos fenômenos psíquicos que a teoria psicanalítica procura explicar. (nota 22, p.101).

<sup>43</sup> Devemos ressaltar que Jessica Benjamin faz parte de um universo de psicanalistas americanos que “lêem” a obra freudiana a partir de referenciais mais medicalizantes e biologizantes, o que por vezes os leva a terem uma compreensão bastante particular desta.

Outros analistas importantes — Winnicott (1964) para citar um deles — já haviam demonstrado interesse na questão de como e que tipo de relacionamento permite à criança começar a existir, a construir um ego pessoal, lidar com as pulsões e deparar com as dificuldades inerentes à vida. Interesse que acabou por determinar uma virada no foco da psicanálise para longe das neuroses, dos conflitos edípicos e ligados à repressão sexual, em direção aos conflitos pré-edípicos do ego, distúrbios do chamado eu (*self*)<sup>44</sup>, e estudos sobre sentimentos de aguda solidão e vazio.

Como vimos na epígrafe desta seção, a principal característica de toda a obra de Benjamin é a de ter optado pelo que ela chamou de visão intersubjetiva (Benjamin, 1988, pp.19, 20), segundo a qual só se pode conceber um indivíduo se desenvolvendo em suas relações com outros sujeitos. A idéia de intersubjetividade reorienta a concepção do mundo psíquico tal como o conhecíamos com Freud — das relações de um sujeito com seus objetos — para o conjunto das relações de um sujeito em relação com outros sujeitos, desde os primórdios de sua vida.

Se a perspectiva intra-psíquica concebe a pessoa como uma unidade diferenciada com estrutura interna complexa, o ponto de vista intersubjetivo descreve capacidades que emergem na interação entre o eu (*self*) e os outros. O crucial que é revelado pela teoria intra-psíquica é o inconsciente, enquanto o elemento crucial explorado com a teoria intersubjetiva é a representação do eu (*self*) e do outro como seres distintos, mas inter-relacionados. A autora aponta a possibilidade de ver as duas posições como formas complementares de compreensão da psique, pois: “só contra um pano de fundo do espaço privado da psique, é que o outro real pode aparecer em contraste”<sup>45</sup> (Benjamin, 1988, pp.20, 21). Consideramos que esta proposta de Benjamin está ligada a sua própria formação teórica, tendo ela transitado por muito tempo nas ciências sociais, para depois passar à psicanálise, e ainda convergente com idéias que

---

<sup>44</sup> Optamos por manter a expressão original *self* entre parênteses, ressaltando que não tem relação com a psicanálise do self. Consideramos que a tradução mais aproximada para o termo na maioria dos casos seria *eu*.

<sup>45</sup> No original: “(...) for it is only against the background of the mind's private space, that the *real* other stands out in relief.” (Benjamin, 1988, p. 21).

subjazem a este trabalho de buscar uma interação entre discurso sobre o social e os processos intra-psíquicos.

Para Benjamin, o critério que une as teorias intersubjetivas do desenvolvimento do *self* é a necessidade de reconhecimento. A pessoa sentirá que: “sou eu quem faz ou sou autor dos meus atos” estando com outra pessoa que possa reconhecer seus atos, sentimentos, intenções, existência, e independência (Benjamin, 1988, p.21). Reconhecimento este que torna possível a construção da assertividade: “eu sou, eu faço” e a resposta que deve vir do outro: “você é, você fez”. Para que a ressonância do outro seja eficaz é preciso haver o reconhecimento mútuo, ver a mãe como outro diferenciado (ibid., p.23), ponto que muitas teorias do *self* teriam perdido. Ocorre que, segundo a autora, a mãe é vista como cumpridora de várias funções: desde primeiro objeto de ligação até ótima frustradora, mas raramente é vista como sujeito com existência separada das funções voltadas ao bebê ou à criança. E só com um centro independente, fora da criança, poderá a mãe garantir-lhe o reconhecimento de que ela precisa.

Discordando de grande parte das teorias do *self*, Benjamin acredita que a mãe não deve ser espelho, mas sim um outro diferente que responde também de forma diferente. Não obstante a distância entre criança e os pais, o reconhecimento deve ser mútuo e permitir a afirmação de cada eu (*self*), baseando-se na premissa de que *desde o início há dois sujeitos*.

Desta forma podemos perceber que se trata de um retorno teórico às fases precoces do desenvolvimento humano, dando à díade mãe-bebê importância semelhante ou maior à que é dada ao triângulo edípico, e fazendo com que haja uma mudança de foco do edípico para o pré-edípico, e *do pai para a mãe no estudo do desenvolvimento psíquico* (Benjamin, 1988, p.11). Não devemos pensar, porém que a autora não atribui nenhuma importância ao pai. O que ela faz é dizer que o pai é importante todo o tempo, inclusive, e principalmente, durante o período pré-edípico. Ela quer desconstruir a idéia de que o pai só diz a que veio quando precisa cumprir seu papel de terceiro inderditor no desenrolar do complexo de Édipo.

Auto-afirmação e reconhecimento constituem os lados de uma delicada balança, que Jessica Benjamin chama de *verdadeira diferenciação*, através da qual ocorre o desenvolvimento individual de um eu (*self*) que vai aos poucos se tornando consciente de suas

diferenças e semelhanças com relação aos outros. Por outro lado, segundo a autora, a eleição do complexo de Édipo como mecanismo central do desenvolvimento dos seres humanos contribuiu para a manutenção de modelos de socialização voltados para a agressividade e competição (valores como auto-afirmação e assertividade prevalecendo sobre a capacidade para reconhecer e ser reconhecido pelo outro). No mecanismo tradicional de formação de lei subjetiva, informado pela psicanálise clássica, se processaria uma passagem do medo da autoridade externa, representada primeiramente pelo pai, para auto-regulação, sendo a autoridade substituída por consciência independente, e a necessidade de aprovação e de reconhecimento, por autonomia (Benjamin, 1987, p.213). A autora indaga então porque a autoridade tem que ser fundamento central para obtenção de autonomia, ou porque a diferenciação tem que estar ligada à dominação e à ação desta autoridade, que é até certo ponto ameaçadora. Questiona ainda se o modelo edípico com sua visão afirmativa de autoridade poderia ser tomado de forma acrítica como um ideal ou base universal de desenvolvimento.

Desta forma introduz sua percepção segundo a qual o presente quadro — de dominação, relações senhor-escravo difundidas por toda a sociedade, e o próprio mal-estar na sociedade — só se modificará com a resolução do problema de dominação de gênero (da submissão da mulher ao homem), quando o eu (*self*) individual será capaz de aceitar verdadeiramente a existência do outro sem sentir-se em perigo. A novidade de sua contribuição é a alternativa sugerida, de que através das próprias vivências pré-edípicas pode-se instaurar um processo rumo não só à independência e diferenciação como à constituição mesma do eu (*self*). Este processo de diferenciação teria um valor mais genuíno do que a outra forma de subjetivação, pela via do complexo de Édipo — que culmina com a sua dissolução pela interdição paterna, o que Benjamin chamou de falsa diferenciação.

Só desta forma, pela superação do complexo de Édipo tradicional, seria possível ultrapassar a aparente contradição entre ser visto como separado, grande e forte por um lado, e ter que admitir, pelo outro lado, que a ajuda e o reconhecimento que possibilitam tais sentimentos de plenitude, vêm de fora, de um outro (mãe) que magicamente atende aos desejos. Na falsa diferenciação, o outro — em especial a mulher — é tomado como objeto, e

este tipo de relação, de objetalização do outro, é generalizada, a racionalidade substituindo a troca afetiva com o outro. Racionalidade que não permite reconhecer realmente a subjetividade e a existência do outro.

Benjamin diz que no entanto não tem sido fácil conceituar o desenvolvimento psicológico em termos da mutualidade ou reconhecimento mútuo, que é a capacidade de reconhecer e ser reconhecido pelo outro, já que a maioria das teorias do desenvolvimento tem enfatizado muito mais o aspecto da autonomia que o das trocas com os outros. Cita como exemplo a teoria de Mahler, da separação-individuação, onde, grosso modo, as relações entre as pessoas comporiam o fundo, ficando a capacidade para a separação como figura a destacar-se no conjunto (Benjamin, 1988, p.25), o que vai ao encontro de uma cultura que cultua valores como independência, autonomia e individualismo.

Segundo o princípio do reconhecimento mútuo, quando se chega a um estado importante de autoconsciência, será necessariamente em um contexto em que a consciência dos outros terá contribuído para isto e estará também em destaque, o que faria com que figura (autoconsciência, autonomia) e fundo (suporte dado pelos outros) devessem revezar-se no primeiro plano, flexibilizando na dicotomia mahleriana, a hegemonia da separação/autonomia sobre a troca nas relações interpessoais. Para Benjamin tal mudança na forma de perceber e de sentir significaria um esforço tremendo para um pensamento como o ocidental, mais especificamente o norte-americano, que se acostumou com a linearidade.

Segundo a autora, as pesquisas dos últimos quinze anos (entre 1973 e 1988) teriam enfatizado a importância da reciprocidade para a criança, em detrimento da busca de satisfação pulsional<sup>46</sup> e da ênfase na idéia de separação. O bebê, a partir de cerca de quatro meses, já seria capaz de perceber e responder a pequenas inovações introduzidas pela mãe: em canções, por exemplo, o bebê seria capaz de perceber estas pequenas mudanças, respondendo a elas através de uma forma diferente de olhar. Neste sentido, argumenta que não existem respostas previamente condicionadas da mãe a ações do bebê, o que permitiria o desenvolvimento de

---

<sup>46</sup> No original, *instinctual satisfactions*.

uma criativa relação de dois sujeitos capazes de mais do que apenas repetir condicionamentos culturais. Estaria havendo reconhecimento baseado na mutualidade (Benjamin, 1988, p.26).

Da mesma forma poderia ocorrer o que Benjamin chamou de interação negativa: quando o bebê fica agitado, ou pouco responsivo, e a mãe estressada ou deprimida, esta poderá reagir mal ao bebê, que ficará desconfiado, erigindo uma fronteira de permanente vigilância da mãe, o que não lhe permitirá nem estar sozinho, nem entrar em sintonia com o outro. A manutenção deste tipo de barreira ou a entrada muito frequente neste tipo de dinâmica de interação teria efeitos no futuro ligados às experiências eróticas do novo adulto que teria dificuldade de lidar bem com os limites entre o externo e o interno, entre o quanto deve se permitir perder-se, entregar-se, e o quanto deve conservar de autoconsciência. (Benjamin, 1988, p.29). Para a autora a repetição das boas e criativas experiências de troca do primeiro tipo, com reconhecimento do outro proporcionariam, por outro lado, a capacidade de maior gratificação na vida erótica do adulto que poderia conviver com a perda momentânea dos limites entre interno e externo, perdendo também a autoconsciência no momento de entrega, sem perder, porém a capacidade de perceber-se. Consideramos que a autora utiliza o termo autoconsciência (*self-consciousness*), como ligado à auto-referência, não só com conotações positivas, mas também negativas, no sentido de certa prisão dentro dos próprios valores e forma de ver.

Entre sete e nove meses, começa a ocorrer o que Stern (1985) chama de intersubjetividade, onde além de perceber a existência de outros, o bebê pode perceber a existência de outras psiques que pensam e sentem. Benjamin considera a intersubjetividade como um *continuum* e diria que ocorre um aumento na capacidade intersubjetiva quando o bebê torna-se capaz de distinguir o outro como semelhante ou diferente, consciente de suas relações intersubjetivas. O bebê pode perceber que outra pessoa é capaz de compartilhar seus sentimentos, o que, segundo Stern, citado por Benjamin (1988), é a base da intersubjetividade.

Para Hegel, citado por Benjamin para pensar a origem da relação senhor-escravo, o sujeito, desde o princípio, se experimenta como absoluto, procurando a afirmação deste sentimento através dos outros, o que cria uma batalha para a vida inteira — já que o outro deseja o mesmo. Esta só pode se encerrar quando um dos dois se submete a assumir o papel de

reconhecer a onipotência do outro, em detrimento de sua própria onipotência (Benjamin, 1988, p.33). Esta pequena digressão importa a Benjamin para que possa explicar o que chama de paradoxo do reconhecimento, que ocorre quando no exato momento em que se é reconhecido em sua independência, este reconhecimento da independência e autonomia se dá estritamente através da participação de um outro, o que anularia aquilo de que se estaria obtendo uma confirmação. A situação do bebê de 14 meses poderia ilustrar o que Benjamin chama de relação de dominação ou senhor-escravo, já que o bebê experimenta sua liberdade como lhe proporcionando total controle sobre a mãe, ele é o reconhecido, enquanto a identidade da mãe é negada (ibid., p.34). Se a mãe deixa de dar qualquer limite ao filho, se ela se paralisa e a seus interesses próprios, deixando-se ser inteiramente controlada pelo bebê, ela deixa de ser viável ao bebê, sendo destruída. Apenas se o outro (neste caso, a mãe) pode sobreviver poderá o sujeito se deslocar de um quadro de dominação, submissão e retaliação a um de respeito mútuo, sem o qual o bebê se defrontaria com a continuidade de suas experiências de onipotência (ibid., p.39).

A autora descreve a passagem de um estado inicial de retaliação para um sentimento de ligação com o outro, recorrendo a teorizações baseadas em Winnicott. Primeiro o bebê que começou a andar (do *rapprochement*<sup>47</sup>) reagirá com raiva e desejo de retaliação à mãe que se vai, no sentido de deixá-la, de fazer o mesmo com ela. Descobre assim que poderia sentir falta dela como ela sente falta dele, para finalmente concluir com o sentimento de que sabe que ambos querem ter também uma vida própria. Aceitando que o outro pode ter vida

---

<sup>47</sup> *Rapprochement* não tem tradução precisa em português. Vem do francês *rapprochement* e poderíamos defini-lo aproximadamente como aproximação / estabelecimento de relações amigáveis. Ocorre por volta dos 14 meses, quando o bebê que começou a andar quer continuar sendo absolutamente soberano, mas percebe aos poucos que não é. A criança ou bebê vai atrás da mãe para tudo e assim a tiraniza. O bebê irá querer tudo o que a mãe não poderá dar. A crise de aproximação é então uma crise também dos pais que são atingidos em seu próprio narcisismo ao perceber que não podem fazer tudo, ou prover tudo. Não podem fazer um mundo perfeito. Este momento marca o fim do que a psicanálise chama de indiferenciação, quando o bebê não tinha nenhuma atividade/iniciativa (*agency*) própria. Para Margareth Mahler é o momento de internalização da mãe, podendo o bebê desta forma dela separar-se, ter raiva e, ainda assim saber que ela está lá, como um objeto constante. Com Winnicott, vemos este momento (*rapprochement*) da seguinte forma: apenas pela sobrevivência do outro poderá o sujeito deixar o reinado da submissão e retaliação para um espaço de respeito mútuo.

independente, o bebê estaria substituindo suas formas de controle do outro por mecanismos de ligação com o outro (Benjamin, 1988, p.40).

A autora aponta problemas na psicologia do ego e na teoria da relação de objeto, para enfatizar a importância de se elaborar um modo novo de compreender a constituição dos sujeitos, pela linha do reconhecimento mútuo nas relações intersubjetivas desde as fases mais precoces de vida do bebê. Segundo Benjamin (1988), a primeira corrente concebe um sujeito isolado que internaliza o que está fora para desenvolver o que está dentro, processo em que o outro é incorporado. Quando a psicologia do ego entende a diferenciação como separação do outro e não como desenvolvimento junto ao outro, precisa recorrer a mecanismos como os de internalização, ligados à instrumentalização do outro, já que o sujeito poderá usar o outro como um apoio até atingir o objetivo de não precisar mais deste apoio, podendo então descartá-lo (Benjamin, 1988, pp.42-43). Com relação à teoria das relações de objeto, a crítica de Benjamin, é que esta teria deixado de lado o mais importante. o paradoxal equilíbrio entre reconhecimento do outro e a própria assertividade, e o fato de que deve-se ir além da internalização para quebrar a solipsística onipotência da idéia de mente única e sozinha. O estado de ser um com a mãe nunca foi visto por esta escola como podendo coexistir com o estado de estar diferenciado da mãe. A grande descoberta da teoria da intersubjetividade, o fato de que semelhança e diferença coexistem no reconhecimento mútuo, permite confrontar o argumento de que o ser humano desejará eternamente os absolutos impossíveis da fusão inicial com a mãe e a perfeição perdida com a idéia de que nem tudo tem que estar perfeito, e que, na verdade, é bom que não esteja tudo perfeito, já que um certo grau de imperfeição 'ratifica' a própria existência do mundo.

Segundo Benjamin (1988), o ponto de vista da intersubjetividade não nega tudo que se aprendeu com Freud. Ela considera, porém, que existem aspectos do eu (*self*) faltando na teorização freudiana, aspectos que poderiam se opor à suposição de uma busca incessante pela onipotência e de hostilidade em relação ao diferente. Segundo a autora, é possível que Freud tivesse em mente a idéia de compensar este desequilíbrio quando se referiu à força pulsional de Eros, porém ele nunca deu a esta força lugar de importância na estrutura psíquica. Seria justamente esta parte que teria faltado no modelo de Freud que permitiria confrontar os

aspectos dolorosos da realidade externa em toda a sua diversidade, o que é condição para a liberdade. (Benjamin, 1988, p.48)

Recapitulando, Benjamin diz que o componente erótico da vida infantil é despertado pelo reconhecimento, e que o esforço por este reconhecimento exige a renúncia do bebê/criança à sua reivindicação a ser absoluto. Quando no curso da diferenciação, o processo de reconhecimento se desviar, o self se refugiará na assertividade onipotente (sua ou do outro). A quebra na tensão fundamental entre assertividade do self e reconhecimento do outro que ocorre então, é, para Benjamin o melhor caminho para se entender a psicologia da dominação. A autora contrapõe esta concepção ao modelo psicanalítico tradicional onde a idéia de separação é sobrevalorizada, e que não inclui a possibilidade de transformar e ser transformado pelo outro. Ou seja, a psicologia que valoriza a idéia de separação não deixa espaço à possibilidade de tocar e ser tocado pelo outro durante toda a vida, que ocorrendo de forma equilibrada seria o fundamento máximo da idéia de reconhecimento mútuo (Benjamin, 1988, p.49). Repetindo, para Benjamin, não tem muito sentido (que não os da dominação) a idéia de se relacionar com o outro apenas para se fortalecer e poder se separar dele.

A autora apresenta então uma pergunta que é fundamental: porque o modo tradicional de diferenciação, através de movimento linear até a separação, com internalização de objetos, vem se sustentando por tanto tempo? Talvez, responde Benjamin, pelo medo de que o balanço entre dependência e independência possa ser uma ameaça à autonomia, além de talvez não se poder suportar a tensão paradoxal de ser *com* o outro.

Quando o conflito entre dependência e independência fica muito intenso, o psiquismo abandona o paradoxo em prol da oposição entre as duas posições, polaridade que restitui o balanço ao eu (*self*) e lança as condições para defini-lo nos termos de movimento de distanciamento de qualquer dependência. Estariam aí também as pré-condições para a dominação, já que os opostos não podem ser integrados, um sendo desvalorizado, enquanto o outro fica investido de toda a importância (ocorre um *splitting*, Benjamin, 1988, p.50). A dominação apareceria aí como tentativa de negar a dependência em relação ao outro.

Benjamin comentará a seguir acerca da necessidade que um sujeito tem da sobrevivência do outro a seus ataques. Em um plano diferente, o bebê e a criança estão

sempre procurando testar a capacidade que o ambiente tem de contê-los e acolhê-los. Dentro desta perspectiva, a autora recorre a Freedman (1988), autor que argumenta que a arbitrariedade do meio que cerca a criança pode levá-la a cindir seu ego (*splitting*):

A divisão (*splitting*) vem de um ponto determinado no tempo em que o bebê depara com uma total arbitrariedade do ambiente não obstante suas próprias ações, de modo que não parece mais possível afetar o ambiente (o 'não-eu') estritamente pelas ações do eu (*self*). A raiva que advém desta confrontação com o desamparo forma a gênese do *splitting*. A chave para sua resolução é o estabelecimento da exterioridade (Freedman apud Jessica, 1988, nota, p.263. Tradução nossa)<sup>48</sup>.

Vemos que a autora compartilha desta idéia de Freedman: um ambiente arbitrário faz com que a criança sinta-se totalmente desamparada. A confrontação continuada com a experiência de desamparo causada pela situação gera grande raiva, que dá origem à divisão no ego. Por outro lado, a repetição, pelos filhos, da experiência de destruição onipotente e dominadora gera falta de limites nos mesmos, o que lhes causa uma sensação de vazio, como se não houvesse nenhum outro, nenhuma alteridade. Sentem o mundo como sendo apenas ele, daí ser absoluto e a criança se sente mais ou menos assim: “quando o outro se despedaça diante do impacto do meu ato, então meu ato parece cair da beira do mundo para o vazio, e eu sinto que logo o seguirei”<sup>49</sup> (Benjamin, 1988, p.71. Tradução nossa).

Gostaríamos de reter desta passagem a importância que é dada ao ambiente externo (não-eu), identificado principalmente às figuras dos pais, que normalmente são com quem o bebê e a criança mais interagem (o que hoje já é uma realidade em transformação, conforme Rosemberg, 1995; Castro, 1998). cremos poder afirmar, mesmo reconhecendo a existência de muitas outras variáveis, que a aleatoriedade do ambiente, podemos associá-la à ausência do pai real na família, inclusive — quando a criança ou o bebê tem a oportunidade de acompanhar sua

---

<sup>48</sup> No original, “Splitting comes from a point in time at which the infant faces the total randomness of the environment vis-à-vis his or her own actions, so that it no longer seems possible to affect the environment (the not-me) strictly through the action of the genesis of splitting. The key to the resolution of splitting is the establishment of externality” (Freedman apud Jessica, 1988, nota, p.263).

<sup>49</sup> No original, “when the other crumbles under the impact of my act, then my act seems to drop off the edge of the world into emptiness, and I feel that I will soon follow” (Benjamin, 1988, p.71).

saída da família — esta ausência poderia ser experimentada como uma destruição sem possibilidade de reparação. O sentimento de onipotência, que surgiria como defesa, estaria ligado à necessidade de modificar esta realidade insuportável, incapaz de oferecer qualquer limite, contenção ou acolhimento e teria efeitos muito perigosos, como veremos adiante, à preservação da própria vida da criança/adolescente.

Voltando ao tema da constituição do sujeito pensado pela psicanálise tradicional, Benjamin o analisa do ponto de vista da mulher, enfatizando o modo como esta acaba ficando sempre de lado, de fora, a ser repudiada, a ser excluída. Como objeto sexual a ser disputado pelo pai, e depois como objeto sexual deixado de lado pelo menino. A filha, por outro lado, se identificaria como o auto-sacrifício materno, de onde emanaria o poder da mãe a quem a filha acaba por se submeter. Porém, Benjamin argumenta que Freud não pôde explicar de forma convincente porque o pai e o phallus detém poder exclusivo, o monopólio do desejo, da subjetividade, e da individuação. Se é devido ao primado do Édipo, Benjamin logo rebate este argumento lembrando a importância que se tem dado em psicanálise ao momento pré-edípico (Benjamin, 1988, p.94).

Dentro deste novo contexto, em que se privilegia a fase pré-edípica, o bebê desde muito mais cedo, quando está aprendendo a andar já é visto como vivendo processos identificatórios com o pai, que tem uma forma própria de brincar, mais ativa. As pesquisas têm demonstrado — além do que pode-se perceber no dia-a-dia da maioria das famílias com filhos pequenos — que o pai introduz brincadeiras mais estimulantes e agressivas, com movimentos rápidos, sons, sacudidas, etc., que teriam o efeito de estimular a diferenciação e a individuação. Logo, segundo Benjamin, o pai representa o que está lá fora, fazendo a mediação com o mundo mais amplo. Logicamente o brincar não está ausente nas mães, mas tende sempre a ser mais suavizante, acolhedor, no sentido de acalmar o bebê. Este estado de coisas poderá vir a se modificar, mas ainda é o que está culturalmente inscrito (Benjamin, 1988, pp.100-102).

O papel do pai como caminho para o mundo tem sido fato aceito na literatura psicanalítica, e Benjamin relata que em algumas maternidades norte-americanas chega-se ao ponto de estimular que o pai corte o cordão umbilical dos filhos, iniciando assim, desde o nascimento, seu papel de separar filho e mãe. Da mesma forma tem-se aceitado a assimetria do

papel do pai em relação a meninos e meninas que estão começando a andar, a menina não o podendo utilizar para diferenciação. A menina inicia suas relações sociais de forma mais deprimida que o menino (o que é explicado até pela natureza da forma de brincar de cada um, o menino com suas brincadeiras, mais ativas, agressivas e movimentadas que as da menina), identificando-se mais com a mãe, que por sua vez se identificará com a menina, suportando mais a independência do filho. *O filho se voltará na maioria das vezes para o pai, embora qualquer substituto masculino ou símbolo possa servir como objeto de identificação.* Abelin (1980), observando bebês que começavam a andar, percebeu que os pais desempenhavam mais este papel (de figura de identificação) para os meninos do que para as meninas. Estes se reconheciam no pai, podendo sair do estado de desamparo, sentindo-se poderosos e podendo se proteger contra a perda temporária de sua onipotência durante a fase de tentativas para andar (Benjamin, 1988, pp.103, 104). “Quando o menino está ativamente brincando de ser papai, ele voa por aí anunciando seu novo nome — super-homem”<sup>50</sup> (ibid., p.104. Tradução nossa). Diante destas informações podemos sustentar, de forma preliminar, que a falta do pai na família afetaria mais o menino do que a menina, de forma que daremos maior ênfase, na discussão, ao que acontece com o menino na ausência do pai.

O período do conflito do *rapprochement*, entre ficar com a mãe ou sair por aí, seria solucionado pelo pai, com sua entrada triunfal, sem que o filho experimente sentimento de perda: a mãe é mantida como objeto de desejo, enquanto o pai seria sujeito de desejo, onde o filho se reconhece. Ocorre um *splitting* entre as figuras materna e paterna. Neste momento a criança passaria para o ‘eu desejo’, sendo o pai o dono do desejo. É ele que deseja a mãe (Benjamin, 1988, p.104).

Benjamin esclarece sua posição em relação a uma questão que é central para nossa investigação. Diz ela que as figuras de mãe e pai são ideais culturais, embora não necessitem ser exercidos por mães e pais biológicos, ou mesmo por homens ou mulheres respectivamente. O pai do *rapprochement* é um destes ideais.

---

<sup>50</sup> No original: “When the boy is not actively playing daddy, he flies about, announcing his new name — superman.” (Benjamin, 1988, p.104).

Consideramos estarmos tratando aqui de um tema importante para nossa discussão. Importante por alguns motivos: fica estabelecido que as figuras materna e paterna são mais construídas do que dadas biologicamente, seja pela ascendência, seja pelo gênero. Embora possamos dizer que será mais provável que as figuras de pai e mãe sejam encarnadas por homem e mulher respectivamente, esta característica (gênero) não será absolutamente uma limitação, donde poderemos ter um homem fazendo as vezes da mãe, e uma mulher fazendo as vezes do pai. Mas daí — nos mantendo fiéis a Benjamin — não passamos; não concordamos com uma dessubstancialização destas figuras ao ponto de se dizer que são funções em uma estrutura que podem inclusive prescindir de um agente humano para operar. Outro ponto que destacamos é o fato de o pai da realidade estar referenciado ao *Pai* social, cultural, etc<sup>51</sup>. (será que a mãe da realidade também estará referenciados à *Mãe*? E que *Mãe* seria esta?). Associamos esta idéia ao que discutimos anteriormente neste trabalho com DaMatta (1987), quando ele diz que família sem pai é vista como a *família sem eira nem beira*. Acrescentamos agora a idéia de que a família passa a ser vista desta forma porque não tem relações estabelecidas com o Pai, que no caso brasileiro seria o pai ligado ao patriarca escravocrata da época colonial, o grande latifundiário, e hoje, modernamente, também o grande empresário, senhor de alguma técnica. Diríamos ainda que a família sem pai pode incluir de certa forma a família que tem o pai desconectado do poder do *Pai*, família que abriga aquele que Woortman (1987) chamou de *joão ninguém*.

Recorrendo agora a Freud, Benjamin dirá que o filho no desenvolvimento edípico normal quer ser como o pai é para a mãe, achando que este pai tem toda a onipotência que ele próprio gostaria de ter. As imagens de separação e desejo são reunidas no ideal do pai. O desejo de ser como o pai não é apenas defensivo para derrotar a mãe, é um novo tipo de amor (cf. Freud, 1976 [1921] ), que a autora chamará de *um amor identificatório*. A identificação passará então a ter um papel preponderante no reconhecimento e no desejo. Se assemelhar ao pai para a criança que aprendeu a andar (*toddler*) assume grande importância emocional sendo

---

<sup>51</sup> Idéia que associamos à percepção de DaMatta de que "...quem não tem relações simplesmente não existe como pessoa" (apud Chauí, 1986, p.134). Esta rede de relações ligada à idéia deste Pai que oferece proteção,

secundário apenas à importância da intimidade física. Este amor identificatório ao pai seria o primeiro amor a algum sujeito, diferente do amor anterior, já estabelecido do 'eu te amo, você me alimenta' (amor anaclítico) (Benjamin, 1988, p.105).

Para Benjamin, tanto os filhos como as filhas estariam sujeitas a este amor identificatório ao pai, que seria fundação da idealização do poder masculino e da idéia de individualidade autônoma. O pai não estaria acessível da mesma forma a meninos e meninas, e mesmo que estivesse acessível às meninas da mesma forma que aos meninos, haveria grandes problemas para a menina que se identificasse com o pai, que fariam, ao final das contas que a identificação com o desejo e a agência (*agency*) do pai parecesse fraudulenta, pois a autora crê que apenas com modificação substancial nas expectativas de gênero e na criação e educação dos filhos, tanto o pai como a mãe poderão ser figuras de separação e de apego (*attachment*) para os filhos. Acredita que meninos e meninas podem se valer de identificações com pai ou mãe sem ficarem confusos com relação à identidade de gênero. Mas pensar nestas possibilidades gera ainda muita controvérsia. Elas pressupõem uma fluidez de gênero e das respectivas associações na fase pré-edípica. Para Benjamin, a criança que começou a andar (*toddler*) procura manter identificações com ambos os sexos, além de mantê-los como objetos de apego e reconhecimento. Estas identificações, funcionando da melhor forma possível, permitiriam à criança assimilar muito do outro, podendo coexistir identificações com pai e mãe, já que não estarão estabelecidas ainda as polaridades de gênero características da fase edípica (Benjamin, 1988, p. 112).

A idealização do pai junto à desvalorização da mãe, constituem a divisão que tem sido introduzida e que tem moldado a noção de individualidade, divisão que só poderá ser superada quando se pensar em integração entre homem e mulher ao invés da idéia de complementaridade. Ou seja, a menina precisa de um pai com quem possa se identificar também, mas disso só se tirará bom proveito se puder derivar um senso de eu de sua própria mãe, que deve poder ser articulada como sujeito sexual. Isto permitiria à criança ser criada em

---

distinção e vantagens no mundo da rua.

um ambiente em que não iria necessariamente ingressar em relação de poder sexual desde pequena. (Benjamin, 1988, pp.113,114).

Desta forma percebemos, que seguindo a posição teórica de Benjamin (1988), a menina de hoje enfrenta muitos problemas para fazer uma boa e consistente identificação com o pai. Precisa que ele se coloque disponível como figura identificatória, que segundo temos visto, não é o que ocorre com maior frequência, e ainda, que esta identificação com o pai ocorra em um mundo diferente do mundo atual em que vivemos, em uma sociedade em que a identificação entre poder e gênero estivesse abolida ou suavizada.

O amor edipiano pelo pai ofuscaria o amor identificatório pré-edípico da menina pelo pai. Embora o recomende, Benjamin (1988) não sabe o que ocorreria no caso de identificações fortes da menina tanto com a mãe como com o pai. Sabe, porém que no modelo atual de identificação com mãe e pai, busca de feminilidade e atividade sexual conflitam diretamente. A busca do amor ideal em mulheres poderia ser, segundo a autora para reparar a falta da vivência deste amor identificatório com o pai. Recorre a Simone de Beauvoir para sustentar este ponto, dizendo que quando uma mulher se entrega completamente a um ídolo, é na esperança de que ele lhe proporcione se ter e ao universo que ele representa. Procuram normalmente por homens que tenham o desejo desimpedido, e que sejam capazes de sobreviver sem depender da força dela, para repor o que faltou tanto à mãe como ao pai — capacidade de sobreviver ao ataque e continuar lá. (Benjamin, 1988, pp.115, 116)

Deste modo, vemos que Benjamin confere maior importância ao pai da fase pré-edípica, que detém ao mesmo tempo autoridade e capacidade de brincar, em detrimento da sobrevalorização do pai autoritário da fase edípica. Haveria que se ter constituído algo desde muito antes, que tornasse o pai da fase edípica, tal como o conhecemos em seu papel interditor, prescindível. O problema do prolongamento de uma relação narcísica imaginária com a mãe, estaria, segundo este ponto de vista, resolvido desde muito antes, com o desenvolvimento da capacidade de viver segundo a tensão entre ser independente e precisar do outro para isso. Identificar-se na fase pré-edípica com o pai seria importante tanto para o menino, como para a menina, associando-se tal identificação a uma imagem de autonomia mais legítima.

Quando o amor identificatório não é atendido na época apropriada, a criança ficaria com um anseio nunca atendido e com sentimento de auto-desvalorização. Este seria o elemento fundante, na raiz da busca posterior por um amor ideal, cujo desejo e vontade serão aceitos como se fossem os próprios, perfazendo, imitativamente uma idéia falsa de liberdade e poder, que estará a um passo da submissão à vontade do outro. Na idéia do amor ideal ou idealizado, estaria a 'perversão' da identificação, a deformação do amor identificatório para submissão.

Na verdade, a autora está apresentando sua hipótese para a explicação das relações de dominação vigentes na sociedade, pelo gênero. Devemos refletir se suas idéias poderão ou não ser complementares às de Roberto DaMatta, que situa as atuais relações de dominação como uma continuidade em relação ao período colonial escravocrata.

O pai, para Benjamin está culturalmente instituído como representante do desejo. Havendo um anseio generalizado pelo PAI. Nas palavras da autora:

Enfim, a idealização do pai como representante do mundo externo parece operar com a mesma força (ou quase a mesma) mesmo quando os pais reais não o reforçam. A idealização continua ativa como um anseio compartilhado, ligado à representação cultural de desejo. (Benjamin, 1988, p.123)<sup>52</sup>.

Já existiria neste sentido um anseio cultural generalizado pelo pai. *E* como única possibilidade para que a mulher possa sair deste lugar secundário, fraco e oprimido, a autora defende a via da intersubjetividade em substituição ao modelo intra-psíquico para se chegar a outras formas de representação do desejo, de forma que este não continue soldado à idéia de falo. Seguindo o significado das idéias que a autora vem desenvolvendo, podemos chegar a duas conclusões preliminares: a primeira não é nada otimista, e reforça a idéia de que a lei para estas crianças de família sem pai, dificilmente se organizará de forma sólida, e dentro da

---

<sup>52</sup> No original: "After all, the idealization of the father as the representative of the outside world, seems to operate as powerfully (or nearly so) even when the real parents do not reinforce it. It remains active as a shared longing, joined to the cultural representation of." (Benjamin, 1988, p.123).

família, junto às mães. E em segundo lugar, que Benjamin até aponta um caminho para que se possa virar este jogo, mas são indicações para mudanças muito profundas e demoradas, pois pressupõem modificações estruturais, éticas, ideológicas e políticas em toda a sociedade.

Tendo argumentado em favor do eu (*self*) intersubjetivo e suas representações, independentemente do eu (*self*) intra-psíquico, Benjamin quer enfatizar que na verdade eles coexistem. Desta forma pode-se valorizar tanto a mãe acolhedora e o pai estimulante, como elementos constitutivos do desejo que são igualmente importantes. O acolhimento — e o espaço que este cria — possibilita ao eu (*self*) experimentar o desejo como verdadeiramente interior, de forma que não é apenas a resposta de reconhecimento do exuberante e estimulante pai que dispara o próprio senso de atividade e desejo da criança.

O problema maior é a divisão entre uma mãe associada à dependência e um pai que representa a libertação. As duas condições aparecem como mutuamente excludentes. Benjamin chama a atenção para o fato de que enquanto o pai operou bem dentro deste modelo, trazendo o menino do seio da mãe para as coisas do mundo, a psicanálise nunca considerou isto um problema, muito pelo contrário, considerou a fórmula como um 'universal' da própria constituição dos sujeitos humanos. Segundo a autora, apenas recentemente, a psicanálise parece estar reconhecendo que também a menina tem que obter sua entrada no mundo, e não apenas por uma inveja. Finalmente, Benjamin diz que terá que questionar uma das principais bases da psicanálise, o complexo de Édipo, haja vista que a crítica feminista da divisão entre mãe do apego e pai da separação tem passado quase despercebida pela teoria psicanalítica (Benjamin, 1988, p. 133, 134).

A autora argumenta que o pai, em Freud e na psicanálise posterior a ele está sempre associado ao protetor ou mesmo salvador da criança — na maioria das vezes do menino — dos perigos da mãe natureza, do apego, do narcisismo incontido, etc. Argumento que é ampliado para diagnosticar os males da sociedade, quando a falta de um pai forte — como vimos anteriormente com os frankfurtianos — faria com que a criança afundasse em um crescente e patológico narcisismo. Existiria, porém, no coração da teoria psicanalítica um importante paradoxo: a ascendência do pai no complexo de Édipo significa a negação da subjetividade da mãe, e a impossibilidade do reconhecimento mútuo, o que faria com que a

criação de diferença distorcesse ao invés de fortalecer o reconhecimento do outro. A diferença seria então governada pelo código da dominação. Este paradoxo é interpretado por alguns autores, como Poster (1979), como tendo causas circunstanciais (contexto sócio-cultural da época) e ideológicas.

Se Benjamin (1988) se esforçou por demonstrar a importância do pai para a menina na fase pré-edípica, agora irá contestar seu papel de libertador, já tão consolidado e consagrado pela psicanálise em geral para o desenrolar saudável da operação edípica. Argumenta que toda idealização esconde algo, e que no caso que estamos analisando, esconderia o medo que a criança tem do poder do pai. O mito de uma autoridade paternal bondosa, capaz de impedir a regressão, empurra todo o terror regressivo para a mãe, que assume o estatuto de perigosa para a sobrevivência psíquica dos filhos.

Dentro desta mesma perspectiva que opõe crescimento e saúde psíquica a narcisismo regressivo, Benjamin comenta a passagem que alguns autores anunciavam do foco do complexo de Édipo para o narcisismo no campo das patologias psíquicas. Segundo estas idéias, a regulação da sociedade estaria deixando de ser feita pelos ideais elevados ligados à autoridade, pelo superego e valores morais: todos querem a satisfação imediata proporcionada pelo consumo, e na impossibilidade de desfrutarem do poder, fascinação e excitação, se identificam com aqueles que têm estas novas insígnias. Como exemplo cita Christopher Lasch (1979) — um dos autores que enveredou de forma mais aprofundada por este percurso — e alguns pontos de sua crítica: declínio do homem edípico; famílias instáveis, sem o mesmo poder e autoritarismo que os pais da época de Freud tinham, não impulsionando o funcionamento do complexo de Édipo como era quando de sua formulação por Freud. De um lado ficaria Édipo — responsabilidade e culpa — e do outro Narciso — auto-referência e negação da realidade. Tal mudança de paradigma pôde ser sentida nos EUA, segundo Benjamin (1988), a partir dos anos 60, se intensificando cada vez mais, até o final da década de 80, quando se poderia dizer, grosso modo, que os casos clínicos se dividem naqueles em que o triângulo edípico não funciona bem e casos de desordens narcísicas, de patologia do eu (*self*). Nos dias atuais, poderíamos nos arriscar a dizer que esta tendência não se modificou, sendo

também cada vez mais frequentes os casos *borderline*, também narcísicos. Qual seria o significado desta mudança? (Benjamin, 1988, p.137).

A crítica cultural do narcisismo feita por Lasch (1979), dentre outro autores, afirma que se antes, na época de Freud, se sofria de excesso de culpa, hoje se sofre do contrário — haveria culpa de menos. Tal posição pressupõe o complexo de Édipo fundamentalmente como responsável pela formação do superego, o que Benjamin (1988) considera uma forma antiquada de se ler Freud. Ela argumenta que no seu lamento pelo prestígio e poder normativos perdidos com o esmaecimento do homem edípico, tal corrente simplifica a posição psicanalítica ao assumir que existiria uma fantasia pré-edípica de autoridade, arcaica, primitiva e sádica, que poderia ser oposta à autoridade edípica, que seria mais realística “formada pela experiência posterior com o amor e pelos modelos respeitados de conduta social.”<sup>53</sup> Para Benjamin, esta posição implica em considerar o que é apenas *anterior* no desenvolvimento psíquico como mau, destrutivo, configurando-se um caminho que parte do que é intrinsecamente ruim para algo melhor. Na comparação entre o homem edípico e o novo narcisista, existiria, na compreensão de Benjamin, uma nostalgia pelas antigas formas de moralidade e autoridade (Benjamin, 1988, p.139).

Para Benjamin, a análise de Lasch é uma reedição do tema mais antigo da sociedade sem o pai, de que já tratamos anteriormente, e que foi associado a fenômenos históricos, como a popularidade obtida pelo fascismo. Lasch (1979) acredita que, por uma ausência emocional do pai, que poderia prover um modelo de auto-contenção, ocorrem resultados devastadores devido a uma constituição superegógica atípica, já que o superego se fixaria em uma fase mais primitiva do desenvolvimento, sendo cruel e punitivo, e no entanto, sem conteúdo consonante com os valores morais (Benjamin, 1988, p.139)<sup>54</sup>.

Neste sentido, as desordens narcísicas seriam resultado do excessivo distanciamento dos pais em relação aos filhos, que passariam a *diversificar promiscuamente suas identificações* entre o grupo de pares, e estrelas da cultura de consumo. Várias explicações são

---

<sup>53</sup> Lasch, 1979 (apud Benjamin, 1988, p.138. Tradução nossa)

<sup>54</sup> Lasch, 1979, pp. 178,179.

oferecidas para explicar o enfraquecimento da autoridade dos pais. Lasch sublinha também a interferência dos *experts*, que vão aos poucos se apropriando da vida das famílias (Benjamin, 1988, p.139)<sup>55</sup>.

Assim como observamos com Goldani, no segundo capítulo, Benjamin critica a obra de Lasch, enquanto socióloga, acusando-o de ser parcial e deixar de fora fatores importantes que complexificam a discussão, tais como o fato de haver menos filhos por família, menos horas de trabalho, menos trabalho doméstico, uma nova cultura de lazer familiar, maior envolvimento do pai nas fases precoces da criação dos filhos, e a tendência de entender os filhos, ao invés de apenas discipliná-los. Enquanto discurso psicanalítico, as idéias de Lasch seriam igualmente limitadas, por vários motivos: a) a psicanálise atual (1988) não compartilha do sentimento de nostalgia com relação à autoridade do pai, que têm os críticos do 'novo narcisista'; b) embora os psicanalistas considerem que o paciente possuidor de um conflito edípico já atingiu um nível superior de desenvolvimento que aquele que tem desordens narcísicas, não consideram, como petição de princípio os aspectos positivos acerca do Édipo e superego, pai e masculinidade, como necessariamente frutos da internalização de autoridade.

Para Jessica Benjamin a psicanálise prefere ver o conflito edípico como a culminação da luta pré-edípica para se separar dos pais, o que incluiria abandonar a fantasia narcisista de onipotência, tanto de auto-suficiência como de união perfeita com a mãe. A discussão da época seria de como o complexo de Édipo organiza a tarefa de lidar com a diferença. Quando a criança percebe a diferença entre sexos e entre gerações tem que aceitar uma realidade que não pode controlar. A diferença sexual absorveria todas as experiências de impotência e exclusão, assim como de independência. Sob este ponto de vista, estar-se-ia entendendo desenvolvimento edípico como um importante passo rumo à realidade e à independência, sem desvalorizar o aspecto positivo do narcisismo da criança em sua relação precoce com a mãe (Benjamin, 1988, p.140).

O problema da outra posição se estabelece, segundo Benjamin, quando os autores que a defendem — dentre eles Lasch — apontam para a necessidade de ligação com um ideal

---

<sup>55</sup> Cf. Lasch (1991, pp. 104-105 [1977]).

paterno, que deve intervir sobre a díade mãe-filho, impedindo que esta se prolongue em sua forma imaginária. Para ela isto significaria a impossibilidade de que ocorra reconhecimento mútuo na díade filho(a) mãe. Benjamin se mostra surpreendida com a força com que está culturalmente inscrito o papel paterno, como indispensável para a individuação:

A idéia de que o pai intervém na díade mãe-filho para trazer a identidade masculina do menino e separação é, como eu sugeri, dificilmente inócua. Esta idéia é na verdade a forma manifesta da mais profunda (e menos científica) assunção de que o pai é o único libertador possível, e um caminho para o mundo. Repetidamente, esta defesa do papel do pai como princípio de individuação *se arrasta* para dentro da teoria, mesmo quando o elemento de autoridade (a figura do pai) está desenfatuado. (Benjamin, 1988, p.140. Tradução nossa)<sup>56</sup>.

Benjamin diz que o complexo de Édipo tanto interpretado como uma teoria de separação como do superego, contém invariavelmente a restritiva equação que iguala paternidade à individuação, civilização, mundo externo, liberação da mãe, etc. (Benjamin, 1988, p.140).

A autora volta a citar Lasch, onde ele diz que juntando a ausência do pai, dependência da mãe e fantasias arcaicas persistentes, a criança seria oprimida pela mãe, que quer se vingar do pai castrador, e se torna — em consonância com as fantasias arcaicas — ela mesma castradora e excludora do pai<sup>57</sup>. O que nos interessa particularmente aqui, é a idéia de Lasch — apresentada e contestada por Benjamin — de que na ausência do pai a mãe dominadora se mostra de uma forma bastante radical e violenta, submetendo o filho à forte opressão (Benjamin, 1988, p.141)<sup>58</sup>.

Jessica Benjamin aponta alguns momentos em que aparece um pai tirânico e irracional na obra de Freud — quando ele se refere a Kronos (que depois corrige para Uranus), e quando

---

<sup>56</sup> No original: "The idea that the father *intervenes* in the mother-child dyad to bring about a boy's masculine identity and separation is, as I have suggested, hardly innocuous. This idea is actually the manifest form of the deeper (and less scientific) assumption that the father is the only possible liberator and the way to the world. Repeatedly, this defense of the father's role as the principle of individuation creeps into the theory even when the element of authority is de-emphasized" (Benjamin, 1988, p.140).

<sup>57</sup> Cf. Benjamin, 1988, nota 16 do capítulo IV.

<sup>58</sup> Lasch, 1979, pp. 174, 175.

descreve o pai da horda primeva — e se pergunta como foi feita a passagem deste pai para o pai que personifica a lei racional (1988, pp.142, 143). A transformação, segundo ela não estaria completa, e volta a aparecer o pai tirânico na figura de Laio, donde ela conclui persistir certa ambivalência no pensamento de Freud acerca do pai, a predileção de Freud pelo pai moral não conseguindo obscurecer por inteiro os indícios mais negros do pai primevo (Benjamin, 1988, p.144).

A autora utiliza a idéia de Freud de que o líder capaz de hipnotizar as massas estaria associado a este terrorífico pai primevo. Sob sua égide onipotente, os liderados dariam vazão às suas próprias ambições narcísicas, tomando o líder como o seu ideal. Benjamin volta ao texto de Freud para falar da cegueira que pode surgir quando um outro é instalado no lugar de nosso próprio ideal do ego, que pode levar às raias do crime (Benjamin, 1988, p.144).<sup>59</sup>

Segundo a autora, teria sido este o caminho tomado pelos críticos sociais em seus esforços para entender o fascismo — os líderes ocuparam o lugar das imagens ideais que cada um tinha de si mesmo, o que demonstrava o perigo das correntes narcísicas de identificação. Mas como o líder hipnótico conseguia atrair tantas identificações se carecia das qualidades da figura paterna valorizada — justa e sólida? Como poderia ser uma expressão da autoridade paterna? Quem respondeu a este impasse foi Adorno (1972), que propôs que o pai primevo, descrito por Freud como o líder hipnótico devia ser compreendido como o pai pré-edípico. O outro, o pai justo e sólido, seria o pai edípico (da fase edípica). Isto faria com que a explicação acerca da participação das massas no fascismo soasse da seguinte forma: na falta do pai edípico, o laço narcísico a uma figura de poder terrorífico poderá prevalecer no psiquismo. Desta forma Adorno e Horkheimer (1947) explicariam também, fazendo pequenas modificações na teoria, fenômenos mais atuais, como a busca destes indivíduos sem pai por uma figura poderosa de identificação. Explode a fascinação pelas estrelas (stars) de uma cultura narcisista (Benjamin, 1988, p.145).

Na visão de Benjamin (1988), os críticos que defendem a idéia de que os males sociais estão relacionados à falta de um pai (do pai edípico) vêem a autoridade edípica como a figura

racional capaz de salvar a sociedade de uma regressão aos perigos associados à figura arcaica que subjazeria ao pai pré-edípico. A autora questiona: como justificar tal divisão, colocando-se de um lado as características regredidas, onipotentes, cruéis, etc. e do outro todas as características positivas? Diz que estes teóricos vêem patologia mais no amor pré-edípico do filho do que na incapacidade do pai de responder ao mesmo.

A contribuição de Benjamin nesta questão é apostar que este amor devidamente correspondido, com o reconhecimento da criancinha pelo pai prepararia o caminho para a autonomia. Se este é, porém, desprezado pelo pai idealizado, a criança estará se encaminhando, aí sim, para a submissão. Ela lembra que o próprio Freud diz que a identificação precoce da criança com o pai não se opõe ao complexo de Édipo, mas prepara o caminho para ele (Benjamin, 1988, pp.145, 146).

Benjamin (1988) está sugerindo outra explicação para o mesmo tema: não é pela falta do pai edípico, mas pelo desamparo causado pela ausência de resposta ao amor pré-edípico investido pela criança no pai — também idealizado embora não tão autoritário — que se prepararia a submissão à qualquer líder. Porém não é assim que a psicanálise tradicional tem entendido a questão: o bom pai detentor da autoridade capaz de propiciar boas identificações, é, repentinamente, magicamente, livrado de qualquer conexão com o *perigoso pai arcaico*. A dicotomia que se estabelece entre o bom pai e a mãe regressiva e arcaica — que parece ficar como depositária dos traços terroríficos do pai arcaico — seria o mais sério problema da teoria psicanalítica.

Devemos entender neste ponto que fica sugerida aqui não só a antecipação da importância, como também uma mudança na forma de ver o pai. Ele é trazido do período que seria o edípico para o pré-edípico, e deixaria de aparecer cercado de tanta idealização e autoritarismo. Porém, a psicanálise tradicional precisa de um pai que corte a identificação precoce do menino com sua mãe, que é associada ao estado inicial de indiferenciação, simbiose e narcisismo primário. Segundo esta forma de a psicanálise ver a questão, feminilidade e

---

<sup>59</sup> Cf. Freud, 1976 (1921), p.143.

narcisismo estariam intrinsecamente ligados chamando a um retorno ao prazer infantil indiferenciado.

Aprofundando a presente discussão, Jessica Benjamin, introduz no panorama de sua reinterpretação da psicanálise — que é na verdade uma reinterpretação do próprio modo do homem estar no mundo, haja vista a extensão das implicações e consequências de suas propostas — os conceitos de ego e superego. Retomando Freud, a autora afirma que o ideal de ego foi formulado pela primeira vez no texto do narcisismo, com funções, que passariam depois ao superego, de auto-observação e consciência. Existindo confusão inicial entre as duas expressões, escritores posteriores procuraram dissociá-las, alegando que Freud teria postulado *ideal de ego* como herdeiro do narcisismo, e o superego como herdeiro do complexo de Édipo<sup>60</sup> (Benjamin, 1988, p.148).

Para ilustrar este posicionamento, Benjamin recorre a Chasseguet-Smirgel (1976), que associa o ideal do ego ao amor narcísico pela perfeição, enquanto o superego representaria uma instância posterior, de autoridade racional, que levaria à possibilidade de conviver em sociedade pelo respeito às proibições básicas, se afastando da busca sem limites por poder e perfeição. Dentro deste ponto de vista, o superego se encarregaria de refrear os impulsos reavivados com o ideal do ego, de onipotência e de reunião com a mãe, tal como se quis na fase pré-edípica. Existiria então o seguinte estado de coisas: superego alinhado à demanda paterna pela separação, e o ideal do ego como meta de indiferenciação. O pai edípico não se mostraria necessário para romper a díade com a mãe, pois esta função, segundo Chasseguet-Smirgel, já deveria ter sido levada à termo pela identificação com o pai pré-edípico. O pai do Édipo viria como um reforço, mostrar uma relação da qual a criança está excluída, e as diferenças de gênero e de geração (Benjamin, 1988, p.150).

---

<sup>60</sup> Cf., por exemplo, Birman (1996). Não há referência nesta discussão ao que foi traduzido em português a partir da obra completa de Freud como ego ideal. A expressão original utilizada por Benjamin é *ego ideal*, que traduzimos como ideal do ego. Como por diversas vezes em sua exposição, com o auxílio de Chasseguet-Smirgel, o sentido dado a *ego ideal* (em inglês) se parece com o que seria a definição de ego ideal, aventamos a hipótese de que a autora esteja usando esta expressão sem diferenciar os dois sentidos, ego ideal, e ideal do ego. O ego ideal seria ligado ao narcisismo e à regressão, enquanto o ideal de ego estaria na raiz das realizações culturais

Jessica compreende esta última afirmação de Smirgel como indicadora de que é o processo de diferenciação que estimula a criação da representação simbólica, e não o símbolo que cria a diferença. Neste sentido:

Qualquer mãe ou qualquer combinação de figuras parentais — com ou sem um pai real (da realidade) — que estejam comprometidos com o desenvolvimento da criança como pessoa diferenciada, pode promover diferenciação. *Por isso crianças sem pai continuam a exibir representação simbólica.* (Benjamin, 1988, p.150, em nota de rodapé. Tradução e grifo nossos)<sup>61</sup>.

O que Benjamin (1988) contestará na teoria de Smirgel, já se pode antever: é de novo a associação de pai com diferenciação e realidade e mãe com regressão em nova polaridade maniqueísta de posições. Benjamin até concede que pai seja associado com crescimento e diferenciação, como é o caso em nossa cultura, o que contesta é que seja considerado o único que impulsiona a criança a se desenvolver. Na visão de Benjamin, a realidade externa não pode ser deixada de lado: nesta realidade, ela observa que:

as mães reais, na nossa cultura, mal ou bem, empregam a maior parte de suas energias estimulando a independência dos filhos. E são normalmente elas que transmitem valores morais e sociais capazes de formar o conteúdo do superego da criança pequena. E são geralmente elas estabelecem um limite ao vínculo erótico com o filho, e assim também às aspirações por controle onipotente ou ao terror de ser tragado. (Benjamin, 1988, pp. 151, 152)<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> No original: "Any mother, or any combination of parenting figures (with or without an actual father) who are basically committed to their child's development as a separate person, can foster differentiation. That is why children without fathers still exhibit the symbolic representation." (Benjamin, 1988, p.150, nota de rodapé).

<sup>62</sup> No original: "Real mothers in our culture, for better and worse, devote most of their energy to fostering independence. It is usually they who inculcate the social and moral values that make up the content of the young child's superego. And it is usually they who set a limit to the erotic bond with the child, and thus to the child's aspiration for omnipotent control and dread of engulfment." (Benjamin, 1988, pp. 151, 152). Esta pequena citação nos permite perceber que existe uma divergência básica entre uma autora como Benjamin e outro como Lasch, já que eles parecem ver com olhares e opiniões diferentes o mesmo objeto, talvez, mesmo por questões de gênero. Neste caso especificamente, podemos dizer que Lasch dificilmente emitiria uma

Benjamin comenta que Chasseguet-Smirgel (1976) concede que o ideal de ego tenha também seu componente de crescimento — o que para nós constitui o ponto onde o diferenciaremos do ego ideal, exclusivamente narcísico. É este componente de crescimento que permite ao ideal de ego se desenvolver e ir assimilando novas imagens da idéia de perfeição a cada fase, empurrando a criança adiante e consolidando a diferença ao que, no nosso entender, seria o ego ideal, o qual depois de cumprir sua função<sup>63</sup> em um momento bem inicial, deverá ser abandonado para abrir espaço aos ideais do ego. Estes, mesmo tendo também um forte componente narcísico, deixam espaço à idéia de que existe uma distância entre o ego real e os ideais, distância que impulsionará o desenvolvimento do ser humano, provavelmente por toda sua vida. Qualquer fixação ou regressão ao ego ideal só poderá significar fenômenos patológicos de ordem narcísica, mesmo que um determinado quadro social pareça justificá-lo. Neste caso, haverá o que Freud chamou de patologia de uma comunidade inteira. E talvez seja isso que Lasch (1977, 1979, 1984) esteja querendo denunciar.

Após a publicação de *The Culture of Narcissism – American Life in An Age of Diminishing Expectations* (1979), Lasch recebeu muitas críticas de intelectuais feministas, que atacavam sua “(...) nostalgia em relação à autoridade paterna e à antiga hierarquia de gênero” (Benjamin, 1988, p.156. Tradução nossa)<sup>64</sup>. Ele as respondeu defendendo com contundência sua posição com relação ao pai: afirma que a ausência emocional do pai chega a ser devastadora pois significa a remoção de um importante obstáculo ao retorno da ilusão de onipotência da criança com todas as suas implicações e possíveis consequências (Benjamin, 1988, pp. 157, 158).

Como vimos na crítica de Benjamin ao modelo edípico atual, a mãe fica relegada à condição de objeto, que pode ser deixado de lado. Tendo sua subjetividade negada, como

---

descrição tão favorável à forma como as mães americanas criam seus filhos. Segundo seu ponto de vista, elas são muito narcisistas e egoístas para terem tal desprendimento, não porque são intrinsecamente assim, mas porque segundo ele, este é o sintoma social que afeta toda a sociedade americana.

<sup>63</sup> Conforme observamos no estágio do espelho de Lacan (1966), assemelhado ao *a'* no seu esquema, que se refere à imagem idealizada que a mãe constrói para o filho, a qual este tenta por todos os meios corresponder.

<sup>64</sup> No original: “(...) nostalgia for paternal authority and the older gender hierarchical family.” (Benjamin, 1988, p.156).

poderá sobreviver como um outro viável com quem os filhos possam estabelecer uma relação de reconhecimento mútuo? Impasse que a psicanálise teria evitado relacionando diferenciação e individuação ao fato do menino conseguir se livrar da influência materna. A psicanálise neste sentido, não estaria preocupada com tensão, equilíbrio ou reconhecimento mútuo (Benjamin, 1988, pp.165,166). Vejamos então uma situação específica: tendo em vista tudo o que foi exposto anteriormente, consideramos que a prole de uma família sem pai e pobre, terá dificuldade de internalizar a lei pela via tradicional de um pai edípico, que interdita a relação dual entre filho e mãe. E ainda, examinando a situação agora pela perspectiva intersubjetiva de Jessica Benjamin, que condições terá esta mãe de se mostrar como outro diferenciado, capaz de prover o reconhecimento à sua prole, se na grande maioria das vezes esta mãe estará atingida, desde um constrangimento sócio-cultural em suas condições básicas de vida e de dignidade? Como esta mãe se fará respeitar diante dos filhos, de forma a ser reconhecida por eles como alguém com um centro próprio? Como a criança poderá desenvolver a habilidade de reconhecer a mãe como ser de plenos direitos?

Por outro lado, voltando a um dos temas centrais de suas preocupações, Benjamin (1988) apresenta um dos pontos que procura defender: crê que a fonte de mal-estar de nossa cultura não é nem a repressão nem o narcisismo, nem a queda do pai, mas polaridade de gênero. Neste sentido, argumenta que ao contrário do que consideram muitos autores, como Lasch e os teóricos da Escola de Frankfurt, que a diminuição da força da autoridade paterna pode ter tido o efeito inverso do proclamado por estes autores, o de alimentar o ideal de auto-suficiência ligado à hegemonia masculina já que a ausência da autoridade manifesta aumentaria a pressão para agir independentemente, para seguir ideais sem ter pessoa concreta que os personifique, excluindo desta forma a mãe, enquanto figura possível de identificação e de liderança (Benjamin, 1988, pp.171, 172).

Para Benjamin (1988) o declínio da autoridade paterna não estragou uma forma de individuação exitosa. A perda do controle absoluto de homens sobre as mulheres e crianças expôs o núcleo vulnerável da individualidade masculina. A mudança de foco do complexo de Édipo para o narcisismo mostraria, na verdade, a inabilidade em se reconhecer o outro. O modelo edípico teria, segundo Jessica, não apenas racionalizado, como escondido o fracasso

na qualidade dos processos de individuação, sob o argumento de que *diferenciação não pode se dar na díade mãe-bebê*, sendo imprescindível a intervenção do pai, impondo a independência. Para organizar melhor a discussão, a autora apresenta o que considera os três pilares do Édipo: a) primado do desejo de indiferenciação,

b) a projeção desta força regressiva na mãe,

c) a necessidade da intervenção paterna.

Combinados estes três componentes criam o paradoxo de que a única possibilidade de liberdade é pela dominação paterna.

Benjamin se propõe a ir além do complexo de Édipo, onde poderá haver um esforço pelo reconhecimento entre homem e mulher, livre da sombra da autoridade paterna. Só assim se poderia cumprir a promessa de chegar a um acordo acerca da diferença (Benjamin, 1988, p. 181).

Podemos voltar por um instante a uma afirmação da autora, logo acima, quando diz, dentre outras coisas, que o modelo edípico esconde seu fracasso, com relação à habilidade de reconhecer o outro no argumento de que a diferenciação não poderia se dar na díade mãe-bebê. Consideramos que aqui existe um avanço, já que a idéia subjacente é de que da díade mãe-bebê, pode sim sair um sujeito diferenciado, e possivelmente mais saudável psicologicamente do que o sujeito que surge da diferenciação tradicional, que Benjamin (1988) chamou de *falsa diferenciação*. Resta saber se sem uma modificação cultural que acompanhe, este sujeito estará capacitado para enfrentar o mundo. Porém não resta a menor dúvida que temos aqui um prognóstico menos sombrio do que aquele que aventamos há pouco. Por outro lado perguntamos: o que supriria a importante função do pai do *rapprochement*? Será que o pai da realidade se tornaria prescindível neste sentido? Por ora deixamos como está.

Benjamin volta a inserir na discussão as posições de seus inimigos teóricos, que nunca admitiriam esta possibilidade que acabamos de apresentar. Mesmo tendo posições diferentes, todos se encaixariam como conservadores com relação ao gênero, “(...)críticos da racionalização em nome da proteção à família, a divisão sexual do trabalho e sobretudo o

exercício pelas mães da maternidade.”(Benjamin, 1988, p.199. Trad. nossa)<sup>65</sup>. São contra a invasão do espaço privado pelo Estado, o que acabaria desarranjando os últimos refúgios de segurança e calor humano da família. O impasse de seu pensamento seria o seguinte: eles valorizam a polaridade de gênero, que deveria ser deixada como está — autonomia e racionalidade masculinas no mundo público do trabalho e o honroso trabalho feminino de criação em casa, domínio privado. Porém o princípio masculino não fica contido pela vida pública, invadindo e desvalorizando o refúgio do lar. Afirmam categoricamente que a família burguesa compõe o contexto imprescindível para a formação de indivíduos que formam a base da democracia política. Atacam a posição feminista como ameaçadora até da fundante diáde mãe-bebê (Benjamin, 1988, p.200).

Os Berger (1983) sustentam que as mulheres não devem receber nenhum apoio governamental para realizar planos de trabalhar fora (esquecendo-se que às vezes trata-se de necessidade), mesmo diante de estatísticas segundo as quais 48% das mulheres com filhos de menos de um ano trabalhavam fora em 1986 e 50% de mulheres com filhos em idade pré-escolar trabalhavam fora em 1987 nos EUA. Ainda assim Os Berger acusam as feministas pela instabilidade da família. E Benjamin (1988) não deixa de mencionar a situação de dificuldade de o governo prestar ajuda social aos que estão abaixo da linha de pobreza. Para a autora existe a visão equivocada e preconceituosa de que qualquer suporte social público será como regressão ao seio materno, o Estado ficando como mãe inesgotável. (Benjamin, 1988, pp.201-205).

Elshain (1981, 1982), que para Benjamin (1988) seria outra das conservadoras familiaristas, distorce o argumento das feministas, insinuando que o que estas gostariam é que as crianças recebessem uma criação coletivizada, como nos kibbutz, o que as marcaria e teria consequências destrutivas para seu psiquismo, por não estabelecerem ligações mais duradouras e específicas (que para Elshain teria que ser com a mãe). Benjamin diz que não se trata disso, mas de que o pai possa participar mais, renunciando ao desejo de autoridade abstrata para

---

<sup>65</sup> No original: “(...) who criticize rationalization in the name of protecting the family, its sexual division of labor, and, above all, women’s mothering.” (Benjamin, 1988, p. 199).

cuidar de forma concreta dos filhos, junto à mãe, o que poderia ter o duplo efeito de reparar o repúdio à mãe, e reconciliar os homens com as funções de criação e educação. Benjamin acredita que por trás dessa contenda há um medo de se deixar os filhos aos cuidados do pai, causado, ou pela negligência, ou pela frieza (racionalização, falta de sintonia) característica do mundo dos negócios. (Benjamin, 1988, pp.203-204). Talvez devamos acrescentar a este último receio, o de que os filhos sejam ensinados a competir de forma ainda mais feroz e a partir de muito mais cedo.

Benjamin ao final se pergunta: do ponto de vista da criança, em termos de sua criação e educação, o que é melhor para ela? Colocá-la ou não em creche?<sup>66</sup> Fraiberg, psicanalista de crianças, diz que não importa como, será impossível um bom nível de cuidado na creche, sob o argumento de que o bebê não poderá fazer substituições e se ligar a um estranho, informação que levou um sem-número de mães a descartarem esta opção. Benjamin lembra que não se trata de trocar, mas de incluir outras pessoas significativas, que deverão, sem dúvida, ser em número limitado (Benjamin, 1988, pp. 208, 209).

Benjamin (1988) demonstra que algumas críticas de Fraiberg contra a situação das crianças em idade pré-escolar nas creches não são fundamentadas, ao que ela opõe a sua tampouco fundamentada visão (mera observação descompromissada) contrária à de Fraiberg, argumentando que tem visto crianças estarem melhor em creches do que passando o dia inteiro com suas mães, sendo de fundamental importância o momento do reencontro mãe criança. Seria importante inclusive os filhos experimentarem separação e reunião com os pais (especificamente com a mãe), com os correspondentes sentimentos de raiva e sua resolução. Autores como os Berger, levam esta questão ao extremo, ao associar a creche com as situações de privação parental descritas (crianças ou bebês deixados sós em hospitais) por Bowlby, equivalência que este teve o cuidado de rejeitar, afirmando que o ficar em creche não afeta a ligação com os pais. (Benjamin, 1988, pp.210, 211).

---

<sup>66</sup> Embora saibamos que não é uma questão válida para grande parte da população brasileira, que ou não dispõe dos recursos financeiros necessários, ou a cujas comunidades o Estado não oferece este tão importante serviço.

Consideramos importante mencionar a discussão sobre a adequação ou não de se deixar crianças pequenas em creche, pela imediata pertinência ao objeto estudado, as famílias de mulheres com filho sem cônjuge, haja vista que na ausência do marido, as mulheres, na maioria das vezes precisam trabalhar fora, sem ter com quem deixar o(s) filho(s) pequeno(s). Infelizmente, na maior parte dos casos, estas mães nem ao menos contam com a opção de fazer ou não esta escolha, pela grande carência de assistência pública em termos de creches, aliada à impossibilidade de pagarem por creches particulares. Diante deste quadro, frequentemente deparamos com casos de crianças que ficavam abandonadas à própria sorte, ou que ficam trancadas em casa, tendo desde muito cedo que assumir a responsabilidade de cuidarem de si próprias.

Neste sentido, Benjamin (1988) chama a atenção para os efeitos nocivos de uma solução igualmente inadequada, que consiste em dar a criança depois dos primeiros anos para outra pessoa continuar a criação, situação radicalmente diferente da situação de creche. Significa o mesmo que privar a criança de sua única possibilidade de intimidade, proteção e calor humano. Os anos da criação, além de formativos, seriam a única proteção contra a dureza e o desregramento da cultura.

Se a autora acha importante que um casal, em caso de necessidade, possa colocar seus filhos na creche, aceita, no entanto, o argumento de que existem muitas creches inadequadas, e que é importante que os pais passem o maior tempo possível, depois do trabalho, com seus filhos. Benjamin (1988) propõe na verdade que se tenha bom senso: não se deve nem dar o filho para que outro prossiga na sua criação, nem passar por dificuldades por não achar razoável colocar o filho em uma creche. Ela se contrapõe aos extremos, que viriam principalmente dos conservadores, como vimos com os Berger (1983), e Lasch (1977, 1979, 1984), que, segundo Benjamin seria um dos proponentes da fantasia da bebê infinitamente frágil e insaciável em suas necessidades (Benjamin, 1988, pp.211, 212).

Embora Benjamin sugira a criação por ambos os pais, para romper o ciclo instalado de dicotomias. Diz que mesmo quando o pai participa ativamente da criação do filho, desde bem cedo, as linhas essenciais do sistema de gênero estarão mantidas — masculinidade como separação e feminilidade como continuidade do primeiro vínculo com a mãe. O menino se

identificará com as representações culturais de masculinidade e colocará para funcionar sua fantasia fora da relação com os pais. Os pais não são apenas objetos de identificação, pois, mesmo que inconscientemente, moldam a identidade dos filhos de acordo com a cultura — continuidade para as meninas, descontinuidade para os meninos. Benjamin (1988) chega a afirmar que às vezes parece que não importa o que os pais reais façam, que a polaridade de gênero ficará intacta (Benjamin, 1988, p.217).

Embora a proposta de Benjamin (1988) seja radicalmente nova, ela admite que nos modos atuais de constituição dos sujeitos, onde impera a polaridade entre os gêneros, a reprodução, mesmo no momento de seu desenlace, é o ciclo da luta entre pai e filho. Ambos querem ser absolutos, sem admitir o reconhecimento de outro fora do próprio eu (*self*), frequentemente o filho internalizando este pai, querendo ser ele. É este o paradigma de todas as relações senhor-escravo, internalizar o outro no lugar do ideal (Benjamin, 1988, p.220).

A negação da subjetividade da mulher — que deve permanecer como objeto — faz com que todo o privilégio e poder de atividade e autoria (*agency*) fiquem do lado do pai, que entra em cena representando uma falsa liberdade. Falsa porque dá um passo no sentido da perpetuação das relações de dominação, em que também os homens ficam presos, já que terão dificuldade de se relacionar com alguém como outro significativo (Benjamin, 1988, p.221).

Na verdade o avanço obtido com as hipóteses de Benjamin (1988) é a percepção da nocividade do pai edipiano, tal como este tem sido formulado pela psicanálise tradicional, como personificação da idéia de um pai quase asséptico, identificado com ideais de liberdade, liberação da mãe, entrada no mundo, crescimento, diferenciação, etc. À mãe resta o papel pouco nobre de representar o oposto destes valores, devendo sofrer o repúdio do filho, ou servir de modelo à identificação da filha com este tal lugar objetalizado e submisso.

Se a psicanálise freudiana e de seus mais importantes seguidores tem justamente destacado o complexo de Édipo como constituinte da subjetividade e constituidor da lei interna nos humanos, vemos que Benjamin (1988) adota uma posição bastante corajosa e possivelmente produtiva ao rejeitar todo o *pacote do Édipo*. Por outro lado valoriza a participação do pai em momentos anteriores àquele que seria o do complexo de Édipo, na constituição desde muito cedo de uma lei mais flexível e menos identificada aos ideais do

mundo masculino, pois se refere à lei das relações intersubjetivas, ou para sermos ainda mais claros, às leis de convivência com o semelhante. Esta lei ou leis, não seriam assépticas como por vezes temos a impressão de ser a lei do pai que é internalizada no Édipo. Pelo contrário, são leis que incluem a solidariedade, a noção de que só *somos* porque existe um outro, ou outros que da mesma forma nos reconhecem, e não significaria nenhuma auto-desvalorização admitir que a nossa independência emana do reconhecimento do(s) outro(s). Leis, que segundo Benjamin (1988), permitiriam o rompimento de inumeráveis ciclos viciosos que têm caracterizado nossa sociedade, podendo gradativamente livrá-la de grande parte do mal-estar com que temos vivido.

Tentando integrar a posição apresentada por Benjamin (1988) com as famílias de mulher com filho sem cônjuge, pensamos que, conforme já esboçamos, não resultará uma análise animadora, senão em seu caráter de denúncia de uma situação insustentável que precisa ser modificada. Senão vejamos — e aqui, formalizamos a escolha por focar principalmente a família pobre, que frequentemente coincide com as famílias de mães com filho sem cônjuge — elas sofrem exclusão social, em termos de não disporem, em sua grande maioria dos serviços estaduais de assistência emergencial, falta de creches, sofrem da falta do pai da realidade, e do Pai enquanto ideal cultural e social, tema que abordamos recorrendo a DaMatta (1987), que, de outro modo, demonstra a continuidade das relações senhor-escravo. Podemos nos perguntar se os argumentos de DaMatta e Benjamin (1988), não obstante as grandes diferenças circunstanciais e metodológicas, não podem ser formas diferentes de dizer o mesmo: que vivemos em uma sociedade formada por dominadores e dominados, e que os mecanismos de perpetuação da dominação estão infiltrados de forma intersticial nas complexas redes, e lá resistem e se perpetuam? Neste sentido, se não poderão internalizar a lei edípica, por falta de um pai-mundo com quem possam se identificar, também terão dificuldade para internalizar o tipo de lei que pode ser inferido das idéias de Benjamin (1988), lei da intersubjetividade, pela ausência de referenciais constantes, já que a mãe estará obrigada a trabalhar para sustentar a família, tendo que contar com a rede de solidariedade de vizinhos e parentesco para criar o filho. Que lei poderá internalizar esta criança?

## CAPÍTULO 5

### CONCLUSÃO

Para iniciarmos esta parte, cremos que é necessário atentar para alguns pontos de referência que serão fundamentais para nortear nossas idéias e hipóteses. Com Ariès, no primeiro capítulo, pudemos acompanhar algumas características da história recente da família, em especial, a passagem da família extensa à moderna família nuclear, onde houve o primeiro delineamento de limites entre mundo público e o mundo privado da família, onde viriam a se desenvolver intensos sentimentos familiares. Esta passagem forneceu parte dos argumentos para questionarmos a universalidade da hipótese freudiana do complexo de Édipo: não haveria muito sentido, por exemplo, em falar de complexo de Édipo tal qual o conhecemos em uma família extensa, onde a afetividade se dava de forma muito diferente e a socialização dos filhos não era atribuição dos pais.

Desta forma, mais do que vincular Freud à família patriarcal — o que segundo a Escola de Frankfurt se enquadraria como mais uma repetição do revisionismo psicanalítico — nos valem da evidência histórica fornecida por Ariès para demonstrar que se o complexo de Édipo depende, por um lado, dos processos sócio-histórico-sociais, ele se torna, pelo outro lado co-participante na formação destes ao ter a sua importância enquanto mito grego aumentada exponencialmente com as proposições teóricas de Freud, que acabam amplamente aceitas e difundidas no mundo ocidental, atuando como vetor importante na própria construção das subjetividades (cf. Deleuze e Guattari, 1972, p.58)<sup>67</sup>. Neste sentido, a

---

<sup>67</sup> Dizem os autores: “No princípio, os psicanalistas não podiam deixar de ter consciência do forcing, realizado para poder-se introduzir o Édipo, para o injetar em todo o inconsciente. Depois, o Édipo rebateu-se sobre toda a produção desejante...”. (Deleuze e Guattari, 1972, p.58).

psicanálise, segundo Coutinho<sup>68</sup>, funcionaria como protótipo das *tecnologias do self*. Destacamos aqui, conforme argumentação da autora, a situação em que o pesquisador atua mais como *codificador* do que como um *decodificador* do seu objeto, no sentido de que o pesquisador, não obstante o que resta ainda de ideal de neutralidade nos campos da ciência e do saber, não consegue desvelar o que está lá para ser estudado. Na própria delimitação do seu campo de pesquisa já está inserindo na dinâmica da pesquisa questões que são suas, e assim por diante, na escolha do objeto, escolha da metodologia, etc. Estará *implicado* na investigação e as características de sua própria implicação farão parte do resultado obtido.

Podemos nos perguntar se não seria natural que os modos de subjetivação acompanhassem sem ruídos as modificações que têm ocorrido na família, segundo uma acomodação automática. Neste ponto da pesquisa já temos dados para dizer que não: se houve por um lado a afirmação, difusão e consolidação de um modelo social muito forte, que acabou encarnado — e a própria psicanálise contribuiu para isso — na figura do pai, e do poder que este passou a representar, pelo outro lado acompanhamos mais recentemente grande aumento no número de famílias que não contam mais com este pai, sem que seu valor enquanto ideal tenha diminuído de forma proporcional. Todo aquele que se torna pai hoje em dia tem diante de si um enorme desafio, construído por inúmeras gerações que o antecederam. Benjamin (1988) fornece novos elementos para sustentar a posição segundo a qual afirmamos que se cristalizou um ideal de pai, que está tão injetado na cultura, que por vezes se torna até difícil pensá-la sem ele. Deste modo, quando não existe um pai forte dentro de uma família, este será buscado em outros lugares.

Resumindo, ratificamos a posição segundo a qual o complexo de Édipo é uma construção historicamente datada, e compreendemos que esta construção foi de tal forma aceita e reforçada, que hoje é um dos pilares da própria realidade social e cultural.

Neste sentido podemos dizer que se cria um descompasso entre as mudanças nas formas de organização da família e a manutenção do ideal do pai edípico. E é justo neste

---

<sup>68</sup> Coutinho, Ana Maria, "Cientificidade e Relevância Social Parte II: uma rediscussão da questão da cientificidade e de suas implicações sociais" artigo impresso fornecido durante a disciplina *Metodologia da*

descompasso que procuramos nos aprofundar, enfatizando as consequências para a construção da lei interna.

Vemos então que sobre o mesmo tema temos opiniões muitas vezes divergentes. Quando comparamos, por exemplo, a posição da Escola de Frankfurt e as da psicanalista e feminista Jessica Benjamin, percebemos que, apesar de Benjamin compartilhar o ponto de vista da Teoria Crítica, ela acabou chegando a outras conclusões pela interseção deste com o viés feminista. Para Adorno e Horkheimer, nos trechos em que os acompanhamos, vimos que parece não haver muita possibilidade de um pai de força mediana. Ou se tem um pai fortalecido e autoritário, típico pai da época de Freud, que encarna de modo quase perfeito as funções do pai edípico, ou o pai fica destituído de sua possibilidade de operar. Quando sai do lugar de poder vira mero resto, e perde a ascendência sobre a prole. Esta parece ser a posição defendida também por Lasch (1977, 1979), embora de forma não tão radical. Para Benjamin, foi a construção de um ideal de pai edípico que criou o palco para os futuros problemas e mal-estar da contemporaneidade, pois tal ideal encampou os elementos que o fizeram protótipo das relações de dominação. Os teóricos de Frankfurt vêem a possibilidade de maior liberdade, democracia e diminuição do mal-estar na recuperação da estatura da figura do pai, enquanto Benjamin vê a mesma possibilidade pela desconstrução do ideal do pai edípico, enfatizando um novo pai, mais próximo, participante na criação da prole desde a infância muito precoce, e desidentificado dos ideais edípicos de um pai libertador dos filhos em relação à mãe. De acordo com a posição de Benjamin, não é problemática a constituição da lei interna pelos filhos na ausência de um pai concreto. Pois esta lei, podemos imaginá-la mais leve e mais constante que a lei do Édipo. Poder-se-ia construí-la através de qualquer relação entre seres que se respeitem e se reconheçam mutuamente.

Nos dias de hoje o tema da paternidade e da presença e importância do pai na família não perdeu a relevância, pelo contrário, torna-se cada vez mais atual, talvez na mesma medida em que aumenta o descompasso entre as novas formas de organização social e a expectativa pelo pai edípico. Podemos até arriscar dizer que quanto menos presente está de fato o pai

edípico, mais ele se fortalece enquanto idéia, que passa a ser cristalizada sob a forma de um ideal.

No Jornal Folha de São Paulo, nos dias 20 de setembro de 1998 e 1º de novembro de 1998, apareceram as seguintes manchetes: “Perda de funções reduz o papel do pai dentro de casa” e “*Fome de pai* deixa meninos perdidos”. Nas duas reportagens destacadas, percebemos a preocupação com o modo como este pai se encontra dentro (ou fora) das famílias. Na primeira reportagem o psicanalista Bernardo Tanis emite a opinião de que na ausência do pai

(...) os meninos tendem inclusive a enfrentar problemas para formar sua identidade — pois o modelo de pai está desvalorizado.(...) No processo de construção de sua identidade, o menino vai buscar figuras masculinas bem sucedidas, o jogador de futebol, o músico, o traficante de drogas na favela. (Jornal Folha de São Paulo, 20/09/1998, p.9).

Suas opiniões vão ao encontro das hipóteses deste trabalho, embora Tanis não se aprofunde muito em relação à natureza dos processos psíquicos envolvidos nas buscas identificatórias fora da família, e sobre a importância da presença do pai na rotina da família. Consultado posteriormente acerca deste assunto, Tanis frisou a necessidade do pai como suporte identificatório, sendo que, mesmo que haja outra pessoa como a mãe, se ele não estiver também presente, haverá um certo vazio identificatório, onde cada um pode encarnar sua própria lei.

Na reportagem seguinte, o autor da expressão “fome de pai” é Gary Barker, do Open Society Institute, EUA, referindo-se a um sentimento que considera generalizado entre os jovens americanos. Isto estaria associado, segundo ele, à certa queda do poder do pai em função das condições sociais e da emancipação da mulher. Como resultado, ou o pai passa a trabalhar muito mais para fazer frente às novas condições, ou, normalmente quando está desempregado, não consegue se sustentar neste papel e se afasta da família. Duas saídas nas quais quem sai perdendo é o filho. (Jornal Folha de São Paulo, Especial A, 1/11/1998, p.1).

No desenrolar da matéria deparamos com cifras preocupantes: na p.4 da segunda reportagem, vemos que estudos da FEBEM-SP e da USP mostram que em 48% das famílias chefiadas pela mãe, o pai abandonou a casa, e ainda, que é a mãe que chefia 50% das famílias

com menores infratores. Este estudo envolveu 292 famílias pobres, mas não miseráveis, contando com infra-estrutura básica (água, luz e esgoto), ou seja, vemos que embora provavelmente existam outras variáveis que podem ser correlacionadas, como a situação de pobreza<sup>69</sup>, a elevada coincidência das duas condições — filhos delinquentes e família chefiada por mulher<sup>70</sup> — não pode ser ignorada. Mesmo diante destes fortes indícios, a socióloga da FEBEM, Rosane Silva Vianna, diz que a passagem à condição de infrator não está associada à desestruturação familiar, lembrando outros elementos, como a sociedade de consumo (Jornal Folha de São Paulo, Especial A, 1/11/1998, p.4).

As pesquisas de Gary Barker em Chicago mostraram que os chefes de gangs têm grande ascensão sobre os jovens, sendo que 75% destes não contam com a presença do pai em casa. No entanto, Barker concluiu que os jovens adotam estes modelos não porque querem ser como os chefes de gang, mas para receber a proteção que não tiveram do pai.

O mesmo Gary Barker, em parceria com Irene Loewenstein, do Núcleo de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está realizando a pesquisa na favela Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Reportam que nos dois grupos, em Chicago e no Rio, os jovens “sentem a ausência do pai como uma violência contra eles...e nas áreas mais pobres o tráfico representa uma alternativa de poder. Na falta de outro modelo positivo, é natural que os jovens vejam dessa forma.” (Jornal Folha de São Paulo, Especial A, 1/11/1998, p.3)

Vemos que dentro da população estudada, o pai passa da condição de ideal a de um anti-ideal, um anti-herói que os filhos textualmente dizem não querer repetir, pois os pais deixam de portar as insígnias que fazem dele homem dentro da comunidade: ser sexualmente ativo e sustentar-se financeiramente. Muitos dos pais — repetindo resultados obtidos em São Paulo, em pesquisa de Durham (1982)<sup>71</sup> — passaram pelo alcoolismo e praticaram violência contra mulher e filhos antes de abandonarem a casa. O pai passa a anti-ideal na medida em que deixa de preencher os requisitos necessários ao pai edípico ideal: de separação em relação à

---

<sup>69</sup> Ainda que alguns estudos rejeitem tal correlação entre pobreza e delinquência.

<sup>70</sup> Que se dividem nesta pequena pesquisa da seguinte forma: 13% conduzidas por mulheres sozinhas, e 37% que contam com novos maridos ou familiares.

<sup>71</sup> Citada na seção 2.2

mãe e de porta de entrada para o mundo. Desta forma abre-se espaço para que a autoridade local, os comandos do tráfico, impressionem profundamente a subjetividade dos adolescentes, bem como a formação de suas identidades (Jornal Folha de São Paulo, Especial A, 1/11/1998, p.3).

Outra reportagem, esta do jornal O Globo<sup>72</sup> mostra as estratégias do tráfico para montar exércitos de crianças e adolescentes. Os traficantes se aproveitam da fascinação que exercem sobre os menores para recrutá-los. A reportagem mostra, através de estatísticas, que em julho de 1996 o comércio de drogas já era o crime mais praticado por adolescentes. Refere-se ainda ao *fenômeno Escadinha*, um dos grandes traficantes que ficou bastante conhecido no início da década, passando a representar o poder do narcotráfico, com seu aparentemente inesgotável poder de barganha, que lhe rendeu algumas fugas de presídios, além de regalias. Figura que encarnaria o desejo de fama de muitos destes jovens, segundo o lema — *falem mal, mas falem de mim*.

Neste sentido, podemos ver que tanto a ausência física do pai, como sua degradação e destituição simbólica são fatores que incidirão — na maioria das vezes de forma negativa — sobre as identificações da prole, e conseqüentemente, na constituição das subjetividades. Teríamos como principal conseqüência da incidência destes fatores, a dificuldade de o filho estabelecer identificações dentro da família, dificuldade que se estenderia aos substitutos mais comuns na seqüência identificatória postulada por Freud (1976 [1923], p.52), como o professor, e outras figuras representativas de autoridade e de valores morais, em uma série que normalmente se inicia pela identificação com o pai. Pelo contrário, as identificações tenderiam a basear-se em figuras de fora da família que exerçam algum tipo de fascínio, nos termos da sociedade de consumo em que estamos vivendo nos dias de hoje. Desta forma, tanto o “dono do morro”, como o jogador de futebol que se torna milionário estariam em posição de oferecerem-se como modelos de identificação, situação que, no primeiro caso, como vimos acima, tem sido explorada em larga escala para a arregimentação de soldados para as fileiras do tráfico. Não é à toa que os “donos do morro”, ou pelo menos alguns deles, adotaram

hábitos — na maioria das vezes ligados à ostentação e demonstração de poder — que contribuem para que eles sejam idealizados. Devemos salientar porém que existem comunidades em que existe uma forte rede familiar ampliada que pode se encarregar de que haja sempre uma figura masculina, que de alguma forma mantenha a sustentação simbólica da família em que a figura do pai está ausente ou enfraquecida, o que cria mecanismos de compensação e pode preservar de certa forma os processos de socialização intra-familiares, conforme, por exemplo, Sarti (1996). Ainda assim, segunda a autora, a idealização de um pai biológico poderá ainda estar presente. Talvez na verdade não se trate exatamente de idealização do pai por ser o pai biológico, mas de um pai com quem se possa ter certa continuidade na criação, resguardando-se a criança, em algum nível, da circulação por vários cuidadores.

Na concepção de Berlinck (1988), a criança abandonada é *aquela que não tem pai*. Diz textualmente que “o desamparo do menor se deve à falta de um pai” (1988, p.33), e aí neste pai que falta, ele inclui o pai degradado que, mesmo presente, não consegue desempenhar as funções de pai. Justifica esta idéia dizendo que o pai tanto é “guardião dos tabus (lei), como o senhor das técnicas, tutor da audácia dos empreendimentos” (ibid. p.34)<sup>73</sup>, e quando este se vê diante de uma tecnologia que não compreende e que está em todo lugar, sua autoridade se enfraquece. O autor menciona a seguir as gravíssimas consequências que advém da degradação das funções paternas. Sendo o pai o guardião do tabu, a criança, quando já não pode contar com a sua proteção, é *lançada em intensa arbitrariedade*, o que faz com que ela não mais possa distinguir entre a fantasia e a realidade, podendo acreditar que é capaz de enfrentar e vencer a morte. Segundo o autor, o desamparo, devido à ameaça constante de morte pela desproteção, se torna intenso ao ponto de produzir terror na criança. Podemos perceber que tanto Adorno e Horkheimer (1966), como Berlinck (1988) se referem a uma reação agressiva dos jovens em face da desproteção, os primeiros se referindo ao desenvolvimento de práticas ligadas ao sadismo, enquanto Berlinck se refere a um estado confusional onde os jovens

---

<sup>72</sup> De 21 de julho de 1996, p.21.

<sup>73</sup> Cf. também Lacan, s/d (1987, p. 57)

poderiam “enfrentar e vencer a morte”, tentando talvez ser, eles mesmos, os heróis que descobriram que os pais não são. E neste ponto, como alertam Adorno e Horkheimer<sup>74</sup>, não importa o conteúdo da autoridade a que passam a servir e almejar

Devemos destacar que, embora estejamos privilegiando nesta pesquisa as famílias pobres, estes processos de desestruturação dos mundos psíquico e emocional do jovem, não se restringem às classes pobres. Acompanhamos pelos meios de comunicação um aumento dos casos de delinquência em famílias das classes média, média-alta e alta, nas quais se percebe a ausência do pai ou dos pais, que embora possuam boa situação sócio-econômica, passam a funcionar “familiarmente” delegando o cuidado com os filhos a diversos empregados e profissionais, como o motorista, a babá, o professor particular, o psicólogo, etc. (cf. Fleig, 1997). Neste sentido, Lasch (1977) afirma que “a degeneração do papel do pai, que se converte em um visitante noturno cansado e frequentemente temido, contribuiu muito para que a feliz identificação do filho com ele seja impossível” (Lasch, 1977, p.104). Mesmo correndo o risco de sermos acusados da comum prática de banalização de pareceres psicológicos ou psicanalíticos na mídia, a maioria sem fundamentos ou objetivos aceitáveis, gostaríamos de citar aqui um trecho da entrevista realizada com o pai de um dos adolescentes que atearam fogo ao índio Pataxó: juiz, com boa situação financeira, ele diz que sempre se esforçou para que a educação do filho estivesse de acordo com seu padrão econômico... Ao final, o pai e juiz revela que o filho lhe perguntara em um dos encontros no local onde o rapaz está apreendido, se era mesmo necessária toda esta desgraça para que ele descobrisse que tem um pai<sup>75</sup>.

Atualmente, em nossos dias de *sociedade de consumo*, é possível tanto ouvir um filho em uma sessão de psicanálise acusar o pai de ser fracassado por ter adquirido um automóvel da marca *BMW*, ao invés de um de marca *Mercedes*, como constatar, em algumas situações, a total falta de perspectivas em termos identificatórios entre um filho e seu pai que ganha apenas um salário mínimo, sem promessa ou ambição de melhoria, procurando apenas manter-se empregado. Muitas vezes este pai é tido como um modelo patético, antes que heróico.

---

<sup>74</sup> Apud Canevacci, 1981 [1976], p.222.

<sup>75</sup> Entrevista. Revista *VEJA* (16/dezembro/1998).

Paramos então para nos perguntar. O que pode estar acontecendo na sociedade, que afeta pobres e ricos? O que tem dificultado a prática do reconhecimento mútuo inclusive entre pais e filhos? Recorremos ao pensamento de Costa (1988, 1991) e Lasch (1977, 1979, 1984) para tentar entender melhor os processos em andamento. Recorremos principalmente à idéia dos autores de que estamos diante de uma patologia social, diante da qual exacerba-se cada vez mais o individualismo, idéia que se cristaliza na expressão cunhada por Lasch: “mínimo-eu”, esvaziando-se pelo outro lado a possibilidade de práticas solidárias entre as pessoas. cremos que estes autores corroboram a tese defendida pela Escola de Frankfurt, de que a sociedade se ressentida do declínio da figura do pai, indo além e mencionando também um esvaziamento dos ideais, que vão sendo substituídos por outros valores, ligados a busca de satisfações imediatas, embora efêmeras. O antigo ideal, identificado aos valores morais elevados, cede lugar, segundo Costa (1988) ao que Mellor-Picaut (1983) chamou de *objeto-engodo (laurre)*.

No Brasil Costa considerou estar existindo o que chamou de estado de *cultura narcísica da violência*, cultura que, nas palavras do autor:

(...) nutre-se e é nutrida pela decadência social e pelo descrédito da justiça e da lei. Seu efeito mais imediato e daninho é o de gerar a exclusão de representações ou imagens do Ideal do Ego que, contrapondo-se aos automatismos conservadores do Ego narcísico, possam oferecer ao sujeito a ilusão estruturante de um futuro passível de ser libidinalmente investido. Na cultura da violência, o futuro é negado ou representado como ameaça de aniquilamento ou destruição. De tal forma que a saída apresentada é a fruição imediata do presente; a submissão ao *status quo* e a oposição sistemática e metódica a qualquer projeto de mudança que implique cooperação social e negociação não violenta de interesses particulares. (Costa, 1988, pp.129,130).

Sendo que cultura do narcisismo seria

(...) aquela em que o conjunto dos de itens materiais e simbólicos maximizam real ou imaginariamente os efeitos da ananké (Necessidade, exigências da vida), forçando o ego a ativar paroxisticamente os automatismos da preservação, em face do recrudescimento da angústia de onipotência. Ou, visto de outro ângulo, é a cultura onde a experiência de

impotência/desamparo é levada a um ponto tal, que torna conflitante e extremamente difícil a prática da solidariedade social. Lasch chamou esta cultura de cultura da sobrevivência, e o Eu que nela subsiste de “mínimo Eu (...)” (Costa, 1988, p.127).

Tal discussão acaba por colocar em evidência dois conceitos fundamentais e, a princípio, complementares, dentro da psicanálise, o ideal do ego e o ego ideal. Cremos que a possibilidade de opô-los, que tem gerado certa polêmica com outros autores, só se torna consistente, quando existe um retorno a vivências e anseios em nível do ego ideal. Nesta condição, tal retorno teria efeito paralisante tanto sobre o sujeito como sobre uma sociedade que estivesse assim regredida, pois cessariam paulatinamente os investimentos em realizações futuras, só importando, como argumentou Costa a fruição do momento presente.

Podemos compreender melhor estes mecanismos nos detendo mais de perto nas definições de ego ideal e ideal de ego. Segundo Costa, o ego ideal:

é aquilo que fornece a matriz imaginária do ego e aquilo que o ego aceita tendencialmente sem conflitos, como parceiro na redistribuição da libido. Ou, visto de outro ângulo, é aquilo que o Ego aceita como um outro que também pode representar a totalidade do sujeito, *sem criar brechas em sua síntese imaginária*. O Ego ideal é a imagem idealizada dos traços constitutivos da forma egóica. É a única maneira não-conflitiva que o ego tem de lidar com a alteridade e fazer face às exigências narcísicas dos outros Egos. O Ego narcísico só aceita um “outro” que seja reedição inflacionada de um traço de sua forma passada ou presente, isto é, um outro idêntico. (Costa, 1988, pp.119,120. Grifos nossos).

Com relação aos ideais, tudo muda de figura, embora sua origem igualmente ligada ao narcisismo por vezes ameace confundir ou dificultar a percepção das diferenças. Costa continua:

(...) o Ideal aponta para o futuro e em vez de deixar-se amarrar pelo passado/presente. Também disputa com o ego a representatividade do sujeito. Mas, enquanto a matéria-prima da formação egóica é o ser do sujeito, a do Ideal também visa a sintetizar as representações que unificam e totalizam a imagem do sujeito ou do que imaginariamente se pensa que é sua “essência”. Mas este sujeito é um sujeito futuro; um

sujeito que ainda não é e que só existe enquanto promessa, enquanto sombra falada, para usar a expressão de Piera Aulagnier. (Costa, 1988, pp.120, 121)

O ego ideal representa um momento específico fundamental no desenvolvimento psíquico inicial dos seres humanos, quando estes estão alienados na imagem de perfeição que a mãe tem deles, sem existir nenhuma tensão entre este ego ideal e ego real. É um momento exclusivamente narcísico, que deve ser deixado para trás. Qualquer reedição posterior de vivências de ego ideal serão necessariamente patológicas, como um retorno mágico a um estado ideal de coisas, e este estado ideal é o do narcisismo, do ego grandioso, da ilusão de perfeição e completude. Já o ideal de ego, termo que já foi usado por Freud (1923) como análogo ao superego, representa justamente a possibilidade de superação das vivências em nível do ego ideal. Tem um componente narcísico também, mas oferece antes de tudo, como vimos com Costa (1988), a abertura e a chamada ao desenvolvimento, justamente pela tensão que passa a existir entre estes ideais de ego e o ego real, que chama o sujeito a querer sempre “melhorar” o ego real, para diminuir a diferença. O ideal de ego está ligado a valores culturais elevados, como bondade, coragem, capacidade de realização, etc.

Não obstante os importantes dados obtidos com a explicitação dos conceitos, Souza (1991) rejeita a idéia de opor ideal de ego ao ego ideal, pois, na sua visão, existe uma relação necessária entre as duas expressões, formando uma espécie de tensão que seria imprescindível ao bom funcionamento do ego. Logo, segundo este autor, ego ideal e ideais de ego não poderiam nunca ser tomados como opostos porque

(...) longe de serem aspectos opostos da estrutura, constituem-se enquanto dois conceitos dependentes e solidários em um trato da estrutura: o ideal do ego como marca simbólica, por um lado, e o ego ideal como imagem narcísica, por outro, formam a bipolaridade ideal do ego – ego ideal, que não pode ser pensada de modo opositivo, por ser o segundo pólo efeito do primeiro. É na tensão narcísica provocada pelo ideal de ego entre o ego efetivo do sujeito e o ego ideal que lhe é imposto, que o sujeito vive sua neurose, tanto em seus aspectos criativos quanto em seus aspectos estagnantes (Souza, 1991, p.84).

Costa (1991), responde:

Na minha leitura (da obra de Freud), não basta afirmar que o Ego e o Ideal são “dependentes e solidários”, para desfazer a oposição entre estas instâncias. Acho que a oposição fica clara, tanto na resolução do complexo de Édipo, quanto nos textos sobre a cultura e a civilização que utilizei abundantemente para analisar os tempos sombrios. Freud, é verdade, diz que o Ideal é uma projeção do narcisismo adulto sobre a criança. Isto não significa que o Ideal seja narcísico. *Mas vejo como um Ideal de Ego narcísico poderia funcionar como uma ameaça a um Ego também narcísico, se por narcisismo entendemos a relação de especularidade que o Ego mantém como sua imagem.* (Costa, 1991, p.98. Grifos nossos)

Podemos dizer que Benjamin (1988) se posiciona de forma diferente nesta discussão, se aproximando das idéias de Souza (1991), quando este diz que não se deve tomar a fase pré-edípica ou as fantasias de autoridade a ela ligadas como sendo de natureza intrinsecamente regredida e negativa (Benjamin, 1988, p.138). Souza destaca inclusive os aspectos positivos constituintes da fase ego narcísica, sendo o próprio conflito edípico a culminação da luta pré-edípica para se separar dos pais. A partir deste ponto Benjamin, já não o acompanhará mais.

Creio que podemos deslocar em certa medida o objeto da discussão, se pensarmos que Lasch e Costa estão se referindo a um *retorno*, ou a uma *fixação* em elementos psíquicos narcísicos característicos da fase pré-edípica narcísica, ligada à idéia de um ego ideal. São tentativas inadequadas de proteger o ego através da busca de totalizações imaginárias que se chocam com o reconhecimento da castração.

Desta forma, podemos concluir que as características narcísicas pré-edípicas e o conceito de ego ideal não seriam ruins em si. Seriam importantes passos no desenvolvimento psíquico. O problema estaria na fixação ou no retorno dos sujeitos a eles. Nesta situação apareceriam como protagonistas de uma fixação ou regressão nos sujeitos, danosas para os próprios e para a sociedade de maneira geral.

Devemos reter que mesmo que para Souza (1991), os processos psíquicos ligados ao ego ideal sejam mais do que uma etapa, interagindo com os ideais de forma permanente, criando uma tensão necessária à própria neurose dos sujeitos, o ponto de vista de Costa (1991) e Lasch (1977, 1979, 1984) pode ser mantido, já que, diante desta contestação, podemos argumentar que o equilíbrio fica comprometido, os primeiros processos tomando todo o

espaço que deveria ser ocupado pelos ideais. Discordamos da afirmação de que o pólo ego ideal tenha necessariamente que ser efeito do primeiro pólo, do ideal do ego. Temos visto, para usar as palavras do próprio autor (Souza, 1991), imagens narcísicas sem marcas simbólicas que as ancorem.

O esclarecimento da distinção entre os dois conceitos (ego ideal e ideal do ego) e suas implicações é fundamental para nossas conclusões, tendo em vista considerarmos que, na ausência do pai, a balança penderá com maior freqüência, para fazer frente às possíveis vivências de desamparo, para o lado do ego ideal, logo para o anseio por imagens de completude, frequentemente buscadas fora da família. Consideramos que ocorrerão mais processos de idealização, que os de sublimação, ou de identificação, embora continuemos a utilizar este último conceito no presente estudo.

Quando nos referimos acima aos danos que podem ser causados a uma sociedade, recordamos de imediato os grandes movimentos totalitários, cujas causas temos discutido. Neste sentido, devemos retomar a hipótese apresentada por Calligaris (1991).

Em "A Sedução Totalitária", Calligaris (1991) volta a questionar a estupidez do nazismo, e através da análise de depoimentos e de obras dos próprios réus do nazismo<sup>76</sup>, chega à idéia de que o importante para os nazistas era poderem seguir ordens, totalmente cooptados por uma sistema totalitário maior. Dentre as explicações dadas pelos réus nazistas, uma se destaca: já que havia a técnica, a guerra era inevitável (Speer, apud Aragão et al, 1991, p.109).

Como vimos anteriormente, Calligaris (1991) tenta compreender melhor o que se passou entendendo a perversão como *laço social*:

(...) onde [Speer] fala em efeito de técnica, do desenvolvimento da técnica, acho que poderíamos falar do efeito do interesse e da paixão humana em sair do sofrimento neurótico banal, alienando a própria subjetividade, ou melhor, reduzindo a própria subjetividade a uma instrumentalidade. Esta paixão me parece uma tendência inercial de qualquer neurótico: a paixão pela instrumentalidade. Entendo por paixão da instrumentalidade a paixão de "ser instrumento". Trata-se de explicar

---

<sup>76</sup> Ver, por exemplo, Spandau, *Os Diários Secretos*, de Speer (1975), ed. Artenova.

um pouco o que seria esta paixão da instrumentalidade e qual o seu interesse para os neuróticos que nós somos. (ibid. pp.110-111).

Interesse de poder entrar em algum saber, em algum sistema técnico que propicie imagens de totalização para não deparar com a própria subjetividade (fragmentada, e intrinsecamente não totalizável). Assim, Calligaris (1991) diz que se forma um *semblante* quando da entrada na *montagem perversa da instrumentalização*. O problema é que o *semblante* parece satisfazer em tudo, menos em um ponto, ele *não é real*, e para os que praticam o *semblante* provarem a si mesmos que ele é real, têm que praticar a violência, e mesmo, matar, como ocorre com os soldados do tráfico, e com os soldados de Hitler.

Neste momento nos arriscamos a considerar o sistema altamente organizado e tirânico do tráfico de drogas como um microsistema totalitário<sup>77</sup>, ao qual seria possível se colar da mesma forma que a soldagem apresentada por Calligaris. Neste sentido, se no lugar da mãe se coloca algum sistema totalitário com o qual seja possível soldar-se — antes da entrada de qualquer pai e impedindo-a — não haverá desalienação, mas substituição da mãe, pelo (micro) sistema totalitário, que continuará a possuir — e nisso aniquilar — o sujeito.

Desta forma, conforme os argumentos de Costa na polêmica acima, dizemos com ele que o adolescente que se deixa cooptar pelos traficantes ou por qualquer outro emblema sem conteúdo moral que justifique sua sustentação enquanto um ideal cultural (*objeto-engodo*), opera uma falsa identificação (idealização ?) com o narcotraficante, pois o processo se daria com o traficante funcionando como se fosse um *circuito by-pass* para a libido narcísica desta criança ou adolescente, ou seja, ele usaria qualquer destes símbolos como suporte narcísico para reviver aquele período do ego narcísico em que o bebê se embriagava com um sentimento de onipotência. Não sei se podemos dizer que ele coloca este falso objeto no lugar de seu ego; talvez o mais apropriado fosse dizer que ele se solda ao falso destinatário de sua libido, o que explicaria o caráter compulsivo destas adicções — no tráfico ao poder, no consumo à

---

<sup>77</sup> não podemos deixar de considerar que há uma multideterminação do fenômeno do tráfico, como de qualquer outro fenômeno social, neste sentido é importante lembrarmos dos importantes trabalhos de Alba Zaluar (1994), onde a autora mostra como o tráfico vem ocupando espaço social intersticial deixado pelo Estado, tendo

mercadoria, na igreja à fé, nas forças armadas à disciplina, e por aí poderíamos continuar.

Podemos articular estas reflexões com a situação em que encontramos famílias de mulher com filho sem cônjuge — incluindo aí também o universo mais abrangente das famílias chefiadas por mulheres — em situação de pobreza. Dentro destas circunstâncias, a experiência e a possibilidade de inferência nos levam a crer que haverá maior probabilidade de encontrarmos subjetividades profundamente marcadas (por violências, abusos, etc.), tendo uma constituição traumatizada, subjetividades vilipendiadas, mesmo que pelo abandono e privação, tanto de pai, quanto de mãe, já que é a mãe que tem que ir necessariamente trabalhar quando o pai não está mais na família (ou está de forma degradada), e na maioria das vezes tem que trabalhar em dobro para livrar a família da situação de miséria<sup>78</sup>. Existiria então um desejo inconsciente de deixar a subjetividade de lado, de não olhar para o que pressupõe sempre uma falta, às vezes intolerável. Negar-se-ia assim a própria castração para buscar algo da ordem do imaginário, uma imagem ilusória de completude.

Antes de passarmos ao tópico que procuraremos tratar com maior profundidade, considero importante fazermos um parêntesis sobre a Igreja, ou melhor sobre a constatação de que não podemos falar de *uma* Igreja: Especificamente com relação à afirmação de que a identificação com a Igreja pode se dar no âmbito das adicções, temos que discutir um pouco mais. O estudo básico neste sentido é o de Altoé (1990), em que percebe que crianças institucionalizadas desde muito cedo acabam se ligando posteriormente a instituições também totais como o Exército e a Igreja (se refere à Igreja de forma geral). Por outro lado, profissionais que lidam com pacientes drogadictos, e mesmo pesquisadores sociais — tamanha é a visibilidade do fenômeno — relatam a passagem do uso das drogas para o recurso à fé no lugar da droga, como uma outra adicção, menos perniciosa, embora Zaluar (1996) atente para o perigo da filiação às religiões pentecostais, que “que acaba criando, de fato, outros problemas para o jovem”. É um interessante mecanismo que o jovem “utiliza” para resolução

---

ainda apelo de marketing de empresa altamente lucrativa, e se valendo dos meios utilizados por estas, como retorno a curto prazo, treinamento gerencial e facilidades de comunicação.

<sup>78</sup> Dados estatísticos do IBGE apontam, de maneira geral, este tipo de constituição familiar nas faixas mais baixas de renda mensal.

de conflitos. Recorre à criação de uma nova identidade de uma hora para a outra (Zaluar, 1996, p.268). No entanto, existe outro lado, tanto da Igreja, como do fenômeno da religiosidade, mais saudável e libertador, do qual podemos citar como exemplo os movimentos eclesiais de base (ver, por exemplo, Chauí, 1986), que têm tido um papel heróico na resistência e na luta contra a opressão no Brasil. E creio que podemos considerar que os efeitos são libertadores tanto para o grupo como um todo, como para cada um que participe destes movimentos, de forma individual. Ao lado deste exemplo mais conhecido dos movimentos de base, existem muitas outras iniciativas que podem se oferecer ao jovem que está em conflito ou desesperançado e sem perspectivas como opções reais e não totalizantes de crescimento e superação de dilemas identificatórios. Por outro lado temos os conhecidos movimentos de resistência como o de Canudos, onde já existe a perspectiva milenarista e certa dominação carismática de Antônio Conselheiro, mas que no fundo mesmo, eu tenho concluído que existia a crença de cada um que podia ter direito a um pedacinho de terra e a uma existência mais digna que a quase escravidão dos latifúndios.

Concluimos então que quando nos referimos à fé como adicção, e à Igreja como Instituição total, estaremos pensando na adesão a estas religiões pentecostais muito rígidas (capazes de dividir uma família), e que aparece ao pesquisador social ou ao psicólogo ou psicanalista como uma repentina assunção de uma nova identidade. Feito este necessário esclarecimento, retornamos ao ponto anterior

Com relação ao tráfico é diferente: normalmente, os que optam, ou são cooptados pelo tráfico ficam presos na imagem narcísica, da ordem de uma identificação fantasística ego ideal, do sistema todo como uma fonte mágica que vai prover-lhes algo que não têm. Nesta mesma linha de análise, e procurando sustentar a analogia entre o tráfico de drogas e os sistemas totalitários, recorreremos novamente a Zizek (1990, p.26) que relata que a TCS (Teoria Crítica da Sociedade), mormente através de Adorno (1972), conclui que o fascismo não chega a ser uma ideologia, mas uma simples mentira, com estatuto instrumental, onde o próprio homem se oferece à instrumentalização.

Outra aproximação que pode ser feita entre os sistemas totalitários e o sistema do narcotráfico, é que ambos têm a característica de prover. Se os primeiros provêm desde

uniformes até a função de consciência e superego externos, já com relação ao segundo, temos informações de que os grandes traficantes também recorrem à estratégia de provisão para se apropriar das pessoas e de suas atitudes: eles ocupam os espaços de poder deixados vazios pelo Estado e o substituem assumindo atitudes paternalistas de dar bens materiais e fazer coisas pela comunidade, inclusive dando a última palavra em pequenas contendas. Ou seja, o sistema do narcotráfico se vale tanto de mecanismos de terror — as execuções, os castigos exemplares — como da estratégia de provisão de bens materiais à comunidade, para minar e comprar qualquer resistência. Analogamente, muitas vezes o jovem soldado ou *olheiro* do tráfico passa a assumir em casa o papel de provedor, o que contribui para paralisar possíveis atitudes dos pais de repudiar esta escolha<sup>79</sup>.

Voltando ao tema de como a ausência do pai pode contribuir para esta situação desanimadora, o historiador Christopher Lasch tem suas próprias hipóteses sobre as consequências do enfraquecimento/ausência do pai na sociedade. Para ele, comentado (e criticado) por Benjamin (1987, pp.215, 216), se não houver a participação da autoridade dos pais nos processos de subjetivação, o superego será formado em grande parte pelas pulsões agressivas e destrutivas do id — o que faria com que os sujeitos ficassem à mercê destas, pois elas não seriam barradas pelas proibições sociais baseadas na autoridade.

Costa (1984, pp.143,144), comenta os mesmos argumentos de Lasch (1979), acrescentando que ele estava discordando dos frankfurtianos ao defender a posição de que nestas condições (de enfraquecimento ou ausência do pai) não haveria um desaparecimento ou enfraquecimento do superego, mas a sua substituição por uma instância mais violenta, agressiva e destrutiva. Seria “da ação psíquica deste superego que nascem a raiva, a inveja, a ansiedade, a insatisfação, a passividade e o sofrimento do indivíduo americano, em seu cotidiano social.” (Costa, 1984, p.144).

Estas idéias parecem ir ao encontro da discussão estabelecida por Hélio Pellegrino em seu artigo “Pacto edípico e pacto social” (1987) no qual argumenta que as concessões

---

<sup>79</sup> Idéia reforçada pelo depoimento dos agentes sociais capacitados pela SOBEPI (entre fevereiro e maio de 1998). Cf. *Manual de apoio à ação e formação de agentes multiplicadores no trabalho com crianças*.

pulsionais feitas quando da dissolução do complexo de Édipo precisam ser honradas por um subsequente pacto social, segundo o qual os seus contratantes (cidadãos e sociedade) dariam o seu trabalho em troca de condições dignas de existência. Este segundo pacto ratificaria e reforçaria o primeiro. Porém, o não cumprimento do segundo pacto, em virtude do que Pellegrino chamou de “sociopatia grave” (ibid., p.203), poderia acarretar a ruptura em nível inconsciente do primeiro pacto, o pacto edípico, destruindo desta forma o significante paterno internalizado, permitindo a emergência das pulsões do id, sem nenhum represamento, e libertando assim impulsos pré-edípicos parricidas, delinquentiais, dentre outros, contribuindo para a manutenção de uma “guerra civil crônica” dentro da sociedade. Se não podemos ainda concordar inteiramente com as idéias de Benjamin (1988), que propõe uma nova aproximação ao psiquismo e aos modos de subjetivação do homem, consideramos útil aqui suas advertências que alertam para o fato de que antes da intervenção do pai edípico não pode existir só onipotência, destrutividade e negação da realidade. Podemos nos utilizar desta pontuação para relativizar a contundência e a falta de mediação na forma como Pellegrino entendeu aqui a questão: será que o ser humano é assim tão frágil para, diante dos insucessos e agressões do capitalismo mergulhar em tal nível de regressão?

Por outro lado, em uma breve incursão pela clínica informada pela psicanálise lacaniana<sup>80</sup>, percebemos que, na apresentação de casos de crianças e adolescentes, os psicanalistas enfatizam sempre a importância da função paterna e do “Nome-do-Pai”, em sua dimensão eminentemente simbólica, dentro do referencial estrutural. No entanto, na grande maioria destes mesmos casos, os analistas se referem aos importantes efeitos da inoperância destes pais no nível da realidade, que adviria, de sua não colocação em nível simbólico. Assim fica claro que se, por um lado, a possibilidade de operar do pai depende de seu posicionamento na cadeia simbólica, pelo outro lado, a *figura* de um pai operante é a que melhor se oferece para exercer a *função* paterna.

---

*adolescentes e famílias em situação de risco*, p.23.

<sup>80</sup> Revista Hans/Letra freudiana nº 19/20 Neurose Infantil — Cem Anos de Winnicott — Uma Contribuição à Psicanálise. Rio de Janeiro, ed. Revinter, 1996.

De uma forma ou de outra, podemos depreender desta aparente contradição<sup>81</sup> que as figurações imaginárias do pai, ou, a forma como ele exerce o papel de embaixador da função paterna, como o pensa Dör (1989, p.14), são de fundamental importância em termos dos efeitos sobre a dinâmica familiar, em especial sobre a formação dos projetos identificatórios de filhos e filhas. Desta forma gostaríamos de deixar de lado por um momento a complexidade e idas e vindas da extensa obra de Lacan e voltar a enfatizar a importância também da *figura* paterna, que, para operar — isso nunca contestamos — precisará ter uma inscrição no simbólico, ter conexão com o Nome-do-Pai, etc., mas que ainda assim consideramos necessário ser operada por uma pessoa e não por terceiros imateriais, como o trabalho da mãe, dentre outros possíveis. Como temos argumentado, mesmo em sua decadência o pai conserva sua ascendência sobre a vida familiar, mesmo, como dissemos, que em descompasso com as mudanças das práticas sociais (novas formas de organização familiar, diagnóstico de diminuição da “força” do pai — conforme a tese mais geral da Escola de Frankfurt).

Com Freire (1984), revimos a forma como Lacan concebe a relação mãe e filho: sem um terceiro que funcione como mediador, o filho permanece em um relação dual, narcísica e especular com sua mãe. O terceiro elemento é justamente a função paterna, que é o pai simbólico, que efetua um corte na relação dual-narcísica-imaginária, através de um NÃO. Não do Pai e Nome-do-Pai (*Nom-du-Père*), que entra como o lugar da lei. Segundo a autora o pai real e as imagens que a este se associam não passam de efeitos do pai enquanto estrutura, ou seja, do *Nom-du-Père*.

Desta forma, Freire se refere à fase edípica como um momento de atualização de uma falta real (Freire, 1984, p.85), pela presença mediadora do pai. Esta seria uma passagem obrigatória e eminentemente estrutural, independentemente, segundo Freire, das normas sociais. O que estaria em operação seriam as funções, onde mãe, pai e filho seriam apenas personagens, que poderiam ser substituídos, os dois primeiros pelos símbolos água e árvore (Ortigues, 1966), nas sociedades africanas. Seguindo esta linha de raciocínio, a autora conclui

---

<sup>81</sup> Na verdade, poderíamos dizer que existe uma relação de complementaridade e retroalimentação entre *figura* e *função* paternas.

que não se pode restringir a operação estrutural do Édipo à família nuclear tal como aparece em nosso contexto social.

Recorrendo à obra lacaniana, Freire (1984, pp.85,86) argumenta que na fase edípica importam a Lei estrutural e as operações simbólicas e universais a ela relacionadas, e não os modos sociais de operação e atualização desta Lei, que seria mediatizante de relações que só através dela (Lei) deixam de ser naturais para adentrar o campo da cultura. A operação em questão é a que foi chamado por Lacan de *Castração*. Seguindo esta perspectiva, deduzimos que, de modo análogo, seriam irrelevantes também os personagens envolvidos nos “modos sociais de operação e atualização desta Lei Maior”. E perguntamos: de que forma os símbolos água e árvore podem operar sobre sujeitos humanos, se não existirem mediadores humanos, ou modos sociais humanos para fazer esta mediação, através de práticas como contar histórias, fazer uma dança ritual, dentre tantas outras. Se as pessoas que fazem determinada mediação, ou os modos sociais desta mediação são alterados, também estará alterada a incidência simbólica sobre a vida da família, a vida da comunidade. *O Nome-do-Pai não pode sobreviver sem os paizinhos da realidade que o re-ritualizam a todo instante.*

Violante (1995), em obra em que procura estabelecer uma nova categoria clínica (potencialidade melancólica) para entender o quadro de crianças profundamente desamparadas, e violentadas, quase todas de família sem pai, ou com pais violentos, oferece contribuições à discussão da questão. Embora diga que a função paterna independe de um pai físico, recorre a Cabas que identifica função paterna a “*todo aquele* que seja capaz de converter-se em ideal de identificação do sujeito por estar investido pelo desejo materno” (apud Violante, 1995, p.108. Grifos nossos). Violante destaca a importância da função paterna ao dizer que o terceiro tempo do Édipo propicia à criança “o acesso à temporalidade, a um futuro no qual ela pode projetar o seu ideal, isto é, eleger o seu projeto identificatório. O acesso ao projeto identificatório é o legado que a função paterna deixa ao filho como prêmio pela sua renúncia” (ibid., p.111).

Com a rápida apresentação destes autores, podemos perceber que a questão é polêmica e merece ser estudada mais a fundo, tendo em vista que as conclusões às quais for possível chegar podem ter implicações práticas imediatas. Um dos objetivos deste trabalho é o de

aprofundar e confrontar as diferentes posições teóricas com relação ao tema da construção da lei interna da prole das famílias sem pai<sup>82</sup>, devendo as discussões, indagações e hipóteses aqui apresentadas servirem de guia à pesquisa de campo com o objetivo de investigar *in loco* os processos de constituição da lei nas famílias de mulher com filho sem cônjuge, assim como os processos identificatórios. Massimo Canevacci (1976) repete as palavras de Adorno e Horkheimer, quando estes dizem que *Hitler e as ditaduras modernas foram produto de sociedades em que desapareceu a figura do pai* (1981 [1976], p.212). Acreditamos que a possibilidade de entender melhor os processos identificatórios das crianças sem pai possa reverter em avanços, inclusive em termos da clínica informada pela psicanálise, mediante uma melhor compreensão do campo social, e da interação dos fenômenos sociais com os processos de funcionamento intrapsíquico.

Faz-se necessária ampla mudança social no sentido de diminuir-se gradativamente a exclusão daqueles que não correspondem a ideais que podem estar ultrapassados (como o ideal de família nuclear, por exemplo). E enquanto esta ampla mudança não ocorre, e para ajudar a promovê-la, são imprescindíveis programas de saúde mental coletiva e sociais que socorram estes milhões de jovens que sofrem as consequências de um conservadorismo social que exclui sem perceber, sendo as próprias famílias — inclusive as de mulher com filho sem cônjuge — responsáveis pela perpetuação desta discriminação, já que estão tão profundamente enredadas nesta teia que mistura valores tradicionais com valores modernos (conforme DaMatta, 1987), que chegam praticamente a formar uma segunda realidade a qual se referem Jacoby (1975) e Zizek (1990, p.13): diz o primeiro:

os fatores 'subindividuais e pré-individuais' que determinam o indivíduo pertencem ao domínio do arcaico e do biológico: ora a questão de que se trata não é natureza pura. Trata-se antes de uma *segunda natureza*: da história cristalizada como natureza. O discernimento entre segunda natureza e a natureza, desconhecido para a maioria das reflexões sociais,

---

<sup>82</sup> É proveitosa a inclusão da compreensão metafórica da expressão *família sem pai*, para designar aquela família que DaMatta chama de *família sem eira nem beira*, família que não tem um padrinho, ou um NOME que lhe conceda uma posição de reconhecimento dentro do conjunto da sociedade. Terá menos ainda proteção ou privilégios.

constituiu um fator decisivo para a teoria crítica. O que é segunda natureza no indivíduo é a história acumulada e sedimentada. História tão prolongadamente não-liberada e uniformemente opressiva, que chega a cristalizar-se. A segunda natureza não é simplesmente natureza ou história, é a história congelada que emerge como natureza<sup>83</sup>. (Jacoby, 1975, p.31, Tradução nossa).

Como vimos ao final do capítulo 2, existem planos emergenciais de apoio psicossocial à família em andamento, e tais planos podem efetivamente contribuir para agenciar mudanças. Entretanto, não adianta colocar agentes sociais despreparados em campo, pois estes estarão da mesma forma enredados na trama dos preconceitos, e, na maioria dos casos, sem saber com quem estão compromissados, se com o Estado, procurando então enquadrar os que estão fora da ordem, ou se com a população alvo, empenhados realmente em mudar alguma coisa, e em oferecer-lhes alguma possibilidade de perseguirem uma existência mais digna e criativa. Muitas vezes, os agentes de campo dos programas sociais, longe de se oferecerem como modelos possíveis de identificação, serão eles que se identificarão com a população atendida, chegando a sentir que são vistos pela sociedade — e assim verem-se também — como *recolhedores de lixo*<sup>84</sup>. A nosso ver eles só terão *possibilidade de operar* se estiverem na segunda situação, ou seja comprometidos com questionamentos e mudanças, sem temer o enfrentamento e a ocasião de inovar. De outra forma o trabalho tornar-se-á — como tem acontecido — um ciclo vicioso de fracassos e distorções de ambos os lados, podendo ocorrer fenômenos diversos: os agentes podem acabar criando um sentimento de dívida e a) ou se desinteressam, passando a cumprir mecanicamente suas funções (característica inaceitável) aumentando as estatísticas dos que se sentem fracassados, ou b) se sentem em eterna dívida em relação à população alvo — o que também compromete o trabalho, pois torna-se impossível para os jovens criarem vínculos com

---

<sup>83</sup> No original “The ‘sub-individual and pre-individual factors’ that define the individual belong to the realm of the archaic and biological; but it is not a question of pure nature. Rather it is *second nature*: history that has hardened into nature. The distinction between nature and second nature if unfamiliar to most social thought is vital to critical theory. What is second nature to the individual is accumulated and sedimented history. It is history so long unliberated — history so long monotonously oppressive — that it congeals. Second nature is not simply nature or history, but frozen history that surfaces as nature” (Jacoby, 1975, p.31).

<sup>84</sup> SOBEPI (Huguet, C.) (1998) *Manual de apoio à ação e formação de agentes multiplicadores no trabalho com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco*. Documento interno SOBEPI / CMDCA-RJ.

peças atravessadas e alienadas pela instituição da beneficência. Pelo contrário — e aí está uma das formas de contrapartida — as crianças e adolescentes vão se aproveitar das “vantagens” que o atendimento pode oferecer, sem se empenharem em real tentativa de mudança, já que dois objetivos deslocados se encontram: o de dar mais e mais, e o de se aproveitar, *de tomar de volta o que a sociedade não deu* — e que por isso deve — o que já tem deslocado a relação ao nível dos ganhos secundários proveniente da condição de vítima. A outra reação dos jovens atendidos, diante do trabalho mecânico e que não oferece holding, é a agressividade e os impulsos atuados de destruição.

Estes agentes têm que ser — e podem ser — capacitados para o seu trabalho.

E aí pode estar o início, de forma micromolecular, de uma pequena revolução social em forma de rede, capaz, quem sabe, de pouco a pouco, questionar os modos sociais de reprodução das relações senhor-escravo tal como as problematiza Roberto DaMatta (1987).

Não queremos, no entanto, repetir neste trabalho a posição conservadora, e defender, por exemplo, a idéia de uma volta às famílias nucleares, reintroduzindo o pai nas famílias — até porque seria impossível. Muito menos queremos reforçar a associação entre pobreza e criminalidade. Pelo contrário, queremos contribuir para conferir legitimidade às novas formações familiares que têm surgido, para que, ao invés de serem condenadas como impróprias, possam ir assumindo alguma sustentação tanto no imaginário social como na dimensão simbólica das estruturas sociais. Outrossim, importa a nós o caráter de denúncia deste trabalho, no sentido de que algo precisa ser feito para auxiliar estas famílias, interrompendo-se os ciclos identificatórios perversos que por vezes têm se instalado, e possibilitando que participem da vida social, sem estarem freqüentemente a protagonizar os piores e mais sofridos papéis. Acreditamos que há estratégias de intervenção que podem ser úteis, e que um agente social bem preparado, e identificado com a importância do seu papel, pode assumir, mesmo que parcialmente, e temporariamente a estatura do pai que falta — capaz de proteger e de mostrar caminhos — e reverter a si um sem-número de identificações, que de outro modo poderiam ser captadas pelo narcotráfico. Acreditamos que para que possam ter esta importância os agentes terão que ser legitimados pela população e passar a ser vistos como uma extensão possível, uma ampliação dos recursos que podem obter da rede familiar

mais ampla. E para isso tem que conquistar a confiança. Têm que se colocar de forma a poderem ser vistos como um *igual* na acepção que Sarti (1996) dá a este termo.

Hélio Silva (1996), participante do Ciclo de debates Cidadania e Violência, coordenado pela Coordenação de Programas de Estudos Avançados da UFRJ, parece situar bem a função do educador de rua como aquele que deve poder ter “o importante papel político de intermediar um diálogo interrompido”. (ibid. p.45). Dentro deste mesmo ciclo, uma estudante de serviço social da PUC-RJ, e funcionária de uma importante ONG, a São Martinho, alerta para a identidade dos educadores de rua e para o seu despreparo, chamando a atenção para a necessidade de que sejam capacitados para desempenharem suas funções.

Se Sarti (1996) desenha um quadro menos preocupante no estudo que realizou em uma comunidade de São Paulo, Velho (1996, p.19) alerta para a “inadequação dos meios legítimos para realizar estas aspirações fortalece o mundo do crime” se referindo a larga publicização de bens e valores. Ressalta que os pobres têm sido vítimas de vários tipos de banditismo, e de violências, inclusive da falta, às vezes quase absoluta, das benesses do Estado, levando à adesão de grande parte dos jovens pobres, que rejeitam o tipo de vida de seus pais e avós (trabalhadores modestos), à transgressão. Porém mais preocupante é a ressalva que este autor faz de que embora “a carreira de bandido colocar-se como uma alternativa real para a maior parte da população masculina jovem”, “nem todos são bandidos” (Velho, 1996, pp.19-20). Preocupante porque leva à compreensão de que o mais comum é ser bandido, e nesse momento é que se coloca de forma radical o perigo de uma estigmatização violenta do jovem pobre, que já passa a ser visto como possível / provável bandido.

Além da vácuo do Estado em meio a estas populações mais pobres, Velho (1996) e Zaluar (1996) apresentam explicações convergentes para o aumento da criminalidade. Zaluar diagnostica que foi também pela reversão dos efeitos dos processos históricos que resultaram na hibridização assumida de culturas, devida a um aumento da intolerância religiosa que faz com que a rede de solidariedade construída pelos pobres seja enfraquecida, dando espaço ao domínio do local por grupos de traficantes e resultando na quebra dos laços sociais tanto dentro da família como entre vizinhos (rede de vizinhança). Desta forma o pertencimento a diferentes comandos é capaz de dividir famílias assim como o segregacionismo das religiões

pentecostais, que fazem com que uma avó ligada aos cultos afro-brasileiros fique proibida de visitar seus filhos recém convertidos, assim como de comparecer às festas de aniversário de seus netos (Zaluar, 1996, pp.64-65). Para Velho cria-se um limbo gerador de exclusão já que ao lado da anteriormente mencionada falência do poder público, haveria um desinteresse das elites, o que contribui para a criação de um quadro de desesperança, sem que se possa identificar algo que sustente no sistema de trocas entre as categorias sociais, as noções de equidade e justiça. Assim: “sem os benefícios, mesmo que limitados, da sociedade tradicional hierarquizada e sem os direitos de cidadania de uma sociedade democrática moderna, fica-se no pior dos mundos”. (Velho, 1996, p.22). E se Gilberto Velho se referiu à população masculina jovem como estando mais propensa a entrar no mundo do tráfico, Olga (Velho, 1996, p.273), uma psicóloga do DESIPE (Presídio Nelson Hungria) alerta para o problema das mães solteiras traficantes, cujo número viria aumentando.

Retornando ao campo teórico, podemos dizer, reunindo as três posições estudadas, que com a posição lacaniana, ocorre uma valorização da função paterna, em detrimento da figura do pai. Ao pai edípico é conferido um peso ainda maior, ainda que enquanto função, que poderia ser desempenhada por um leque bastante amplo de *terceiros*, bastando que estes possam *fazer questão para a mãe*, sendo capazes de desviar seu desejo e seu olhar do filho, que poderá assim sair da situação de *falo da mãe*. Criticamos aí a dessubstancialização do pai, considerando que a figura paterna, ainda que guardando íntima relação com a função paterna não pode ser deixada de lado, pois que se mostra ainda fundamental para a constituição da lei interna dos filhos.

Os autores estudados da Escola de Frankfurt também sobrevalorizam o pai edípico, o que é um importante analisador para vermos como o pai enquanto figura ideal foi mantido, não obstante a decadência do pai em grande parte das famílias ocidentais, em que deixou de ser figura plena de poder e de capacidade para proteger e prover. Desta forma cria-se um descompasso entre o pai cultural, que é ainda a figura de um pai idealizado, e o pai da “realidade”, das práticas sociais do dia-a-dia. Descompasso que é gerador de grandes dificuldades na internalização da lei pelos filhos, já que afeta a *capacidade para operar* do pai. Tal incapacidade para operar ficaria maximizada nas famílias pobres, sem nome tradicional e

poder político ou econômico, pois haveria ainda uma destituição simbólica que afetaria a inserção desta família no conjunto da sociedade. As famílias de mulheres com filho sem cônjuge e pobres, reuniriam as duas dificuldades, a da ausência da figura paterna, e a destituição simbólica perante a sociedade, o que acarretaria uma perspectiva de dificuldades ainda maiores para a constituição de lei interna para os filhos, e que torna urgente ações no campo social e de saúde mental coletiva para auxiliar estes jovens. Reconhecemos que Sarti (1996) evidencia de modo mais empírico a forma, a possibilidade e mesmo prática do recurso, em caso de necessidade, à rede familiar mais ampla, sustentada por valores de reciprocidade e solidariedade. Porém, temos que reconhecer também que trata-se de um estudo local e que mesmo lá existe ainda, como vimos acima, um anseio e idealização do pai biológico, muito embora a autora não explore muito este aspecto (Sarti, 1996, p.58). Já os estudos no Rio de Janeiro, realizados por Zaluar (1996) demonstram que em determinados locais como a Cidade de Deus a situação beira a guerra. Quando Zaluar retornou a essa comunidade teve a triste constatação de que a maioria dos jovens entrevistados no final da década de 80 tinha morrido, e que os que tiveram mais sorte estavam presos (Zaluar, 1996, p.270)

É interessante notar a radicalidade da mudança de compreensão de Massimo Canevacci: se em 1976, em seu *Dialética da Família*, ele ainda se referia à substituição do pai pela produção ampliada como um dos males da sociedade moderna, hoje, isto é passado. É neste sentido que diagnostica que o “Central do Brasil”, filme brasileiro de Walter Salles, é de um arcaísmo atroz, ao trazer a público uma busca fadada ao insucesso do pai. Pai que segundo ele já “é morto”, morto também enquanto pai-nação (não obstante as tentativas relatadas por Chauí, 1986, de recompô-lo, muitas vezes às custas da diversidade cultural dos pobres). Assim como estaria ultrapassada a questão de classes e tantas outras, como as próprias identificações. O que haveria hoje seriam vários ritmos que podem ir se modificando, mudando o tom de forma muito mais fluida e escorregadia. Se Canevacci fosse usar a palavra identificações, diria, no mínimo, que são fluidas, (o que faz lembrar o posicionamento teórico de Deleuze e Guattari). Logo a denominação da cidade de São Paulo de Cidade Polifônica (Canevacci,

1993). Enquanto falava dos novos ritmos, das identidades que navegam pela internet, foi indagado por uma agente social da Secretaria Municipal de Saúde, do Rio de Janeiro<sup>85</sup>, sobre estes jovens que estão de fato *colocando revólver na cintura* e se matando em uma guerra diária, que vão para a sepultura mesmo. Na resposta Canevacci lembrou o ritmo Sepultura, de que ele mesmo gostava...o que nos faz pensar no alto nível de abstração da forma de compreensão trazida por algumas vertentes pós-modernas, nos fazendo questionar de que forma elas podem ser costuradas e auxiliar em intervenções sobre realidades tantas vezes chocantes. Sem dúvida, com Canevacci (1993), e de forma diferente com Sarti (1996), pode-se dar um passo importante em direção ao reconhecimento da positividade das pessoas em geral. Mas não se pode estacar aí.

A última posição apresentada, de Jessica Benjamin, enquanto representante da corrente que integra feminismo com psicanálise, contesta a posição freudiana de que é necessário a entrada de um pai forte para romper a relação dual e narcísica com a mãe, pela força do pai. Para ela, o pai é necessário, sim, mas de uma forma muito diferente, sendo não inteiramente imprescindível. Ela argumenta que o Édipo tradicional é o protótipo das outras formas de dominação, já que o pai que interdita a relação com a mãe, o que vai gerar no futuro o repúdio desta, como vimos acima, só pode ensinar a ser também forte e autoritário. Para a autora, o pai é importante desde muito cedo, no período que seria chamado de pré-edípico. Porém o mais importante, é o estabelecimento de relações de reconhecimento mútuo e de respeito entre mães, pais e filhos, muito mais do que qualquer *interdição pelo pai edípico*. No nosso modo de entender, a posição de Benjamin, embora bastante ousada, é a que aponta para os melhores prognósticos em termos dos graves problemas sociais com que deparamos na atualidade, além de oferecer a mais abrangente possibilidade de reformulação social, no sentido de que a partir da compreensão do que se passa no coração dos dominados, se propõe a atingir os mecanismos de dominação em sua origem.

---

<sup>85</sup> Conferência "Metrópole, Comunicação, Identidades Plurais", proferida durante o 2º Simpósio Internacional de Práticas Institucionais e Comunitárias: Da Infância à Adolescência - Metamorfozes Subjetivas, Políticas e Sociais", promovido pela SOBEPI em junho de 1999 no Instituto Militar de Engenharia

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- ADORNO E HORKHEIMER (1966) *Sociologia da Família*, In CANEVACCI, M. (org.), *Dialética da Família*, São Paulo, ed. Brasiliense, 1982.
- ALMEIDA, A. M. (1987) (org.) *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro, eds. Espaço e Tempo e UFRRJ, 1987.
- ALTOÉ, S. (1990) *Infâncias Perdidas – O cotidiano nos internatos-Prisão*. Rio de Janeiro, ed. Xenon, 2ª ed.
- ARAGÃO, L.T. (1991) (org.) *Clínica do Social: Ensaio*. São Paulo, ed. Escuta, 1991.
- ARIÈS, P. (1960) *História Social da Família e da Criança*. Rio de Janeiro, ed. Guanabara, 2ª ed., 1981.
- AURÉLIO, B. de H. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira.
- BADINTER, E. (1980) *Um Amor conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- \_\_\_\_\_, *XY: Sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1993.
- BENJAMIN, J. (1987) *The Decline of the Oedipus Complex* In Broughton, J. *Critical Theories of Psychology*. Plenver Press.
- \_\_\_\_\_, (1988) *Bonds of Love*. Ed. Pantheon Books.
- BERLINCK, M. T. (1988) *Psicanálise da Clínica Cotidiana*. São Paulo, ed. Escuta.
- BILAC, E. D. (1996) *Mãe incerta, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação*. XX Encontro Anual da ANPOCS.
- BIRMAN, J. (1996) *A economia do gozo e os impasses da justiça. uma leitura psicanalítica da justiça* *Physis: Rev. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, nº6 (1/2): 121-134.

- CALLIGARIS, C. (1991) A sedução totalitária In Aragão, L.T. (org.) *Clinica do Social: Ensaio*. São Paulo, ed. Escuta.
- CAMERINI, F. (1996) A importância do contexto histórico-social e relacional na estruturação psíquica da criança e na formação do seu sintoma. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, PUC - RJ, Depto. de Psicologia.
- CANEVACCI, M. (1976) *Dialética da Família*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_ (1993) *A Cidade Polifônica – Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo, ed. Livros Studio Nobel, 2ªed., 1997.
- CHATEL, Marie-Madeline (s/d) A função do pai. Mimeo.
- CHAUÍ, M. (1986) *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1996.
- CORRÊA, M. (1981) repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa* nº 37, São Paulo.
- COSTA, J.F. (1979) *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_ (1984) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986
- \_\_\_\_\_ (1988) Narcisismo em tempos sombrios. In FERNANDES, H. R. (org.) (1989) *Tempo do Desejo*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_ (1991) Resposta a Octávio Souza In ARAGÃO, L.T. (org.) *Clinica do Social: Ensaio*. São Paulo, ed. Escuta, 1991.
- DAMATTA, R. (1984) *O que faz o Brasil Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Rocco, 1998
- \_\_\_\_\_ (1987) A Família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira, In Almeida et al. *Pensando a Família no Brasil; Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro, ed. Espaço e Tempo UFRRJ.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1972) *O Anti-Édipo*. Lisboa, ed. Assírio e Alvim.
- DIOGO, D. R. (1989) Família e contexto social: questões para a clínica psicanalítica. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PUC - RJ, Depto. de Psicologia, 1989.
- DÖR, J. (1989) *O Pai e Sua Função em Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991

- DURHAM, E. (1982) Família operária e casamento. Terceiro Encontro Nacional da ABEP, São Paulo.
- ELIAS, N. (1939) *O Processo Civilizador - Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 1993.
- FLEIG, M. (1993) org. *Psicanálise e Sintoma Social*, São Leopoldo, ed. UNISINOS, 1997.
- FREIRE, A. B. (1984) *O desejo enquanto falta e o desejo enquanto produção*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PUC - RJ, Depto. de Filosofia.
- FREYRE, G. (1933) *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, ed. José Olympio, 1933, 1958.
- FREUD, S. (1900) A Interpretação dos Sonhos. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (E.S.B.)* vols. IV e V, Rio de Janeiro, Imago ed., 1987.
- \_\_\_\_\_ (1897) Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess (*carta 71*). *E.S.B.*, v. I, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1910) Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita Pelos Homens. *E.S.B.*, v. XI, 1970.
- \_\_\_\_\_ (1913) Totem e Tabu. *E.S.B.*, v. XIII, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1921) A Dissolução do Complexo de Édipo. *E.S.B.*, v. XVIII, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1923) O Ego e o Id. *E.S.B.*, v. XIX, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1923) A Organização Genital Infantil. *E.S.B.*, v. XIX, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1924) A Dissolução do Complexo de Édipo. *E.S.B.*, v. XIX, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1930) Mal-Estar na Civilização. *E.S.B.*, v. XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_ (1931) Sexualidade Feminina. *E.S.B.*, v. XXI, 1974
- GIDDENS, A., (1992) *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor & Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. (1993) As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*. Campinas: IFCH/UNICAMP. n 1º, p. 67-110.

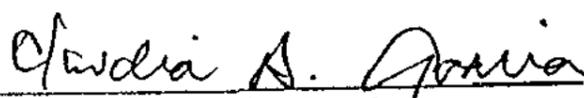
- HEILBORN, M. L. (1995) O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo, e identidade sexual em camadas médias urbanas. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A. C. T. (orgs.) *Família em Processos Contemporâneos*. São Paulo, ed. Loyola.
- IBGE (1982) Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE e UNICEF.
- IPLAN, Neupert et ali (1989) *Os Arranjos Domiciliares das Famílias Matrifocais*.
- JANIC, A. E TOULMIN, S. (1973) *Wittgenstein's Viena*. Nova York, ed. Touchstone.
- JACOBY, R. (1975) *Social Amnesia – a critique of conformist psychology from Adler to Laing*. Boston, Beacon Press.
- KALLAS, M. L. (1989) Do outro lado do muro: da instituição à comunidade — um estudo de famílias de baixa renda. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, PUC-RJ, Depto. de Psicologia.
- LACAN, J. *A Família (s/d)*, Lisboa, ed. Assírio e Alvim, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1956,7) *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1995.
- \_\_\_\_\_ (1966), *Escritos*. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1998.
- LASCH, C. (1977) *Refúgio num Mundo sem Coração — A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?*. São Paulo, ed. Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_, (1979) *The Culture of Narcissism – American Life in An Age of Diminishing Expectations*. EUA e Londres, ed. Norton Paperback, 1991.
- MANNONI, O. (1987) A Desidentificação. In ROITMAN, A. (1994) *As Identificações*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará 1994.
- MELLOR-PICAUT, S. (1983) Idealization et sublimation. In N.R.P., nº 27, Paris, Ed. Gallimard.
- MEZAN, R. (1985) *Freud, Pensador da Cultura*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1985, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1998) *Escrever a Clínica*. São Paulo, ed. Casa do Psicólogo.
- MURARO, R. M. (1994) *Homem/ mulher o início de uma nova era*. Rio de Janeiro, ed. Artes e Contos.

- NOLASCO, S. (1993) *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro, ed. Rocco.
- PECEGO, I. (1999) Onde o perto é também longe: família e identidade numa comunidade popular da zona sul carioca, Dissertação de mestrado, PUC-RJ, Depto. psicologia, PUC-RJ, Depto. psicologia
- PENCAK, S. (1994) O Pai e seus destinos na clínica psicanalítica, Dissertação de mestrado, PUC-RJ, Depto. psicologia.
- PLASTINO, C. (1993) *A Aventura freudiana. Elaboração e desenvolvimento do conceito de inconsciente em Freud*, Rio de Janeiro, ed. da UFRJ e Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_ (1997) Anotações da disciplina *Indivíduo e Sociedade*. IMS, 1997.2.
- POSTER, M. (1978) *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1979.
- PRADO, D. (1981) *O que é família?* Coleção primeiros passos - 50. São Paulo, ed. Brasiliense.
- RAMIRES, V. R. (1997) *O Exercício da Paternidade Hoje*. Rio de Janeiro, ed. Record – coleção Rosa dos Tempos.
- RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. (orgs.) (1995) *Família em Processos Contemporâneos*. São Paulo, ed. Loyola.
- ROITMAN, A. (1987) *As Identificações*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1994.
- ROSEMBERG, F. (1995) A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. (orgs.) *Família em Processos Contemporâneos*. São Paulo, ed. Loyola.
- SARTI, C. (1995) O valor da família para os pobres In RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. T. (orgs.) (1995) *Família em Processos Contemporâneos*. São Paulo, ed. Loyola.
- \_\_\_\_\_ (1996) *A Família Como Espelho – um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, ed. Autores Associados.

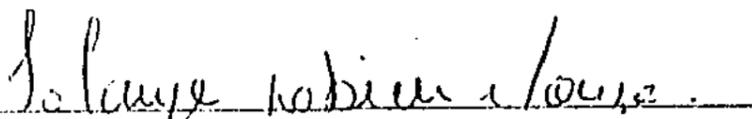
- SCHORSKE, C. E. (1961) *Viena Fin-de-Siècle*. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1988.
- SENNET, R., (1974) *O Declínio do Homem Público*. Ed. Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, H. (1996) O menino, o medo e o professor de Saarbrücken / debate In VELHO, G. (1996) (org) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, eds. UFRJ e FGV.
- SILVEIRA, E. S. (1995) A Descoberta do Complexo de Édipo: surgimento e formulação de um conceito. Rio de Janeiro, PUC-RJ, Depto. de Psicologia.
- SINGLY, F. (1993) L'autonomisation de l'individu par rapport à la famille contemporaine. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris, Nathan. p.85-126.
- SOBEPI (HUGUET, C. [1998]) Manual de apoio à ação e formação de agentes multiplicadores no trabalho com crianças, adolescentes e famílias em situação de risco. Doc. interno SOBEPI e o CMDCA-RJ. 1º projeto de capacitação desenvolvido pela SOBEPI.
- SOUZA, O. Reflexão sobre a Extensão dos Conceitos e da Prática Psicanalítica In ARAGÃO, L.T. (1991) (org.) *Clínica do Social: ensaios*. São Paulo, ed. Escuta.
- VELHO, G. (1981) Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas In *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1996) (org) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, eds. UFRJ e FGV.
- \_\_\_\_\_ (1996) Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica / debate. In VELHO, G. (1996) (org) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, eds. UFRJ e FGV.
- VIOLANTE, M. L. (1994) *A Criança Mal-amada — Estudos sobre a potencialidade melancólica*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes.
- VOVELLE, M. (s/d) *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1985.
- WINNICOTT, D.W (1984) *Privação e Delinquência*. São Paulo, ed. Martins Fontes, 1987.
- WOORTMAN. K. (1987) *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, e Brasília: ed. do CNPq.

- ZALUAR, A. (1996) A globalização do crime e os limites da explicação local In  
VELHO, G. (1996) (org) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, eds. UFRJ e  
FGV.
- ZARETSKY, E. (1973) *Capitalism, The Family, & Personal Life*. USA, Harper  
Colophon, 1976.
- ZIZEK, S. (1990) *Eles Não Sabem o que Fazem – O Sublime Objeto da Ideologia*. Rio  
de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pelo aluno Claudio Ribeiro Huguet, intitulada "A constituição da lei nas famílias chefiadas por mulheres", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profa. Claudia Amorim Garcia  
PUC-Rio (Orientadora)



Profa. Solange Jobim e Souza  
PUC-Rio



Profa. Junia de Vilhena  
PUC-Rio

Visto e permitida a impressão  
Rio de Janeiro, .....9...19.../1999.



Prof. Jurgen Heye  
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de  
Teologia e Ciências Humanas